

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA - PPGLL

WESSLEN NICÁCIO DE MENDONÇA MELÂNIA

ERA UMA VEZ 1889...
História e construção literária em “Pequena história da República”

Maceió – Alagoas
2013

WESLEN NICÁCIO DE MENDONÇA MELÂNIA

ERA UMA VEZ 1889...
História e construção literária em “Pequena história da República”

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sarmiento Lima

Maceió – Alagoas
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

M517e Melânia, Wesslen Nicácio de Mendonça.
Era uma vez 1889 – : história e construção literária em “Pequena história da República” / Wesslen Nicácio de Mendonça Melânia. – 2013.
115 f.

Orientador: Roberto Sarmento Lima.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística : Estudos literários) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 113-115.

1. Literatura brasileira. 2. Historiografia brasileira. 3. “Pequena história da República” – Crítica literária. 4. Graciliano Ramos. I. Título.

CDU: 82.09(81)



TERMO DE APROVAÇÃO

WESSLEN NICÁCIO DE MENDONÇA MELÂNIA

Título do trabalho: *ERA UMA VEZ 1889...* HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO LITERÁRIA EM "PEQUENA HISTÓRIA DA REPÚBLICA"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em ESTUDOS LITERÁRIOS, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Roberto Sarmiento Lima (PPGLL/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero (UFS)

Profa. Dra. Gilda de Albuquerque Vilela Brandão (PPGLL/UFAL)

Maceió, 31 de julho de 2013.

AGRADECIMENTOS

Quero, inicialmente, agradecer a Deus pela paz, graça e alegria de vida em conseguir completar mais uma etapa de estudos tão árdua e longa. A Ele, agradeço pelas oportunidades surgidas e vitórias conquistadas, pela força para superar cada obstáculo, pela sabedoria para fazer escolhas corretas e pela perseverança para não esmorecer no meio do percurso. Agradeço por ter enviado Jesus ao mundo, que me ensinou, por sua própria vida, como viver aqui. Por isso, a Ele, dedico este trabalho e minha vida, como forma de gratidão pela dádiva de me permitir concluir esta pesquisa e ter a satisfação de trabalhar com algo tão prazeroso.

Qualquer menção de agradecimento à minha família será pequena e acanhada ante ao amor, paciência, cuidado, compreensão e apoio que eles têm me dado, não só agora, mas durante toda minha vida. Por isso, “Pai”, “Iva” e “Mô fio”, não cabe aqui agradecer apenas pelo incentivo e força que vocês sempre me deram, mas por estarem comigo sempre e fazerem de minha formação algo muito mais suportável e cheio de perspectiva. Obrigado por existirem e por serem tão afetuosos comigo, mesmo quando não mereço. Obrigado simplesmente por estarem junto a mim e ajudarem a segurar as “barras” da existência. A vocês, meu amor sincero e minha gratidão sem fim.

Eu não podia deixar de agradecer a alguém tão especial como a “Pri”. Namorá-la faz de qualquer caminhada acadêmica algo muito mais divertido e responsável, pois ela é assim: um misto de alegria e comprometimento, de descontração e organização, de amizade e companheirismo. Por esse motivo, minha “Pri”, agradeço por seu amor e carinho por mim, por sua paciência e dedicação em me ajudar, pelo seu auxílio e co-orientação neste trabalho, sempre disposta a trocar ideias e me estimular a escrever mais uma página. No entanto, antes de tudo, obrigado por me fazer muito mais divertido e cheio de vida, e por compartilhar o mesmo apreço pela literatura. Obrigado por um relacionamento em verso e prosa.

Aos meus amigos “brother” e “Master”, agradeço pela amizade sincera, que também me ajudou a terminar esta pesquisa, pois sem “A Fraternidade”, não seria possível manter o juízo e o equilíbrio para estudar. Agradeço por me ensinarem que, muitas vezes, é melhor “perder” uma tarde de estudos para “ganhar” momentos preciosos com bons amigos. Obrigado também por me mostrarem que a fraternidade cristã é muito mais do que chamar um ao outro de “irmão”. Vida longa à “Fraternidade”!

Não podia esquecer de agradecer ao Roberto Sarmiento Lima (assim, sem o “Prof.”) por ser mais que um orientador, por ser um amigo. Pelas conversas, trocas de e-mails e principalmente pela confiança depositada em mim e neste trabalho. Por seu trabalho sério e sua avaliação metódica, que sempre exigiram mais de mim mesmo e deram segurança à minha escrita. Pelos momentos extraliterários, que nos aproximaram ainda mais e me ensinaram mais que literatura, me ensinaram sobre a vida. Obrigado, Roberto!

Também quero muito agradecer à Profa. Gilda Albuquerque Vilela Brandão, primeiro por ser uma pessoa tão agradável e gentil sempre. Depois, por seu olhar tão perscrutador em meu trabalho que o tornou muito melhor do que era na qualificação. Pela co-orientação e por ser de uma cortesia tão grande, obrigado!

Agradeço aos demais professores e colegas do curso de mestrado e da graduação que tanto me ensinaram, partilharam, incentivaram e acreditaram em mim e neste trabalho. A

vocês, que presenciaram meu crescimento e tanto contribuíram para isso, deixo meu sincero agradecimento.

Ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Ufal, à Faculdade de Letras e à Universidade Federal de Alagoas por serem instrumentos de minha formação e fornecerem os meios para que pudesse chegar ao fim dessa jornada: obrigado!

Tudo se separou, naturalmente. A realidade brasileira, badalada em artigo e discurso, virou lugar-comum. É inegável, porém, que das fórmulas de 1930 foi esta a melhor.

Sem mencioná-la, várias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sérios que exigem observação e paciência. (RAMOS, 2010, p.188)

RESUMO

Este trabalho estuda o texto “Pequena história da República”, de Graciliano Ramos, que compõe o livro *Alexandre e outros heróis*, considerado de destinação infantojuvenil e pouco abordado pela crítica literária brasileira. Deste modo, nosso objetivo é traçar uma análise mais aprofundada e que apresente o texto enquanto artefato literário em relação com o discurso historiográfico. Embora comumente seja também tratado como crônica histórica ou uma sátira à historiografia brasileira, entre outras classificações, não se pode ignorar que a seleção e composição da narrativa foi realizada por um insigne escritor, capaz de transformar em matéria de literatura questões e aspectos variados da sociedade brasileira. Por isso, aborda-se o texto enquanto discurso literário de reflexão crítica sobre a formação da república no Brasil, levando em consideração as relações entre História e Literatura através da perspectiva da crítica sociológica. Além disso, investigamos os componentes estruturais da obra e como eles concorrem para a construção de uma rerepresentação do período republicano em nosso país através de um olhar crítico ante aos decursos históricos.

Palavras-chave: Literatura. Historiografia. “Pequena história da República”. Graciliano Ramos.

ABSTRACT

This paper studies the text "Pequena história da República", by Graciliano Ramos, part of the book *Alexandre e outros heróis*, commonly considered as children's literature and poorly studied by Brazilian literary criticism. Thus, our goal is to draw a more detailed analysis and to present the text as literary object compared with the historiographical discourse. Although it is also commonly treated as historical chronicle or a satire of Brazilian historiography, among other classifications, but we cannot ignore that the selection and composition of the narrative was made by a distinguished writer, able to turn on literary material various aspects of Brazilian society. Therefore, it approaches the text as literary discourse of critical reflection on the formation of the Republic in Brazil, taking into account the relationship between history and literature through the perspective of sociological criticism. Furthermore, we investigate the structural components of the work and how they contribute to the construction of a restatement of the republican period in our country through a critical historical view.

Keywords: Literature. Historiography. "Pequena história da República". Graciliano Ramos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temática das sequências 1 a 8.....	52
Quadro 2 - Temática das sequências 9 a 12.....	54
Quadro 3 - Temática das sequências 13 a 18.....	56
Quadro 4 - Temática das sequências 19 a 21.....	58
Quadro 5 - Temática das sequências 22 a 24.....	59
Quadro 6 – Temática das sequências 25 a 27.....	60
Quadro 7 – Temática das sequências 28 a 34.....	61
Quadro 8 – Temática da sequência 35.....	62
Quadro 9 – Temática das sequências 36 a 38.....	63
Quadro 10 – Temática das sequências 39 a 42.....	64
Quadro 11 – Temática das sequências 43 a 46.....	66
Quadro 12 – Temática das sequências 47 a 48.....	67
Quadro 13 – Temática da sequência 49.....	68
Quadro 14 – Temática da sequência 50.....	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	DISCURSOS INICIAIS.....	13
2.1	Discursos críticos.....	14
2.2	Nos discursos da escrita.....	28
2.2.1	Discursos historiográficos.....	28
2.2.2	Pequeno discurso?.....	35
2.2.3	Discursando um gênero.....	41
2.3	Traçando nosso (dis)curso.....	45
3	PILARES DA PEQUENA REPÚBLICA.....	48
3.1	Pequena República em linhas gerais.....	48
3.1.1	Historieta da República.....	51
3.1.2	Narrando uma pequena República.....	70
3.1.3	Pequena República em texto.....	72
3.2	Graça e Ironia na Pequena República.....	75
3.3	Pequena Resenha.....	83
4	RES PUBLICA.....	85
4.1	Falando da <i>Res publica</i>.....	86
4.2	Um gênero de república.....	90
4.3	Narrando uma pequena história.....	94
4.4	Uma história irônica.....	97
4.5	Reconstruindo a Pequena República.....	103
4.5.1	Pequenos eventos.....	103
4.5.2	Pequenas personagens.....	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

A princípio, podemos dizer que em “Pequena história da República”, de Graciliano Ramos (1892-1953), ocorre um entrecruzamento de discursos: o discurso histórico, reconhecido através da exposição de fatos e personalidades que participaram dos primeiros quarenta anos de República no Brasil (e evidenciado também pelo título do texto); e o discurso literário, presumido por se tratar de texto produzido por um escritor que, quando o texto veio a se dar a conhecer, já era consagrado pela crítica literária.

O fato é que, embora escrito após o lançamento de seus principais romances e antes da chamada fase memorialística, ou seja, em um ponto de alta maturidade literária do escritor alagoano, o texto de “Pequena história da República” ainda foi pouco analisado pela crítica literária brasileira e pouco compreendido em sua composição literária, algo que nos causou estranhamento e que nos incentivou a desenvolver este trabalho. Sabe-se que, embora nunca publicado pelo autor, a escritura do texto foi motivada pelo concurso lançado pela Revista *Diretrizes*, em 1939, que objetivava a confecção de um texto para crianças que contasse a história da República brasileira em comemoração aos 50 anos da proclamação. A obra vencedora seria publicada com um óbvio propósito didático e, certamente, seria adotada para a educação de crianças em fase escolar. Contudo, pelo que se sabe, Graciliano Ramos nunca apresentou o texto para concorrer ao prêmio, e a obra só veio a ser publicada postumamente, em 1962, como parte de uma coletânea de escritos voltados ao público infantil.

Assim, a obra transita entre diversos limites e apresenta diversas características: a compilação de datas e eventos do início do período republicano brasileiro, como em um texto historiográfico; a confecção da obra baseada na chamada de um concurso de obra didática para crianças, típica das obras de literatura infantil; o forte tom crítico e irônico, através dos comentários ácidos do narrador, que permeia a narração de cada episódio do início da República no Brasil; e a organização pitoresca do relato e pela seleção dos episódios constituidores de nossa história, que evidencia a escrita como construção e, conseqüentemente, ressalta a obra literária como linguagem altamente organizada e repleta de sentido.

Esses pontos e características significativos nos levaram a estudar essa “Pequena história”, contribuindo assim para a fortuna crítica acerca dos textos graciliânicos. Além disso, nosso apreço pela obra graciliânica e pelo livro em questão foram aspectos centrais que nos motivaram a estudar este escrito fazendo de nossa pretensão a análise da presença de cada um dos aspectos apontados acima e o estabelecimento de uma perspectiva de leitura que leve em consideração essas características em uma mesma relação entre realidade e texto, entre externo e interno literário. Em nossa perspectiva, o gosto pela obra em nada comprometerá a apreciação objetiva do texto, antes nos instigou a melhor visualizá-lo e, com isso, deter-nos com maior acuidade em cada aspecto da escrita graciliânica.

Com isso, de antemão, abordamos esse texto visto como obra literária, sem deixar de realizar, durante todo percurso, o confronto entre o modo que o texto foi escrito e as características que ele apresenta, de um ou outro discurso, para, com isso, perceber, contemporaneamente, a construção da escrita de “Pequena história da República” como objeto estético. É fato que a literatura, hoje, é percebida no entrelugar, na inter-relação com outros gêneros e discursos, mas cabe considerar também que essa ideia ainda era nova à época do escrito, e cumpre-nos o dever de realizar a tensão entre o contexto de escrita e a nossa perspectiva de leitura da obra.

Para tal propósito, na seção 2 deste trabalho, realizamos a revisão da crítica acerca desse texto, através do levantamento dos ensaios e análises mais relevantes. Essa compilação se deu através do levantamento dos principais textos que serviram/servem de prefácio ou posfácio à obra, desde seu lançamento, e também, pelo levantamento de algumas pesquisas ou apreciações sobre a obra do autor alagoano. Além disso, tomamos as análises como ponto de partida para um diálogo com a obra, tomando como base a perspectiva crítica do ensaísta/pesquisador e traçando um paralelo com o teor de nossa análise para melhor observarmos os aspectos mais relevantes apontados como centrais no texto e traçarmos nosso curso de investigação. Outro ponto de discussão se dá na presença ou não do discurso historiográfico em “Pequena história da República” quando realizamos um paralelo entre a escrita literária e a escrita da História. Por fim, buscamos também perceber a classificação do texto na condição de literatura infantil e no que isso interfere ou não na estética do texto, através da compreensão da influência da destinação infantil na composição da obra e se isso acarreta uma leitura diferenciada do texto literário em questão.

Na terceira seção, apresentamos a temática geral do texto e traçamos um panorama sobre a temática de cada sequência narrativa, expondo os eventos, as personagens, os espaços e tempos descritos em cada excerto. Essa apresentação da obra serve para compreendermos como o texto é configurado e quais os episódios e personagens que são selecionados para compor a narrativa e o que é posto de fora. Em seguida, buscamos identificar como foi construída a voz narrativa e as características que nos permitem identificar o(s) gênero(s) textuais a que a obra se aproxima. Logo após, verificamos como se constitui a ironia na narrativa e buscamos identificar como se dá a utilização desse recurso na obra graciliânica. Por fim, relacionamos as informações levantadas e lançamos encaminhamentos para a seção seguinte.

Após a formulação dessas compreensões gerais acerca da obra, na quarta seção, podemos devotar mais atenção, em “Pequena história da República”, à relação entre a forma literária e a internalização no texto das características sociais da época. Desse modo, percebemos a composição literária do texto em sua relação com a sociedade em que foi concebida, estabelecendo uma relação entre os fatores internos e externos (internalizados) com as características definidas nas seções anteriores. Essa relação se dá primeiro, através da compreensão de como a obra se desvia em relação à historiografia ao tratar da instauração da República no Brasil e, em seguida, sobre como ela constrói uma visão específica da formação republicana brasileira e da escrita de nossa História. Traçamos perspectivas de leitura para alguns excertos e damos ênfase às várias possibilidades de interpretação para os fatos e como eles são apresentados.

O trabalho foi configurado dessa forma, especificando, em cada seção, um determinado enfoque para a análise da obra, porque é nosso desejo, ao longo desta dissertação, compreender um pouco melhor este escrito que, de antemão, já ultrapassa os simples limites entre historiografia, escrita literária, literatura infantil ou crônica sobre a História do Brasil. Deste modo, estudar uma obra plural que foi pouco abordada criticamente, tanto em quantidade de produções sobre ela quanto no aprofundamento das produções, torna-se trabalho muito desafiador e que exige, ao mesmo tempo, uma abordagem mais ampla, que trate do texto de forma plena, quanto o apontamento de aspectos específicos que distingam o texto de outros artefatos literários. Essa é nossa pretensão ao longo destas páginas.

2 (DIS)CURSOS INICIAIS

Em “Pequena história da República” *as coisas* se organizam de forma diferente da maioria dos relatos históricos. Pequenos segmentos de texto encabeçados por subtítulos recontam a trajetória da formação da República brasileira de forma sintética, simples e nada laudatória, como podemos observar no trecho abaixo, que aborda “Os homens” da época:

Nesse tempo o chefe do governo, o sr. d. Pedro II, Imperador, dispunha de longas barbas brancas respeitáveis e nas horas de ócio estudava hebraico, língua difícil, inútil à administração e à política. Todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas. José de Alencar, romancista enorme, tinha tido barbas enormes, perfeitamente iguais às do Imperador – e chegara a ministro. (RAMOS, 2010, p.141)

Desde o princípio do texto, conforme se vê no excerto acima, destaca-se o tom caricato e displicente na exposição do fim do Império e do início da República brasileira em seus primeiros quarenta anos. Percebe-se, além disso, a forte presença do narrador através de comentários durante a narrativa (como no trecho acima: “inútil à administração e à política” ou “conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas”), distanciando-se dos relatos historiográficos que buscavam manter certa “neutralidade” em relação aos fatos narrados.

Esses dados nos levaram a questionar em que tipo de relato e, conseqüentemente, em que tipo de narrativa se constitui este escrito de Graciliano Ramos. Pouco abordado pela crítica literária, o texto, até hoje, não obteve uma análise minuciosa que se detivesse em seus aspectos composicionais e no lugar que ele ocupa dentro da obra graciliânica. Pouco se fez também para compreender que tipo de relação pode ser vista entre a realidade apresentada no texto e os aspectos sociais que formaram nossa República.

A relação entre a historiografia e literatura também é alvo de nossa reflexão através desse texto, pois, como visto, é clara a presença, nele, de características de um relato historiográfico, seja através da menção de personalidades e episódios, seja através da sua construção linear, traçando o percurso da formação da República da proclamação até a revolução de 1930. No entanto, inicialmente, devemos questionar de que forma essa obra foi e

é vista pela crítica literária. Poderíamos lançar outra perspectiva de leitura e análise além daquelas que já foram realizadas?

2.1 Discursos críticos

Quais são, então, os pronunciamentos da crítica literária sobre esse texto? Os pronunciamentos são escassos e tímidos, ainda assim é necessário listá-los e levá-los em consideração para nossa análise. A crítica literária não parece ter recebido com entusiasmo a obra dita infantojuvenil do Mestre Graça. Os romances aparentemente mais voltados para questões sociais ganharam muito mais atenção e análise crítica, assim como as “memórias”, prato cheio para o biografismo literário ainda presente em 1962 (e obstinadamente presente nos estudos da obra de Graciliano Ramos), quando a primeira edição de “Pequena história da República” foi lançada¹.

No entanto, mesmo tímidas, algumas notas foram escritas sobre o relato historiográfico dos primeiros quarenta anos de República. Boa parte da contribuição se deve aos prefácios e posfácios das muitas edições do livro *Alexandre e outros heróis*, escritos por críticos literários e escritores. São traçados comentários ou apresentações de cada um dos textos que compõem o livro, dando ao leitor uma ideia do que irá ler ou uma perspectiva crítica de leitura da obra.

Seguindo nossa investigação sobre as perspectivas da crítica e dos estudos literários a respeito da obra “Pequena história da República”, encontramos, na 54ª edição, uma das mais recentes, o mineiro Rui Mourão (2010) assinando o posfácio.

Em seu comentário crítico, Mourão (2010) trata separadamente de cada uma das três obras que compõem o livro, enfatizando “Histórias de Alexandre”, sempre o mais comentado dos três textos. O escritor e crítico mineiro concede poucas linhas à análise do texto de cunho historiográfico e considera a obra como uma fase de experimentação de Graciliano Ramos,

¹ Conforme atesta Eunaldo Verdi (1989).

algo não levado adiante e logo abandonado para continuar “[...] trabalhando a linguagem de escritor” (MOURÃO, 2010, p.204).

A afirmativa é ousada e deixa de lado um olhar mais atento à composição do texto. A suposta obra historiográfica é considerada menor em face aos romances ou às memórias:

Mais um texto escrito para concorrer a prêmio, desta vez da revista *Diretrizes*. Abordando a queda do Império e a evolução da chamada República Velha, é uma espécie de crônica histórica. Vale pelo tom irreverente, acentuado na primeira parte, muito semelhante ao do famoso relatório do prefeito de Palmeira dos Índios, dirigido ao governador do estado, que iria possibilitar a descoberta, pelo editor Augusto Frederico Schmidt, do escritor Graciliano Ramos.

O esquema das motivações político-sociais, a princípio mostrado em suas linhas amplas, esbate-se à medida que sucedem os períodos governamentais, em meio a sucessivas tropelias militares e estado de sítio quase permanente, com as autoridades escolhidas por meio das falcaturas do voto de cabresto sendo substituídas ou depostas, sempre com desonra para o país. As personalidades surgem em cena quase sem pano de fundo e atuam como pedras de xadrez de um jogo de certa forma arbitrário. (MOURÃO, 2010, p.202-203).

Pelo que se percebe do excerto, a compreensão de Mourão (2010) é que o texto se constitui em um tipo de historiografia, que vale pelo tom jocoso das primeiras páginas, comparáveis ao relatório do prefeito Graciliano Ramos, esvaindo-se logo depois até se diluir por completo. Assim, para o autor mineiro, o melhor aspecto da obra se concentraria em suas primeiras páginas e estaria relacionado com as habilidades de cronista do autor alagoano e com a denúncia da composição do esquema das motivações político-sociais brasileiras.

No entanto, o que percebemos em “Pequena história da República”, do começo ao fim, é o mesmo tom jocoso e a mesma irreverência:

Era costume o Presidente intervir na escolha do seu substituto. Talvez isso não fosse mau de todo: com pequeno sacrifício, encolhendo-se um pouco os sagrados direitos do cidadão, estabelecia-se alguma ordem nos negócios públicos, evitavam-se perigosas soluções de continuidade. (RAMOS, 2010, p.184).

Nota-se, claramente, o tom irônico do excerto, que faz parte do penúltimo trecho do texto, intitulado “Washington Luís”. São claras, em todos os momentos da obra, a irreverência narrativa e a crítica aos percursos de formação da República. Assim, a ideia de que a apreciação crítica político-social se esbate no decorrer do texto é pouco convincente.

Rui Mourão (2010) ainda critica o posicionamento do autor em relação à Guerra de Canudos, pois, segundo ele, a narrativa adota a mesma perspectiva que o governo da época, tratando o caso como um mero movimento rebelde, sem o considerar “episódio que, sacudindo a consciência do país, a escancarou para uma compreensão nova de nós mesmos” (MOURÃO, 2010, p.203). A crítica ao tratamento dado a Canudos não parte apenas desse autor; Araujo (2008, p.169) também considera o tratamento dado ao episódio como “[...] o momento mais infeliz da escrita do extraordinário Graciliano Ramos”. No entanto, nossa perspectiva não se voltará para a validade ou invalidade do posicionamento da narrativa sobre Canudos, mas sim sobre como é construída essa narrativa e que tipo de leitura diferenciada, em relação ao episódio, ela estabelece com outras narrativas e com a historiografia oficial. Por enquanto, o que nos interessa é compreender como a crítica literária vem abordando e considerando essa obra.

Finalmente, para Mourão (2010), após a publicação de *Vidas secas*, último de seus romances, o autor alagoano havia fechado um ciclo. Os textos que compõem *Alexandre e outros heróis* foram escritos em uma interfase, concomitante com o fim das ditas fase romanesca e do início da fase memorialística. No entanto, embora a obra, considerada infantojuvenil, se configure neste lugar de maturidade, dentro do escopo das obras do Mestre Graça, Mourão (2010), conforme dito anteriormente, atesta que, em *Vidas secas*, Graciliano Ramos havia atingido um limite difícil de ser superado e que *Alexandre e outros heróis* foi uma obra de experimentação fracassada. Sobre o resultado dessa experiência o crítico mineiro afirma:

Como nessa fase nem mesmo a narrativa mais longa e mais ambiciosa, “Alexandre”, deve ter-lhe inspirado confiança, a solução que finalmente entreviu seria a do retorno à linha de pesquisa anterior. Continuar trabalhando a linguagem de escritor, perseguindo se possível crescente exigência, para o entendimento do mundo. Foi quando se entregou à memorialística. Caminhar nesse sentido significava, além do mais, uma retomada da obra anterior, na medida em que iria aprofundar resíduos de experiência pessoal que haviam impregnado, por exemplo, *Angústia*. Daí para a frente, Graciliano se concentraria no trabalho de produzir *Infância* e *Memórias do cárcere*, este publicado postumamente. (MOURÃO, 2010, p.204).

Percebem-se, no trecho, duas considerações sobre o “experimento”: a) o trabalho de linguagem de “escritor”; e b) o conjunto da obra graciliânica como “aprofundamento de resíduos da experiência pessoal”. Desta forma, o crítico, inicialmente, visualiza “Pequena história da República” enquanto interrupção da linha de pesquisa que levava Graciliano

Ramos a trabalhar a linguagem de escritor e, com isso, o leva ao “entendimento do mundo”. Essa compreensão, no entanto, não é demonstrada por nenhuma referência ao texto, nem por justificativas que revelem, através da análise da composição da obra, aspectos que indiquem menor trabalho de linguagem ou menor comprometimento com a estrutura escrita. A relação autor-obra em Graciliano Ramos, também ressaltada, é ponto comum para muitos críticos, mas esta visão da obra pela vida do autor também já foi muito refutada. Eunaldo Verdi (1989), ao analisar o tratamento dado pela crítica literária à obra de Graciliano Ramos, atesta que é necessário cuidado para não confundir aspectos da vida pessoal do escritor presentes na obra com uma análise da obra através da vida do autor (VERDI, 1989, p.78). Além disso, Verdi (1989) também afirma que esta falta de distinção

É o que acontece com muitos críticos que não são capazes de tratar a obra também como individualidade, buscando nela as significações que lhe são imanentes, mas se apegam tão somente às significações que remontam à personalidade de seu criador. Reside na incapacidade de analisar as complexidades estruturais da obra literária a principal deficiência da crítica de base biográfica que acabamos de ver. (VERDI, 1989, p.78).

Nosso propósito aqui, portanto, não recairá em aspectos da vida de Graciliano Ramos, sequer sobre sua visão político-partidária, critério comum de análise quando se pretende verificar aspectos sociais ou históricos na obra do autor alagoano. Mas verificaremos como “Pequena história da República” se distingue dos artefatos históricos de sua época e como esse texto se insere no quadro de obras literárias. Compreender esse relato como trabalho menor de linguagem por não apresentar aspectos da vida pessoal do autor ou porque não se coaduna com a visão comum que se tem do autor de *Vidas secas* (socialista convicto que denuncia as mazelas da sociedade voltando seu olhar para o pobre e o necessitado contra o burguês e o capitalista) não se constitui em análise literária objetiva, de acordo com nossa perspectiva. Cabe ao nosso estudo reconhecer, ou não, o que há de construto literário no texto e sua relação com a compreensão da formação histórica de nosso país. Nada mais.

Em síntese, com isso em mente, o que nos é apresentado da crítica realizada por Mourão (2010), sobre “Pequena história da República”, são os seguintes pontos: 1) o crítico percebeu o texto como uma espécie de crônica histórica; 2) os pontos fortes do texto foram percebidos na irreverência e na demonstração do esquema de motivações político-sociais; 3) e a escrita do texto foi percebida como um experimento fracassado e interrupção do trabalho de linguagem iniciado nos romances. Entendemos, por meio dessa crítica que a única justificativa para tal abordagem do texto é a ausência de aspectos mais ligados à vida pessoal

do autor na obra e de uma indistinção entre autor e narrador do texto. Analisaremos, em outro momento deste trabalho, se, de fato, podemos perceber o texto na categoria de crônica histórica.

No prefácio ao livro *Alexandre e outros heróis*, escrito por José Geraldo Vieira (1970), intitulado “A Dioptria de Alexandre”, após divagar sobre seu relacionamento pessoal com o autor alagoano e sua obra, o autor apresenta cada um dos textos do livro. Sobre a obra, que é objeto desta análise, ele traça algumas linhas que, mesmo se constituindo em uma citação longa, valem ser transcritas:

“Pequena história da República”, o terceiro livro do volume em apreço, tanto se parece com uma fileira de fichas picotadas pelo sistema eletrônico como com uma série de fios-rolos dum *tape* (caso em 1942 já os houvesse). Fica a singular distância de dois módulos já empregados no Brasil para assunto similar. *A História do Brasil pelo método confuso*, de Madeira de Freitas, e *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso. Distância tão singular que, quer adotando o método de pesquisa fenomenológica quer recorrendo ao método estruturalista, temos de buscar-lhes as madres estilísticas em Juvenal e os interstícios dialéticos na *Satira Menippeia*.

Consta que Mestre Graça, ao dar por acaso com os olhos no regulamento dum concurso de obra didática, experimentou a tentação provocante de encher algumas laudas com verrinas no tipo de *Castigos*, de Victor Hugo. Mas aproveitou a desenvoltura digital para algo mais útil e urgente: barbear-se. Ainda assim, vendo-se ao espelho sentiu em sua cara certa disposição picaresca para, aproveitando eventual disponibilidade, acanalhar um concurso.

Barbeado, almoçado, desistiu da ideia. Contudo, o verme continuou a roer o fruto e certa noite, num rompante, ele consultou datas, nomes, episódios, amarfanhou-se como roupa servida dentro duma máquina de lixívia em cujo bojo redemoinhavam espumas saponáceas decorrentes das cinzas de Quintiliano, Pérsio, Ronsard, Dryden, Aretino, Wieland, Boileau, Alarcon, Gregório de Matos e Camilo.

É claro que de madrugada largou em qualquer lugar as laudas, como quem se aborrece dum jogo de palavras cruzadas, ou melhor, de quem se arrepende de haver tido a ideia de rabiscar muros noturnos. No acervo da sua obra, esta “Pequena história da República” é digna do gesto do aspirante Euclides da Cunha ao tentar quebrar no joelho o espadim. (VIEIRA, 1970, p.17-18).

Percebem-se dois tratamentos dados à obra nesta apreciação: primeiro, a comparação com outros textos de autores literários ou mestres da sátira; segundo, a posição inferior conferida ao texto que, embora considerado fruto das cinzas de grandes nomes, mereceram ser largadas em qualquer lugar, dignas do ato de revolta do aspirante Euclides da Cunha ante o ministro da Guerra na Escola Militar, mas não do Mestre Graça. Tanto que a consideração a esse texto se resume nestes quatro parágrafos, mais cheios de elucubrações sobre como a obra

foi escrita do que de apreciações objetivas sobre sua composição textual. É claro que esse tratamento reflete a compreensão de literatura à época do crítico e não estamos conferindo à nossa análise uma perspectiva superior em relação à apreciação. Buscamos, apenas, evidenciar os critérios utilizados na crítica literária e verificar a percepção do crítico sobre a obra. O que percebemos, no entanto, é que o imaginário do crítico sobre a composição se sobrepõe ao que a obra diz por si mesma.

Além do caráter irônico/satírico, em comum com a obra de outros grandes nomes da literatura, e da comparação de estilo com Juvenal, nada mais sobre a composição do texto é apresentado. Tampouco problematiza a questão referente ao gênero literário da obra, pois o autor parece seguro sobre o que afirma: é grande a distância em relação ao que já foi produzido sobre a mesma matéria, independente do método escolhido para análise. Há um destaque à formatação fragmentária do texto (“fichas picotadas” e “fio-rolô de *tape*”) que remetem aos pequenos trechos encabeçados por subtítulos em que a obra foi escrita.

Entretanto, percebe-se a concepção de que Graciliano Ramos teria escrito o relato apenas como gozação ou com intuito de depreciar o concurso da Revista *Diretrizes*. A ideia do roubo noturno que faz com que o autor alagoano adentre a madrugada escrevendo laudas e laudas apenas para jogá-las em algum lugar, arrependido do “vandalismo” à História, nos parece inverossímil. De qualquer forma, apesar de construir um texto pouco dissertativo-argumentativo e mais voltado para a narração, na apreciação de Vieira (1970) percebe-se que o texto só é comparado com o de outros autores e a outras obras literárias. Assim, mesmo que transpareça uma valoração menor ao relato graciliânico, este, pelo tratamento dado no prefácio, se estabelece no rol das obras literárias, pois a comparação com a obra de outros autores confirma a posição de literatura dada ao texto do Mestre Graça. Com isso, Vieira (1970) lega-nos a perspectiva segundo a qual o texto se configura como obra literária, mesmo que de valor modesto, composta em forte tom satírico².

Seguindo nossa revisão bibliográfica acerca de “Pequena história da República”, temos o trabalho de Jorge de Souza Araujo (2008), em um livro que ganhou o prêmio intitulado “Graciliano Ramos: sua presença na cultura brasileira”, do Concurso Nacional de

² Essa interpretação foi feita com base na associação realizada por Vieira (1970) entre “Pequena história da República” e as obras de Juvenal (poeta romano que cultivou o gênero da sátira) e a *Satira Menippeia*, gênero satírico em prosa que se configura próximo da novela e ataca mais a corrupção das ações do que os indivíduos.

Literatura da Academia Alagoana de Letras, livro que, segundo o próprio autor, pretende realizar uma “revisitação à obra em todo o seu complexo conjunto” (ARAUJO, 2008, p.8) enfocando, especificamente, os livros menos abordados pelos estudos literários.

O autor divide o seu trabalho em capítulos, nos quais aborda os gêneros literários cultivados pelo Mestre Graça: romances, contos, memórias, crônicas, cartas e “viagem”. A apreciação de “Pequena história da República” é inserida no capítulo “Os contos”, onde se analisa todo o livro *Alexandre e outros heróis* e também o livro *Insônia*. No entanto, a percepção sobre a categoria em que o texto é inserido é outra:

Na “Pequena história da República” um historiador aligeirado se faz analista agudo e crítico, que convence pela ironia acutilada. Traça o perfil do período republicano no Brasil desde os antecedentes, com a deposição ultrajante de Pedro II. Fixa o quadro sinótico e panorâmico de nossa sociologia política e dos partidos Liberal e Conservador (um e outro conservador no poder, liberal na oposição). Então, como até *hoje, não reparamos nos trabalhos que o governo executa, mas vemos perfeitamente os que ele deixa de realizar*. O texto de Graciliano não pratica o gênero conto, senão a crônica literária (não necessariamente histórica) e de costumes sociais. (ARAUJO, 2008, p.167. Grifos do autor).

Inicialmente, o crítico aborda o texto como fruto de um “historiador aligeirado”, para em seguida classificá-lo como crônica. Mas, em seguida, o próprio crítico baiano reconsidera a afirmação: “A ironia sutil arremata o texto de difícil classificação de um Graciliano Ramos denunciador [...]” (ARAUJO, 2008, p.168) e ainda “Difícil é enquadrar esse texto caleidoscópico no conjunto da obra de um grande escritor e quais as razões lógicas de seu enunciado e das intenções autorais” (ARAUJO, 2008, p.169).

Com isso, o crítico desconstrói a classificação anterior e estipula ainda uma busca pelas intenções autorais, critério de análise literária superado, em desuso, e que não considera a composição textual como ponto de partida. Esse tipo de consideração do texto literário não interessa ao nosso estudo, que visa, mais especificamente, à compreensão das características imanentes do texto. Apesar dessas dificuldades em estabelecer o texto em uma categoria literária, Araujo (2008), quando se detém sobre sua composição, contribui para a compreensão da narrativa graciliânico:

Minimizando ícones de simbolismo tendencioso (a exemplo das iniciais maiúsculas para *abolição* e *república*), o espectro descritivo-narrativo sem contenção irônica e de um sarcasmo iconoclasta, Graciliano radica nos problemas brasileiros os males da improvisação, da falta de planejamento e das decisões abruptas, sem nenhuma consulta ao povo. O perfil de nossa

evolução histórica e sociológica é de extrema insatisfação, refletida na origem desde as forças escravocratas, incomodadas com a Abolição, indiferentes à queda da Monarquia. Assim nasce e se perpetua uma República de intrigas, recheada de disputas e ressentimentos. Graciliano relativiza a exatidão, denunciando a História oficial que sobrevive sob a saraivada de eventos e datas. (ARAUJO, 2008, p.168. Grifos do autor.).

Parece, de fato, que a forma como a República se constitui é representada na própria composição narrativa: fragmentária, simplista e sintética. Além disso, a crítica cáustica ao discurso histórico transparece subjetivamente, pela composição do relato, e objetivamente, pela ironia explícita aos livros de “história do Brasil de perguntas e respostas” (RAMOS, 2010, p.141). Dessa forma, Araujo (2008) destaca que o texto, para além de se constituir em mera compilação de datas e eventos, se constitui em denúncia ao discurso histórico oficial e desconstrução da visão mítica em torno de personagens e eventos do início do período republicano no Brasil. Percebemos, então, através da apreciação deste crítico, alguns pontos: 1) concebe-se o texto ora como crônica literária, ora como historiografia, e por fim é visto como obra de difícil categorização; 2) destaca-se o tom irônico, sarcástico e crítico da composição da obra; 3) acentua-se a configuração da obra enquanto discurso que denuncia as mazelas da formação brasileira e a artificialidade do discurso histórico oficial. Consolida-se, até o momento, a perspectiva irônica e/ou sarcástica da obra e se estabelece o questionamento: qual seria o gênero textual dessa obra?

Seguindo nossa busca, através da revisão crítica sobre a obra, em outra edição do livro, publicada em 1976, é Osman Lins (1976) quem escreve o posfácio de *Alexandre e outros heróis*. O escritor vê em “Pequena história da República” outra motivação, que não a simples ideia de “acanalhar um concurso” organizado por uma revista. Lins (1976, p.184) afirma sobre o certame que é “esse concurso que sugere ao escritor a ideia um tanto sacrílega de ordenar à sua maneira os fatos de nossa República” e que, embora a publicação não estivesse em cogitação, o texto “é exatamente uma espécie de resposta, desabusada e ferina, às muitas outras histórias – todas, decerto, convencionais – que seriam enviadas à Comissão Julgadora” (LINS, 1976, p.184). Assim, embora tivesse um tom desabusado, essa escrita teria uma função, não se deteria no simples arruído ou na zombaria. Mas qual?

O próprio Osman Lins (1976), no trecho imediatamente seguinte à citação anterior, nos oferece uma resposta:

Com tal propósito, o ficcionista, por momentos, faz-se historiador. Historiador? Pensando bem, não estaria, com isto, muito longe do ofício de

escrever romances. A primeira vista, ficção e historiografia obedecem a normas muito diferentes: à ficção, faltam compromissos com o sucedido e o documental; a historiografia, cuja função, em tese, é a crônica dos eventos históricos, repele a invenção e, sem o concurso de documentos idôneos, vale pouco ou nada. Tal exatidão, entretanto, tem o seu lado equívoco ou ilusório. Há, na História, uma acentuada tendência para subtrair aos fatos o que têm de trivial, ridículo, pedestre, acrescentando-os, em compensação, com uma aura de magnificência. Tem-se, às vezes, ante os relatos históricos, a impressão de que os personagens, alçados a um grau de nobreza alheio à nossa experiência cotidiana, moviam-se através das batalhas e da ação política como personagens de teatro – de mau teatro – num palco sempre iluminado e do qual a plateia é a posteridade. A fidelidade, aí, cede passo às leis do enobrecimento. Os retratos dos reis e dos guerreiros são sempre bem retocados.

Graciliano Ramos, na sua *História da República* [sic], toma a direção contrária. Não o move qualquer compromisso ou preocupação de enobrecer os fatos evocados. Sua visão é exata, fiel, desencantada e talvez mesmo cáustica. Há, no texto, muitos exemplos disto. [...] (LINS, 1976, p.184-185. Grifo do autor).

O romancista observa no Mestre Graça a feição de um historiador, mas um historiador menos comprometido com o louvor de personagens e eventos e mais comprometido com a fidelidade do relato histórico. Fidelidade que não está ligada à pretensa exatidão da ciência historiográfica, mas que desconstrói a ilusão de magnificência que muitos fatos triviais recebem no tratamento da História.

Assim, de acordo com a leitura de Osman Lins (1976), percebe-se em “Pequena história da República” uma escrita de romancista que se faz historiador, embora se constitua em texto que rompe com o padrão historiográfico e torna-se, com isso, mais exato e fiel. Como compreender esta visão aparentemente paradoxal? Através da noção de que a historiografia convencional da época omitia os fatos triviais ou pouco louváveis e buscava enaltecer o sistema político-social vigente. Por isso, o texto de Graciliano Ramos aparece na contramão de sua época. A leitura de Lins (1976) também aponta a propriedade cáustica do texto, em consonância com o que Vieira (1970) já havia apontado. Propriedade que aparece claramente em todo o texto, como no exemplo abaixo, retirado do trecho intitulado “5 de julho”:

A eleição realizada em março de 22 foi um desastre, como de ordinário. Vencedor o candidato do governo. Pílulas. Continuação da mágica besta; a chapa entregue ao eleitor encabrestado e metido na urna, ata fabricada pelo coronel, o Congresso examinando todas as patifarias e arranjando uma conta para a personagem escolhida empossar-se. (RAMOS, 2010, p.181)

Percebe-se que o tratamento dado ao acontecimento quase recebe o tom do desprezo. A desaprovação do narrador ante os fatos que relata é claro e evidenciam o descontentamento com as incongruências do processo eleitoral na eleição de 1922. Outros trechos apresentam o mesmo tom ferino e instituem a crítica do narrador ante os eventos, a denúncia das falcatruas e desmandos da politicagem na recém-criada República do Brasil.

Outro ponto observado pelo escritor pernambucano é o do tratamento da linguagem dado à narração dos eventos históricos. Em muitos pontos do texto, o narrador utiliza expressões jocosas ou populares para se referir a situações e personalidades (como pode ser bem percebido no excerto acima). As expressões não ganham qualquer demão e se constituem quase em oralidade. De fato, em alguns trechos o relato assemelha-se à narrativa oral e o tom historiográfico, com a objetividade do discurso da ciência, perde em força. Sobre isso Lins (1976) diz:

[...] Tais expressões ressaltam um aspecto importante, mais de uma vez referido neste breve estudo: a perícia com que a matéria verbal, em Graciliano Ramos, serve aos fins propostos. O objetivo de apresentar, da República, um quadro realista e, se necessário, ridículo, exigiria também uma linguagem no mesmo tempo enérgica e incisiva, uma linguagem *eficiente*, bem longe dos clichês aplicáveis às “Histórias” convencionais. (LINS, 1976, p.185, grifo do autor).

É a ruptura com os padrões da historiografia da época que transformam o texto graciliânico em lição “sobre os poderes da palavra e sobre a função do verdadeiro escritor, sempre insubmisso, sempre atento à esclerose e ao engano” (LINS, 1976, p.186). É a eficiência em manejar a linguagem, seu trabalho e perícia verbal em transformar a matéria da História em texto literário, que são ressaltados por Osman Lins. Por isso, o crítico afirma que “Pequena história da República” é o *mundo enfrentado*³. Esse enfrentamento se dá pelo tratamento e manejo da linguagem, como o autor afirma, algo que é próprio do trabalho do escritor, especificamente, do escritor literário, que se utiliza da linguagem literária para representar e rerepresentar o mundo, sob um olhar crítico e autônomo em relação ao discurso dominante, podendo ou não reproduzi-lo. Com isso, percebemos através da análise de Lins (1976) que são ressaltados dois aspectos da composição do texto: primeiro, que o relato é concebido como uma espécie de historiografia que rompe com o discurso historiográfico

³ Termo que compõe o título do posfácio: “O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado”. Cada termo se refere a um dos três textos que constituem a obra e demonstram a relação que cada texto estabelece com a realidade: “Histórias de Alexandre” (*o mundo recusado*); “A terra dos meninos pelados” (*o mundo aceito*); e “Pequena história da República” (*o mundo enfrentado*).

convencional, tornando-se assim mais fiel; e, em segundo lugar, que é percebido no texto um forte trabalho de linguagem para apresentar, da história brasileira, um quadro “realista” ou “ridículo”, utilizando-se para isso de expressões populares e jocosas.

Por sua vez, Wander Melo Miranda (2004), em livro dedicado à obra de Graciliano Ramos, é outro dos poucos críticos que se detêm a analisar, ou ao menos traçar algumas linhas sobre “Pequena história da República”. Vejamos como ele aborda o texto de “cunho historiográfico” do Mestre Graça:

Por que a República brasileira não dá certo? Essa é a pergunta cuja resposta se desdobra, multifacetada, na “Pequena História da República”, escrita por Graciliano Ramos em 1940. Em sucintos blocos narrativos, dirige-se ao público infante-juvenil, como uma espécie de suplemento irônico à literatura até então produzida para “desenvolver entre a população infantil o sentimento do patriotismo”. A aparente banalidade do texto não impede que ele aponte questões relevantes acerca dos impasses da nossa ‘pequena’ República. Bastam como exemplo os segmentos iniciais, não sem malícia intitulados “As Coisas” e “Os Homens”, pois dão o tom geral da narrativa, que se conclui com “1930”. (MIRANDA, 2004, p.70).

Miranda (2004) concebe o texto de Graciliano Ramos como uma espécie de contraponto aos livros didáticos da época, pois a História do Brasil que se contava às crianças tinha por objetivo desenvolver o nacionalismo e a visão patriótica infantil. Ao mesmo tempo, o crítico também evidencia, como o fizera Osman Lins (1976), a composição do texto percebendo, a partir dos subtítulos dados aos trechos narrativos, as construções intencionais e dotadas de sentido. É importante ressaltar ainda que, para Miranda (2004), a escrita do Mestre Graça tinha uma dimensão utilitária (MIRANDA, 2004, p.13); assim, a concepção do texto sobre a República não se constituía em atividade banal ou de valor inferior, mesmo que a princípio pudesse ter esse aspecto, pois, para o crítico mineiro, na escrita graciliânica ocorre um “afrontamento do interdito através da ironia e da redução da linguagem àquele mínimo de recursos que a faz funcionar sem perder a carga explosiva que encerra” (MIRANDA, 2004, p.13) que se reflete, neste texto historiográfico, através do apontamento das questões mais relevantes de nossa formação republicana.

Além disso, Miranda (2004) evidencia o forte tom crítico presente no texto, que ironiza a instituição da república no Brasil, bem como os movimentos sociais aqui desenvolvidos. A crítica incide sobre tudo: desde os governantes até os pés-rapados de Canudos. Com essa percepção, Miranda (2004) concebe esse texto como uma “interpretação do Brasil com base na literatura” (MIRANDA, 2004, p.72), assumindo o escrito como algo a

mais que mero compêndio de datas e eventos e entendendo o tratamento do discurso literário aos eventos históricos como meio de compreensão da realidade brasileira.

Considerando aspectos da composição desse texto, o crítico mineiro ressalta que “A linguagem direta, perpassada pelo costumeiro tom de ironia, e a lucidez na apreensão do fato social são características dos textos que escreve ao longo dos anos, sempre tendo em vista a utilidade que possam ter para o leitor [...]” (MIRANDA, 2004, p.72).

Com isso, apreendemos da crítica de Miranda (2004) que: 1) a narrativa foi escrita em sucintos blocos narrativos; 2) foi composta em linguagem direta; 3) foi dirigida ao público infantil; 4) é um texto irônico que se contrapõe ao que até então havia sido produzido para crianças; 5) aponta questões relevantes sobre a realidade brasileira do início da República.

Analisando a obra sob uma perspectiva diferente temos Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1999) também tecendo considerações sobre “Pequena história da República”. Ao analisar as obras da literatura infantil brasileira que se detiveram em temas escolares, as autoras abordam o texto graciliânico afirmando que

Este último fato [discrição a respeito da República na obra *As aventuras de Tibicuera*, de Erico Veríssimo] talvez explique o silêncio a respeito da atualidade uma vez que não era possível analisá-la criticamente. Como, porém, a perspectiva inovadora está sistematicamente ausente, substituída em muitos casos pelo patriotismo laudatório, a discrição e a sobriedade talvez se devessem à falta de mitos do período, que, existentes e consolidados em relação às demais fases, eram reproduzidos sem constrangimentos. Nesse sentido, cabe destacar a obra de Graciliano Ramos, *Pequena história da República*, único texto a resgatar os exemplares do gênero histórico.

Graciliano escreveu o texto na década de 40, durante o Estado Novo e, por suas características, a publicação foi sustada. As causas saltam à vista: Graciliano enfrenta a atualidade com desembaraço e desmistifica os poucos episódios que circulavam como lenda. Reduz a proclamação de Deodoro a uma confusão de ordens e contra-ordens, as quais, por pouco, não fazem vítimas inocentes. Não tem a menor paciência com as revoluções, que apresenta como produto de ambições pessoais. E adota um modo de narrar original, fortemente sintético, misturando ironia e alusões ao presente.

A *Pequena história da República* destoa do quadro geral das obras de fundo didático. Concebe, como ocorrera a Lobato, uma educação fundada em valores mais críticos, segundo um estilo direto e maduro na apresentação dos fatos. Graciliano não protege os acontecimentos, atenuando-os com panos quentes, nem protege o leitor, que considera em pé de igualdade e com o qual discute ideias consagradas. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p.79-80. Grifos das autoras).

Dessa forma, Lajolo e Zilberman (1999) percebem a singularidade do texto do Mestre Graça e seu contraponto com outras obras infantis de temática escolar ou “didática”. Percebem que o texto foi concebido no sentido de reapresentar uma verdade já estabelecida e despertar uma leitura crítica da historiografia. No entanto, pela forma como a crítica é feita (segundo um estilo direto e maduro), o tom didático perde força e não se torna evidente. A narrativa não se propõe a expor uma verdade pronta, como ocorre na maioria das obras de fundo didático. A composição da narrativa exige do leitor um olhar mais acurado e perspicaz ante o que está sendo dito, pela forma como é dito. Mais que apenas relatar os fatos, a motivação de certos trechos da composição é outra:

Oswaldo Cruz achava que era vergonhoso uma pessoa apresentar marcas de bexigas. Pensando como ele, o Congresso tornou obrigatória a vacina. E muita gente se descontentou. Estávamos ou não estávamos numa terra de liberdade? Tínhamos ou não tínhamos o direito de adoecer e transmitir as nossas doenças aos outros?

A 14 de novembro de 1904 houve um motim: sublevou-se a Escola Militar, o general Travassos morreu, Lauro Sodré, senador, e Alfredo Varela, deputado, foram presos.

Assim, além das vítimas que ordinariamente causa, a varíola produziu essas. (RAMOS, 2010, p.173).

A Revolta da Vacina foi reduzida, no texto, a uma questão de liberdade e direitos individuais. De fato, o excerto se constitui uma ironia a respeito da revolta que sacudiu o Rio de Janeiro em 1904. O descaso “didático” no tratamento do episódio é evidenciado pelo relato do motim em sentenças telegráficas, destituídas de contexto e de maiores explicações que permitam a adequada compreensão do evento histórico. Somente aqueles que conhecem os fatos identificam a crítica velada. Crianças em fase escolar dificilmente teriam a maturidade para perceber a ironia do texto, embora pudessem aproveitar o texto pela leitura em si.

Por isso, através da análise crítica realizada por essas autoras ao texto do Mestre Graça, podemos listar as seguintes características identificadas por elas: 1) o texto é visto como resgate aos exemplares do gênero histórico; 2) desmistifica os episódios que corriam como lenda à época; 3) narra os fatos de forma original e sintética; 4) o texto é irônico; 5) se contrapõe aos textos de fundo didático; 6) adota um estilo direto e maduro na apresentação dos fatos; 7) trata o leitor em pé de igualdade através da discussão dos eventos narrados.

Após realizarmos essa revisão da fortuna crítica sobre a obra, podemos elencar os principais aspectos apontados na obra e perceber os aspectos discordantes entre as análises realizadas.

Primeiramente, parece-nos claro que o gênero a que pertence esse escrito não é ponto pacífico para a crítica. Seja como crônica (histórica ou literária), sátira menipéia, relato historiográfico, historiografia literária, literatura infantojuvenil ou simplesmente um texto de difícil categorização, nenhuma das análises críticas apontadas parece concludente sobre o gênero desse texto.

Em segundo lugar, podemos afirmar que é unânime a consideração de que se trata de um texto irônico. Outros aspectos relacionados e elencados foram o sarcasmo e a sátira, mas, para nossa análise, trabalharemos apenas com a consideração sobre a presença da ironia na obra. Apesar da dificuldade em adotar (ou estabelecer) um conceito para aquilo que entendemos como ironia, em todo este trabalho o termo não será compreendido na perspectiva do senso comum como a figura de linguagem (ou de retórica) que diz o contrário do que está sendo dito. Nossa compreensão de ironia irá se deter em sua estrutura e função básica, capaz de abranger a maior quantidade possível de casos distintos em que ocorre esse fenômeno de linguagem. Por isso, inicialmente, consideraremos a noção geral que Massaud Moisés (2004, p.247) aponta como modo de funcionamento da ironia:

A ironia funciona, pois, como processo de aproximação de dois pensamentos, e situa-se no limite entre duas realidades, e é precisamente a noção de balanço, de sustentação, num limiar instável, a sua característica básica, do ponto de vista da estrutura [...],

ou seja, a concepção de ironia neste trabalho é a de um dizer que se situa entre dois sentidos, entre duas leituras possíveis. Na terceira seção desta pesquisa, tentaremos delimitar melhor o tipo de ironia que, em nossa perspectiva, prevalece no texto graciliânico investigado.

Percebemos ainda que os críticos, de uma forma geral, apontaram para o caráter sucinto e direto do texto. De fato, a objetividade na narração dos primeiros quarenta anos de República é grande. Resume-se, algumas vezes em um simples parágrafo, um período presidencial inteiro. Essa característica também será analisada de forma especial quando da análise estrutural da narrativa, na próxima seção, pois acreditamos que ela está vinculada ao foco narrativo adotado e pode nos ajudar a perceber que tipo de relação é criada entre o ponto de vista e a realidade social do nosso país.

Em quarto lugar, e por último, podemos afirmar que a crítica literária, excetuando uma ou outra perspectiva, viram em “Pequena história da República” um modo diferente e relevante de perceber o processo de formação da República no Brasil. Rompendo tanto com

as perspectivas tradicionais quanto com as perspectivas de oposição aos relatos oficiais, o texto se constitui separado dos partidarismos políticos e constrói sua própria leitura dos fatos históricos através da desconstrução dos eventos. Esse modo “independente” e crítico de situar ideologicamente o relato também será alvo de nossa análise, dessa vez, na quarta seção, quando estabeleceremos a relação entre a composição textual e como esta incorpora a realidade não textual em sua estrutura.

2.2 Nos discursos da escrita

2.2.1 Discursos historiográficos

Ao longo deste trabalho, precisaremos definir, ou tentar compreender, em que tipo de escrito “Pequena história da República” se constitui, pois sem esta compreensão não poderemos analisar com a devida qualidade crítica o texto de Graciliano Ramos. Será que não deveríamos tomar esse texto como simples historiografia ao invés de tratá-lo como literatura? Quais os elementos que nos levaram, e à boa parte da crítica literária, a tomar esse texto como uma obra literária? Essa compreensão será construída, primeiro, através da distinção, ou da melhor observação, entre as características da historiografia e em que esta difere da escrita literária.

Remontando a um teórico bem distanciado no tempo, comecemos com o filósofo grego Aristóteles (2005), que, na tradição cultural do Ocidente, primeiro teorizou sobre as características e as distinções entre os discursos poético, científico e o de outras artes. Para ele, a distinção entre Poesia e História era nítida:

É claro, também, pelo que atrás ficou dito, que a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas sim coisas quais podiam acontecer, possíveis no ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade.

Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; a obra de Heródoto podia ser metrificada; não seria menos uma história com o metro do que sem ele; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. Por isso, a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela anuncia verdades gerais; esta relata

fatos particulares. Enunciar verdades gerais é dizer que espécie de coisas um indivíduo de natureza vem a dizer ou fazer verossímil ou necessariamente; a isso visa a Poesia, ainda quando nomeia personagens. Relatar fatos particulares é contar o que Alcibíades fez ou o que fizeram a ele. (ARISTÓTELES, 2005, p.28)

Parece-nos que Aristóteles (2005) quer distinguir a Literatura da História pelo objeto de cada uma, ou seja, pela matéria que constitui a historiografia e a escrita literária. Com essa compreensão, para o filósofo grego, a arte poética não se detinha sobre acontecimentos, mas “fatos quais podiam acontecer”. O que isso significa? Bem, entendemos que a preocupação da arte poética de Aristóteles não seria a de, necessariamente, relatar fatos ocorridos, acontecimentos “reais”, mas narrar coisas *possíveis* de ocorrer *com qualquer pessoa*. “Enunciar verdades gerais” seria, portanto, enunciar fatos inerentes ao ser humano, enquanto que “relatar fatos particulares” seria relatar o que ocorreu, concretamente, com uma pessoa específica.

À primeira vista, essa ideia poderia evidenciar a caracterização de “Pequena história da República” como um texto historiográfico. Focado em relatar o desenvolvimento dos primeiros quarenta anos da vida republicana, o narrador deixaria de lado o verossímil e as chamadas “verdades gerais”, detendo-se nos acontecimentos e no que é particular, por narrar o que ocorreu com esta ou aquela personalidade da História do Brasil. O texto de Graciliano Ramos se distanciaria assim dos fatos possíveis para se deter nos “verdadeiros” ou naquilo que de fato ocorreu historicamente, isso segundo depoimentos de época, ouvidos ou lidos, registrados ou dispostos no plano da memória coletiva.

Abordando a questão da distinção entre História e Literatura, Luiz Costa Lima (2006), desde o prefácio do livro *História. Ficção. Literatura*, confirma o estabelecimento da aporia central da ciência História: a “verdade do que houve”, isto é, que a ciência História busca a “verdade”. A busca do historiador seria a da “verdade” dos acontecimentos, ou seja, sua preocupação seria a de relatar com precisão os fatos ocorridos tais quais ocorreram. Essa concepção básica para a função da História se enquadra bem com o que Aristóteles (2005) enunciou. A verdade do que houve se deteria aos fatos deixando de lado o *possível* ou *necessário*, que seriam da alçada poética. Com isso, a literatura, instituiria uma coerência interna, dentro do seu próprio discurso, enquanto a História buscaria a coerência de seu discurso através da relação com a realidade.

No entanto, embora ocorra a distinção entre a História e a Poesia por pontos relacionados com a possibilidade e a necessidade das ações humanas, outra questão, que nos parece preocupar mais o filósofo grego do que a presença ou não de acontecimentos reais, é a do arranjo da peça poética:

Já nas tragédias, os autores se apoiam em nomes de pessoas que existiram; a razão é que o possível é crível; ora, o que não aconteceu não cremos de imediato que seja possível, mas o que aconteceu o é evidentemente; se impossível, não teria acontecido.

[...]

Isso evidencia que o poeta há de ser criador mais das fábulas que dos versos, visto que é poeta por imitar e imita ações. Ainda quando porventura seu tema sejam fatos reais, nem por isso é menos criador; nada impede que alguns fatos reais sejam verossímeis e possíveis e é em virtude disso que ele é seu criador. (ARISTÓTELES, 2005, p.29)

Isso, a nosso ver, demonstra que nada impediria que fatos ou personalidades reais fossem tomados pela Literatura como tema. A distinção, no entanto, estaria na forma de tratá-los, ou seja, nos modos de execução, e se eles carregavam, ou não, “verdades gerais”. A forma de tratar se referiria àquilo que poderia ou fosse possível acontecer, de acordo com a *verossimilhança*; enquanto as “verdades gerais” seriam decorrentes da análise do ser humano, fruto da compreensão das ações humanas, estas objeto da *mímesis* aristotélica. Assim concentramos duas concepções básicas para Aristóteles (2005) do que seria a arte poética: relato verossimilhante com a *mímesis* das ações humanas. Tendo isso em mente, acreditamos que caso uma obra encerrasse essas duas condições poderia ter como objeto do relato eventos que ocorreram de fato.

Trazendo essa compreensão para nossa análise de “Pequena história da República” teríamos que ela não poderia ser concebida apenas como historiografia, pois em alguns pontos não se detém apenas em narrar episódios que ocorreram com pessoas particulares que fizeram parte da História do Brasil, mas também relata situações possíveis:

[...] No fim de maio a preta velha aguentou mal a irritação dos patrões. Sinhá-moça exigiu qualquer coisa, impaciente, batendo o pé, e a negra teve um rompante:

- Cativoiro já se acabou, sinhá. Agora é tão bom como tão bom.

Arrumou a trouxa e ganhou o mundo. Depois voltou arrependida, mas achou mudanças: os brancos arriados, murchos, bambos; as plantações murchas, bambas, arriadas; a fazenda quase deserta. A autoridade soberba do patriarca encolhera. Tudo encolhera – e nesse encolhimento, nessa conformação, os ombros caíam resignados, os braços moles se cruzavam, os olhos espivavam no fogo as panelas escassas. Pobreza, devastação, indícios de miséria. Desalento, rugas e cabelos grisalhos.

A negra velha se retirou definitivamente, o coração grosso e o estômago roído. Entre os numerosos filhos dela, tipos de várias cores, havia na verdade um alvacento que se casou com moça branca e gerou um sarará que se fez doutor e ganhou dinheiro. Mas isso foi muito mais tarde. Naquele momento a preta velha se achou pequena e sozinha, triste. Acoitou-se num mocambo e morreu de fome.

- Tão bom como tão bom. (RAMOS, 2010, p.144)

Analisando o trecho, inicialmente, de forma muito superficial, percebemos que a narrativa não se detém sobre algo “concreto”, mas relata uma cena possível de ter ocorrido no período pós-abolição da escravatura no Brasil. O trecho, muito rico e até mesmo poético, nos permite perceber que, embora predomine em “Pequena história da República” o apontamento de acontecimentos relacionados a personagens particulares da História brasileira, em alguns momentos flui o possível, o verossímil, em que “verdades gerais” (no caso acima a situação das fazendas e dos negros após a abolição da escravatura) são relatadas. De qualquer forma, mesmo sem predomínio da configuração acima, podemos dizer que o arranjo dos acontecimentos na obra passa por um trabalho especial, como exige o filósofo grego, e assim não se constitui em simples compilação, como seria o caso de um texto historiográfico comum. Isso torna clara a construção literária no trecho, pois se percebe através de elementos que evidenciam a construção ficcional de linguagem na narrativa (o paralelismo e repetição de alguns trechos: “arriados, murchos, bambos”, “tão bom como tão bom”; descrição gradativa: “Pobreza, devastação, indícios de miséria”; etc.) que mais que simplesmente construir um quadro realista da situação histórica, investe na forma como a história é narrada, evidencia o trabalho de linguagem.

No entanto, é temerário chegar a uma conclusão precipitada sobre o texto do escritor alagoano tomando como base apenas uma teoria poética clássica. Será que, se tomarmos outra compreensão para a distinção entre História e Literatura, poderíamos ter uma visão diferente?

Pensando nisso, avançamos no tempo e tomamos o trabalho teórico de Hayden White (2001), historiador e teórico da História, para pensarmos outra possibilidade na relação entre História e Literatura: a de não separação. O avanço é abrupto e salta um longo período de estudos histórico-literários, mas se faz interessante por se contrapor à proposta já consolidada pelos usos e costumes de separação entre as áreas.

Desde Heródoto, o discurso historiográfico buscou se diferenciar do discurso poético. Nem sempre a separação foi clara ou simples. Algumas obras de caráter historiográfico figuram entre os clássicos da literatura mundial. Do outro lado, algumas obras literárias são

abordadas pelos estudos da História para melhor compreender determinados movimentos e situações. No cânone literário brasileiro – com apenas 500 anos de história, ou seja, compêndio muito recente se comparado com outras literaturas ocidentais – figuram obras como *A Carta*, de Pero Vaz de Caminha, *Os sertões*, de Euclides da Cunha e o *Romanceiro da inconfidência*, de Cecília Meireles, obras literárias que transitam no campo da historiografia.

De fato, a busca pela diferenciação parte mais dos historiadores do que dos autores literários ou da crítica literária. É na contramão dessa proposta que surge Hayden White (2001). O historiador americano formula a tese de que as narrativas históricas nada mais são do que “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p.98). Essa concepção da historiografia surge, para White (2001), através da percepção de que tanto a História quanto a Literatura são narrativas construídas sob um ponto de vista, do autor literário ou do historiador, de acordo com a subjetividade de quem escreve. Embora a História tenha um “compromisso” em relatar fatos que ocorreram, ela também se utilizaria da composição de enredo, tal qual ocorre na literatura:

[...] O *modo como* uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. E chamá-la assim não deprecia de forma alguma o *status* das narrativas históricas como fornecedoras de um tipo de conhecimento. (WHITE, 2001, p.102. Grifos do autor).

A afirmação é polêmica e aproxima mais a História das Artes do que da Ciência. Entendendo a historiografia enquanto produto de linguagem, podemos compreender a assertiva de White (2001) e, tendo em vista os estudos literários, aceitá-la sem discordâncias, pois, como qualquer texto, há, pela ação de arranjo textual em si, muito de ficcional em qualquer escrito. Afinal, compreender os discursos históricos como narrativas, assim como o são as obras literárias em prosa, só facilita o nosso estudo de “Pequena história da República” e deita por terra qualquer tipo de discussão sobre limites e diferenças entre os dois campos.

Seria um recurso fácil, mas não nos ajudaria a compreender a singularidade composicional do relato graciliânico e, por isso, não o utilizaremos. A concepção de White (2001) se adotada sem restrições para qualquer texto, altera a percepção geral que se tem do

texto historiográfico e da narrativa literária. Assim, independente da categoria a que pertença um texto, onde estivesse presente uma narrativa de algum fato da realidade e houvesse uma organização de enredo seria também um texto literário; e essas não são as duas únicas características de uma obra de Literatura. Sim, pois considerar toda e qualquer narrativa como Literatura não é uma solução, é um problema. Isso nos levaria ao conceito de que todo artefato de linguagem narrativa é uma obra literária e, com isso, jogaríamos fora (a água suja e o bebê junto) toda tradição dos estudos literários em buscar compreender a Literatura como uma realidade única de linguagem, um objeto estético, formado por uma complexidade de fatores e concepções artísticas.

Além disso, o texto de “Pequena história da República” não se restringe à mera narração, o relato às vezes cede à transmissão objetiva de informações. A simples catalogação de datas e acontecimentos (como se pode ver em qualquer livro de História do Brasil) aparece em meio aos relatos e posicionamentos do narrador:

A república estava sólida. Aceita internamente, foi reconhecida pelos outros países, primeiro os americanos, mais tarde os europeus: a Argentina, o Uruguai (novembro de 1889); o Chile, o Paraguai, o Peru (dezembro); a Bolívia, a Venezuela, os Estados Unidos (janeiro de 1890); Colômbia, S. Salvador, Guatemala (fevereiro); Costa Rica, Nicarágua, Honduras (março); França (junho); Portugal (setembro); Itália (outubro); Holanda, Suíça, Alemanha, Suécia, Noruega (novembro); Inglaterra, Áustria-Hungria, Espanha, Bélgica (dezembro); Dinamarca (janeiro de 1891); Grécia (maio); Rússia (maio de 1892). (RAMOS, 2010, p.153).

Com isso, a “Pequena história da República” também aborda a descrição objetiva de datas e eventos. Em evidente objetividade, a narrativa cede à compilação de informações. O que se contrapõe à proposta de Hayden White (2001) para o tratamento dos acontecimentos pelo texto historiográfico, pretendido como mais próximo da literatura, no sentido de não apenas expor informações ou fatos da realidade, mas conferir sentido através da interpretação do escritor. Essa perspectiva investiria também no caráter didático ou ideológico do texto, pois ao narrador, ou ao historiador, caberia a interpretação, através da construção do relato, dos eventos narrados. Nesse sentido, a literatura perderia sua força, pois vinculada a determinadas posições ideológicas perde em caráter estético e se coloca ligada estritamente ao não textual, ou seja, à realidade. Essa relação direta com o real ou ao contexto social a enfraqueceria de uma de suas propriedades mais relevantes, a polissemia, relegando-a a

interpretações mais fechadas para o dito⁴. Dessa forma, seja pela perspectiva positivista do discurso histórico, como escrita objetiva e factual, ou pelo viés da aproximação entre História e Literatura, o relato graciliânico não se acomoda dentro do rótulo de texto historiográfico. O texto, na verdade, não parece se adequar com facilidade em nenhuma predefinição, pois se apresenta híbrido e em múltiplos gêneros. Embora a presença de elementos da historiografia seja clara, no entanto, o texto parece também romper com o gênero historiográfico, como já apontado por Lins (1976). Isso, a nosso ver, reforça nossa leitura contemporânea do texto na categoria de composição literária, pois, conforme atesta Culler (1999), literatura é “uma instituição paradoxal porque criar literatura é escrever de acordo com fórmulas existentes – produzir algo que parece um soneto ou que segue as convenções do romance – mas é também zombar dessas convenções, ir além delas” (CULLER, 1999, p.47).

Por isso, o texto, se enquadrado na categoria de relato historiográfico, não é bem compreendido. Ao romper com as convenções do gênero historiográfico e ao assumir um caráter híbrido onde ora se encontra descrição objetiva de datas e nomes de personagens históricas e ora se configuram trechos com características poéticas, a narrativa se constitui em composição textual singular e isso só acentua o caráter literário da obra. Ao invés de abordar os eventos históricos de forma objetiva e “neutra”, apenas apresentando os fatos tais quais ocorreram, percebemos em “Pequena história da República” a forte presença crítica do narrador nos fatos que narra e a ruptura com o padrão de narração historiográfica. Desse modo, parece-nos que o narrador se utiliza do discurso historiográfico, mas não para se acomodar às convenções desse gênero textual. Configurando-se no mesmo posicionamento autorreflexivo próprio de um texto literário, a escrita historiográfica em “Pequena história da República” parece discutir as convenções desse tipo de texto e buscar reconfigurá-lo ou discutir suas características através da perspectiva da Literatura.

⁴ Essa compreensão é apontada por Jonathan Culler (1999, p.37-39) quando da discussão sobre a natureza da Literatura. O teórico aponta, no tópico intitulado “Literatura como ficção”, que o texto ficcional busca a abertura de interpretações e não o fechamento, pois afirma que “A ficcionalidade da literatura separa a linguagem de outros contextos nos quais ela poderia ser usada e deixa a relação da obra com o mundo aberta à interpretação” (CULLER, 1999, p.39).

2.2.2 Pequeno discurso?

Outra categorização para “Pequena história da República”, encontrada na maioria dos críticos literários, é a de se constituir em literatura infantil. Sabemos que o relato de “Pequena história da República” foi escrito tendo em vista o concurso lançado pela Revista *Diretrizes* em 1939⁵. A pretensão da revista era clara: a confecção de uma História da República para crianças, relatando, de forma didática, os primeiros 50 anos de regime republicano no Brasil. O relato histórico deveria servir como texto didático, ensinando às novas gerações o percurso histórico da nação brasileira em seus primeiros anos de novo regime.

Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1999), críticas literárias e especialistas em literatura infantil no Brasil, nomes já consagrados, por seu livro *Literatura infantil brasileira: história e histórias*, especificam a diferença entre a literatura “adulta” e a literatura infantil. Distinção importante para começarmos a ver se a obra de Graciliano Ramos se enquadra neste segmento:

Se esse contra ponto não é comum, isto é, se todas as histórias literárias brasileiras até agora deixaram de incluir em seu campo de estudo a literatura infantil, nunca é demais frisar o peso circunstancial que o adjunto *infantil* traz para a expressão literatura infantil. Ele define a destinação da obra; essa destinação, no entanto, não pode interferir no literário do texto. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p.11. Grifos das autoras).

Com essa compreensão, Lajolo e Zilberman (1999) consideram literatura infantil a literatura destinada a crianças. Assim, podemos considerar o relato de “Pequena história da República”, sem qualquer prejuízo de análise, na categoria de literatura infantil, pois o “infantil” se refere unicamente ao público-alvo da obra e não à maturidade ou imaturidade da composição textual. Essa distinção apenas pela destinação é ponto importante também porque considera a literatura enquanto artefato estético de linguagem e não enquanto receptividade ou capacidade intelectual dos leitores.

Uma característica importante de muitos livros destinados às crianças é o tom didático empregado. Seja com o intuito moralizante, seja apenas como meio de conhecimento do mundo, é fato que muitas obras de literatura infantil são compostas de forma a explicar

⁵ Cf. Ramos (2005, p.284).

aspectos e situações da realidade ao público infantil. Esse componente pedagógico, muitas vezes, é o ponto crucial de concepção da literatura infantil como literatura menor em relação aos escritos destinados a pessoas adultas. Isso porque, conforme atesta Maria José Palo e Maria Rosa Duarte de Oliveira (2006, p.7) essa “função utilitário-pedagógica é a grande dominante da produção literária destinada à infância, e isso desde as primeiras obras surgidas entre nós”. Antes de “Pequena história da República” ser escrita, já havia textos compostos para explicar às crianças a História do Brasil, ou noções de Geografia, Português e até mesmo Aritmética. Um dos pioneiros no estudo da literatura infantil brasileira, Leonardo Arroyo (2011), discute que

A conceituação de literatura infantil tem variado muito no espaço e no tempo, tão íntima é a relação, em sua natureza, com a pedagogia. E tão imponderáveis são também os critérios constituídos para o estabelecimento de um conceito definitivo que, na maioria das vezes, ou geralmente, atendem apenas a determinadas implicações históricas, sociais e, sobretudo, pedagógicas. (ARROYO, 2011, p.26-27)

É patente no texto do autor alagoano o levantamento de datas e momentos importantes da formação da República no Brasil. Também é claro, como já exposto, que o texto foi escrito em resposta ao concurso da Revista *Diretrizes*, que propunha uma História da República para crianças. Além disso, também é facilmente percebido por quem lê o relato, que ele destoa de qualquer texto didático. A insuficiência de detalhes sobre os fatos, a falta de contextualização, a omissão de explicações sobre os episódios tornam a compreensão da sucessão de eventos difícil.

Conforme atesta Yves Reuter (2007), ao analisar o caráter didático nas narrativas, “A preocupação didática acompanhou bem de perto a estética realista. Os romances deviam se apoiar em conhecimentos, produzi-los e comunicá-los, a fim de instruir os leitores” (REUTER, 2007, p.166). O autor francês ainda elenca alguns procedimentos que indicam o caráter didático de um texto: 1) investimento na criação de imagens, destaque à importância do olhar; 2) presença de personagens qualificadas, detentores de saber; 3) descrição exaustiva, minúcia nos detalhes; e 4) prefácios e posfácios explicativos ou que elencam testemunhas ou “provas” para os fatos narrados (REUTER, 2007, p.167). Verificando a presença desses procedimentos em “Pequena história da República”, percebemos que nenhum deles está presente na intensidade suficiente para qualificar o texto na categoria didática. Além disso, a forte criticidade aos eventos históricos e ausência de detalhamento dos episódios sugerem um diálogo com um interlocutor que também conhece o que está sendo narrado e marcam um

relato mais voltado para a concepção de um leitor crítico em relação ao que lê, em relação ao que já conhece. Ponto que também se diferencia daquilo que predomina na literatura infantil com mera função didática:

S.M. o sr. d. Pedro II [sic], que tinha subido bem jovem ao trono e lá se conservara quase meio século, naturalmente se julgava seguro. Mas os cinquenta anos, que lhe tinham dado essa impressão de estabilidade e firmeza, pareciam muito longos ao público.

Em geral não reparamos nos trabalhos que o governo executa, mas vemos perfeitamente os que ele deixa de realizar.

Homens novos semeavam ideias novas e abundantes promessas. A multidão bocejava. Não lhe seria desagradável experimentar mudanças. (RAMOS, 2010, p.142).

Deixando de lado os detalhes que fizeram com que o regime imperial se desgastasse no Brasil, o narrador do relato reduz a insatisfação pública ao tédio ou ao gosto por novidade. O descaso com explicações é gritante e a voz narrativa parece refletir, com esse “descaso”, a insatisfação e cansaço da sociedade em relação ao Império. Parece-nos óbvio, como o excerto acima evidencia, que, mais do que a mera reprodução dos acontecimentos, o narrador procura estabelecer o diálogo com seus possíveis – ou pretensos – jovens leitores, despertando-lhes o olhar crítico, ou estimular uma revisão dos eventos históricos com os leitores mais “maduros”. No segundo parágrafo da citação acima, o narrador do relato atesta que o leitor, da mesma forma que aquele que narra, não repara direito nos trabalhos que o governo realiza, mas percebe suas omissões. Nesse sentido, os leitores, ao se debruçarem sobre esta narrativa, deveriam desenvolver um olhar crítico necessário à compreensão.

Sobre a “pedagogia” no texto do Mestre Graça, Lajolo e Zilberman (1999), conforme já mostrado anteriormente, atestam a singularidade do relato historiográfico. Ao analisar o texto e suas características distintivas em relação a outras obras infantis, as autoras confirmam nossa leitura e afirmam que:

“A Pequena história da República” destoa do quadro geral das obras de fundo didático. Concebe, como ocorrera a Lobato, uma educação fundada em valores mais críticos, segundo um estilo direto e maduro na apresentação dos fatos. Graciliano não protege os acontecimentos, atenuando-os com panos quentes, nem protege o leitor, que considera em pé de igualdade e com o qual discute ideias consagradas. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p.80).

O trecho é elucidativo também pela ideia de que o Mestre Graça trata seu leitor em pé de igualdade, alguém que também pode discutir os eventos sob novo ângulo. Com isso, evidencia-se também a preocupação do narrador em estabelecer um diálogo com seus leitores,

sejam jovens ou não, através da leitura crítica de eventos do passado. De qualquer forma, parece imprescindível para a leitura dessa obra, o olhar atento ante os decursos históricos e a releitura crítica da formação da República.

Nesse sentido, “Pequena história da República” foi um texto extremamente ousado para a época em que apareceu, caso o consideremos na categoria de literatura infantojuvenil. À época, como atestam Lajolo e Zilberman (1999, p.78-80), os textos literários infantis que abordavam a História brasileira não analisavam o período republicano. A República, ainda recente no período, não era alvo da literatura infantil, exceto em obras laudatórias e com pouco teor crítico. Quase todos os autores preferiam escrever acerca da colonização portuguesa ou período imperial, momentos históricos melhor definidos e mais distantes da atualidade, possibilitando assim a tessitura de comentários. Nesse sentido, Graciliano antecipa a discussão sobre o regime político de sua época e reflete sobre sua contemporaneidade.

Assim, propondo-se a narrar a formação da República brasileira, algo pouco ou não tratado em seu contexto histórico, a voz narrativa seleciona e reduz ao essencial os fatos e eventos constituintes da transição do Império para a República, sem desenvolver qualquer tom laudatório ou revisitar eventos já muito discutidos. Parece-nos que a narrativa quer debruçar-se sobre o que ocorreu de peculiar e desmistificar personalidades e eventos. Além disso, são estabelecidas relações entre os fatos narrados e a atualidade de seu momento histórico, através das comparações (“naquele tempo”, “se diferenciavam de hoje”), traçando um panorama dos eventos passados e a ligação com a realidade do momento da escrita (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p.79).

A formação da República, como em qualquer evento que realize uma transição de regime ou de forma de governo, trouxe também uma série de mitos e lendas sobre esse episódio. O governo republicano recém-formado não queria que a instauração da República fosse vista como de interesse de alguns, mas que soasse como uma necessidade do povo brasileiro e, assim, seus proclamadores e novos governantes deveriam ser vistos e inseridos na História como heróis da vontade nacional. Por isso, o relato não seria bem visto pelo governo getulista, que buscava consolidar ainda mais a República, que já contava cinquenta anos. Ao representar a proclamação da República sem alarde ou louvação, a voz narrativa tentava despertar a visão crítica de seu leitor a respeito de ideias consagradas e das concepções tradicionais de como os eventos sucederam.

Voltando à obra de Arroyo (2011), percebemos, além do entrelaçamento entre literatura para crianças e pedagogia, outras duas conceituações sobre esse gênero. Uma é a que institui a relação entre literatura infantil e fantasia (ARROYO, 2011, p.38-41). Nessa concepção, os escritos para crianças estariam estritamente ligados ao mágico, fantasioso ou fantástico, ou seja, ao mundo imaginário. Muitos são os autores e teóricos elencados por Arroyo (2011) que defendem essa posição e relacionam o universo de fantasia à escrita para crianças. Tomando essa concepção, não seria possível relacionar “Pequena história da República” na categoria de literatura infantil. A ligação óbvia com a realidade histórica brasileira impediria essa categorização.

A outra conceituação de Arroyo (2011) é mais simples e não parte de características da obra, mas do “[...] único critério válido em literatura infantil – o gosto do leitor infantil” (ARROYO, 2011, p.12). Por esse critério, literatura para crianças é aquilo que o público infantil gosta de ler. Mesmo segundo essa lógica, a conceituação do texto graciliânico na categoria de infantil perde força. Poucos são, mesmo entre adultos, os leitores dessa obra (fato evidenciado pela pequena fortuna crítica acerca da obra *Alexandre e outros heróis*). Assim, o único argumento que permite essa classificação parece residir na pretensa destinação da obra, concebida devido ao lançamento do concurso da Revista *Diretrizes* de uma História da República do Brasil para crianças, embora, como visto, a falta de “didática” na exposição dos fatos e os comentários do narrador demonstrem que a obra exige, para plena fruição, maturidade ao menos no conhecimento dos fatos relatados.

De qualquer modo, esse modo de narrar e o forte tom crítico caracterizam a escrita de um Graciliano Ramos maduro literariamente, após a publicação de seus principais romances. Independentemente da destinação ou não ao público infantil, o mais importante é ressaltar que, mesmo que se considere a obra como voltada para crianças, ela não pode ser considerada escrito inferior ou de menor qualidade. Pois, embora as críticas e ironias não pudessem ser plenamente compreendidas pelo público-alvo, isso não impede que o texto seja voltado para esse público:

[...] é justamente nisso que os projetos mais arrojados de *literatura infantil* investem, não escamoteando o literário, nem o facilitando, mas enfrentando sua qualidade artística e oferecendo os melhores produtos possíveis ao repertório infantil, que tem a competência necessária para traduzi-lo pelo desempenho de uma leitura múltipla e diversificada. (PALO e OLIVEIRA, 2006, p.11, grifo das autoras).

Com isso, podemos traçar algumas considerações a respeito do caráter infantil desta obra de Graciliano Ramos. De fato, a obra foi escrita visando ao concurso de obra didática instituído pela Revista *Diretrizes*. No entanto, não há evidências de que a obra tenha sido apresentada ao concurso e sabe-se que nem sequer foi publicada durante a vida do autor. Fica claro, também, que a narrativa destoava daquilo que se esperava para uma obra infantil: pouca descrição dos fatos, falta de contextualização para os episódios, ironia nos comentários do narrador e a pouca louvação da República. Embora já tenha sido aclamada por parte da crítica literária como obra infantil, nossa leitura da obra leva a crer que, para sua plena compreensão, é necessária certa maturidade de leitura, pois exige conhecimento dos eventos descritos para compreendê-los criticamente. Talvez, apenas jovens e adolescentes, que já haviam tido conhecimento dos fatos relatados em “Pequena história da República” e que possuísem uma boa percepção crítica, poderiam fruir o texto sem grandes dificuldades. Assim, “Pequena história da República”, por seu forte caráter crítico e pela construção textual que exige posicionamentos do leitor, se configura como objeto estético-literário fruto da maturidade literária de Graciliano Ramos. Isso, no entanto, não impede que a obra seja lida ou objeto do interesse infantojuvenil, nem impediria que ela fosse compreendida como tal, pois, como atestam Palo e Oliveira (2006), sobre as obras infantis que se preocupam mais com a qualidade literária do texto que seu caráter didático:

Investe-se na inteligência e na sensibilidade da criança, agora sujeito de sua própria aprendizagem e capaz de aprender *do* e *com* o texto. Educação simultânea do par texto-leitor, ambos repertorialmente acrescidos e modificados no momento da leitura. É por isso que, ao se falar dos textos de *literatura infantil* sob a dominante estética, põe-se em risco a própria categorização de *infantil* e, mais ainda, do possível gênero de *literatura infantil*, já que não se trata mais de falar a esta ou àquela faixa etária de público, mas assim de operar com determinadas estruturas de pensamento – as associações por semelhança – comuns a todo ser humano. (PALO e OLIVEIRA, 2006, p.12, grifos das autoras).

A compreensão desse texto enquanto peça estética, longe de comprometer sua destinação ao público infantil, institui a amplitude de alcance da obra literária, mesmo que compreendamos também que quanto maior a maturidade de leitura, maior também a fruição da obra.

2.2.3 Discursando um gênero

Após considerarmos a categorização de “Pequena história da República” em texto historiográfico e, em seguida, na qualidade de literatura infantil, cabe-nos agora o confronto com a questão de qual gênero literário pode ser identificado nessa obra. Desde o início deste trabalho, propomos a análise e crítica do texto graciliânico como obra de Literatura e, com isso, já o inserimos no escopo dos gêneros textuais literários. Por isso, resta-nos explicar o porquê dessa consideração, visto que nem toda a crítica percebe esse escrito dessa forma.

Primeiramente, podemos afirmar que esta obra não se configura em um gênero específico de forma tradicional. Podemos perceber aproximações tanto com o conto, quanto com a crônica ou a escrita jornalística, pois este é um escrito singular⁶. Lembra a configuração de conto por causa da narrativa breve e concisa em cada excerto; remete à crônica pela temática e pela crítica dos episódios históricos; e ainda se relaciona com a escrita jornalística pela forma de apresentação objetiva dos eventos.

Parte da crítica, no entanto, percebe uma ligação maior com o gênero crônica⁷ e isso nos leva à refletir sobre o motivo dessa associação. Essa compreensão talvez se deva à dificuldade de encontrar um gênero mais adequado que possa relacionar narrativa que verse sobre episódios históricos, mesmo sem se configurar em historiografia, e que também seja concisa, objetiva, crítica e que apresente organização diferenciada de linguagem. A respeito do verbete “crônica”, Moisés (2004) nos apresenta as seguintes considerações:

Correspondendo ao que em Inglês se denomina *commentary, literary column, sketch, light essay, human interest story, town gossip, vignette* e cognatos (Moser 1971:217), a crônica de feição moderna, via de regra publicada em jornal ou revista, e muitas vezes reunida em volume, concentra-se num acontecimento diário que tenha chamado a atenção do escritor, e semelha à primeira vista não apresentar caráter próprio ou limites muito precisos.

Na verdade, classifica-se como expressão literária híbrida, ou múltipla, de vez que pode assumir a forma de alegoria, necrológio, entrevista, invectiva, apelo, resenha, confissão, monólogo, diálogo, em torno de personagens reais e/ou imaginárias, etc. A análise dessas várias facetas

⁶ O termo “singular”, aqui empregado, busca evidenciar a não padronização desse texto de Graciliano Ramos em nenhum gênero literário específico, ou seja, a construção textual não possui as características predominantes de nenhum gênero em sua forma contemporaneamente definida.

⁷ Cf.: Mourão (2010, p.202); Araujo (2008, p.167); Lins (1976, p.184).

permite inferir que a crônica constitui o lugar geométrico entre a poesia (lírica) e o conto: implicando sempre a visão pessoal, subjetiva, ante um fato qualquer do cotidiano, a crônica estimula a veia poética do prosador; ou dá margem a que este revele dotes de contador de histórias. No primeiro caso, o resultado pode ser um poema em prosa; no segundo, uma narrativa breve.

Quando não se define completamente por um dos extremos, a crônica oscila indecisa numa das numerosas posições intermediárias; no geral, contudo, tenderá ou para o lirismo ou para o conto, que traduzem o predomínio da subjetividade na transposição do acontecimento, ou a sua dramatização, que confere ao cronista um papel de espectador. Em ambas as situações, para que a crônica ganhe foros estéticos, há de prevalecer o poder de recriação da realidade sobre a mera transcrição. (MOISÉS, 2004, p. 111).

Chama atenção na classificação, a indicação do caráter híbrido do gênero e as múltiplas formas de configuração de uma crônica. Nesse sentido, compreendemos o porquê da tendência de visualização de “Pequena história da República” dentro desse escopo: a narrativa parte de elementos da realidade, se constitui em um texto de caráter híbrido, se estrutura de forma concisa e pode ser compreendida tanto uma narrativa bem humorada para crianças como uma revisão crítica de nossa história.

Interessante também é o apontamento sobre o predomínio da subjetividade na transcrição do fato narrado. Essa subjetividade se refere ao olhar específico do escritor de literatura, que podemos tomar como contraponto em relação ao olhar objetivo do jornalista ou do historiador. Com isso, Moisés (2004) tenta especificar que a preocupação da crônica esteticamente elaborada é a da transposição dos fatos para a linguagem da literatura para fazer “prevalecer o poder de recriação da realidade sobre a mera transcrição” (MOISÉS, 2004, p.111), diferenciando-se dos discursos do jornal e da história que se mostram mais voltados para a transcrição “fidedigna” dos acontecimentos e demonstrando uma preocupação mais denotativa. Isso nos remete ao que disse Aristóteles (2005) sobre a possibilidade de se tomar personagens e eventos que de fato ocorreram e transformá-los em matéria poética. A crônica literária não se constitui em qualquer relato subjetivo acerca de acontecimentos, mas se configura no trabalho de linguagem quando da reapresentação de eventos do real extratextual.

Antes de considerarmos a verificação ou não do conceito na obra de Graciliano Ramos, devemos buscar outras fontes que nos indiquem a constituição e configuração desse gênero tão múltiplo. Pensando nisso, buscamos outro autor que se detém sobre esse gênero: Jorge de Sá (2005). No livro *A crônica*, o pesquisador fluminense aborda a constituição desse gênero no Brasil desde *A carta*, de Pero Vaz de Caminha, até os escritos contemporâneos, traçando o percurso de modificação e transformação pelo qual passou. Ao abordar a escrita de

João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, jornalista que modificou a estrutura da crônica de sua época, demonstra que a mudança se deu

dando à crônica uma roupagem mais “literária”, que, tempos depois, será enriquecida por Rubem Braga: em vez do simples registro formal, o comentário de acontecimentos que tanto poderiam ser do conhecimento público como apenas do imaginário do cronista, tudo examinado pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação do real. João do Rio chegava mesmo a inventar personagens, como o Príncipe de Belfort, e dava a seus relatos um toque ficcional. *Com isso ele também prenunciou que a crônica e o conto acabariam em fronteiras muito próximas*. Sua linha divisória — às vezes, bastante tênue — é a densidade. Enquanto o contista mergulha de ponta-cabeça na construção do personagem, do tempo, do espaço e da atmosfera que darão força ao fato “exemplar”, o cronista age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional (como acontece nos contos, novelas e romances). Assim, quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, *como se nós, leitores, estivéssemos diante de uma reportagem*. (SÁ, 2005. p.9. grifo nosso)

É interessante notar nessa categorização do gênero o apontamento do caráter denso da crônica, que sequer traça a personagem “narrador”, mas se volta exclusivamente aos fatos e eventos ocorridos. Também é interessante perceber que Sá (2005) institui o olhar subjetivo como ponto de categorização desse gênero literário, concordando com o já exposto na conceituação de Moisés (2004). Outro aspecto apontado e comum entre os dois críticos é o caráter recriador da crônica em relação aos episódios narrados. Mais que transcrever momentos, os dois críticos evidenciam que na crônica existe uma reconfiguração do que está sendo apresentado.

Tomando como base os excertos do texto graciliânico, podemos perceber como se configura a voz narrativa em relação à subjetividade na recriação da realidade:

Pinheiro Machado, homem rijo que se tinha feito combatendo os federalistas, subira demais e ultimamente havia organizado o *Partido Republicano Conservador*. Para as oligarquias nordestinas, apeadas no tempo do marechal Hermes, era quase um Deus.

Foi assassinado no Hotel dos Estrangeiros, a 8 de setembro de 1915, por Manso de Paiva, que não se suicidou na prisão, como devia.

Cumprida a sentença, Manso de Paiva anda por aí mais ou menos vivo. (RAMOS, 2010, p.177. Grifo do autor).

Percebemos, no trecho intitulado “Uma reedição de Marcelino Bispo”, que, de fato, o episódio narrado é interpretado e recriado pelo narrador. O excerto é curtíssimo e não se

detém em detalhes sobre o episódio, como a maioria dos outros blocos narrativos. O relato passa pela lente interpretativa do narrador, evidenciada pelos comentários (“homem rijo”, “subira demais”, “era quase um Deus”, “como devia”, “mais ou menos vivo”), que marcam a presença de uma subjetividade na narrativa. A ironia perpassa trechos como “como devia” e “mais ou menos vivo”, deixando a ambiguidade de sentido para o leitor. Não fossem os comentários poder-se-ia pensar na ausência de uma voz narrativa, pois a objetividade é predominante. No entanto, é justamente pela pouca intervenção do narrador que se constrói a ambiguidade dos relatos. Caso fosse plenamente objetivo, sem intervenções, ver-se-ia o relato como historiografia. De outro modo, constituindo-se em plena subjetividade, com a criação de uma realidade unicamente textual, perceber-se-ia o relato enquanto um romance, ou conto, etc. No caso de “Pequena história da República”, desde o “pequena” introduzido no título, percebe-se a ambiguidade de sentidos: é pequena porque ainda contava pouco tempo ou é pequena porque nossa história republicana não é grandiosa?

Voltando aos conceitos de crônica, percebemos que considerando a recriação da realidade e a constituição de uma narrativa densa, o relato graciliânico se ajusta bem ao gênero. Em relação à subjetividade, no entanto, não se pode dizer que o relato se enquadra com tranquilidade. Percebe-se, pelo excerto acima e os demais elencados até aqui, que a subjetividade é mínima e serve, quase sempre, para conferir um sentido ambíguo ao dito. Não se vê, nessa obra, um Graciliano Ramos jogando suas interpretações pessoalíssimas sobre os episódios da República do Brasil. Percebe-se a presença de um narrador, mesmo que apenas esboçado, que expõe os primeiros quarenta anos de República, sem deixar plenamente caracterizada sua interpretação para os fatos, pois abusa do recurso irônico nos poucos comentários que introduz e relega ao leitor a decisão por um sentido ou por outro.

De um modo ou de outro, mesmo que se considere o texto com características predominantemente do gênero crônica, cabe-nos lembrar o que Roberto Sarmiento Lima (2012) aponta sobre a abordagem contemporânea da crônica, quando se debruça sobre as singularidades desse gênero através de textos de Graciliano Ramos:

Não é relevante se, na crônica, o homem Graciliano Ramos se refere a si mesmo como funcionário de dois jornais adversários, ou se o que fez foi criar uma personagem, como criou Paulo Honório ou Fabiano. O que faz sentido, conforme determina o mundo dos jornalistas, é o fato, mas não quem o praticou. Importa menos ainda se esse fato foi inventado, pois o que vale é a versão – ou as suas tantas versões – nesse tipo de comunicação escrita. Hoje, sabemos que a ciência, não só o jornalismo, e a literatura e a

historiografia mantêm vínculos insuspeitos, uma área ajudando a outra a decifrar os significados de sua escrita. Já se foi o tempo em que se pensou que a poesia era mais filosófica do que a história; as fronteiras entre os saberes, na atualidade, encontram-se cada vez mais rarefeitas, pois já não se questiona a validade, ou a veracidade, do fato, mas a sua eficácia comunicacional, sua legitimidade como texto que se oferece à compreensão e ao deleite do leitor. (LIMA, 2012, p.31).

Nesse sentido, o texto de “Pequena história da República” se caracteriza bem enquanto mescla de gêneros e de rompimento entre fronteiras textuais, de forma que, independente do nível de “verdade” na apresentação dos episódios, mas importante são as interpretações para a história que o texto suscita nos leitores. Essa peculiaridade do relato será abordada na seção *Res publica*, quando poderemos nos deter em levantar algumas leituras possíveis para essa obra do Mestre Graça.

2.3 Traçando nosso (dis)curso

Após considerarmos a revisão crítica sobre a obra, evidenciarmos a compreensão da escrita da História, a configuração em literatura infantil e a discussão acerca do gênero literário a que pertence, devemos traçar o nosso próprio caminho crítico, que não deve se constituir em *linhas tortas*, mas em um curso adequado de análise e compreensão.

Percebemos, em “Pequena história da República”, a partir das análises e compreensões da fortuna crítica sobre a obra, que esse é um texto de difícil classificação. Elencam-se, de forma objetiva, nomes, datas, eventos históricos, mas falta ao relato, para plenificar-se na categoria de crônica literária, a presença mais marcante da subjetividade. Verifica-se, ainda, que a crítica literária se debruçou pouco sobre a estrutura do relato, a configuração da narrativa, emitindo pareceres baseados em leituras mais conteudísticas da obra ou com base em predefinições sobre o texto. Isso é visto quando se explica a obra com base na sua destinação infantil, como se essa categorização fosse óbvia, ou quando se parte da conceituação também prévia de que se constitui em uma crônica e, por isso, representando as impressões de Graciliano Ramos sobre a República brasileira. Nossa linha de análise, conforme visto nos tópicos anteriores, indica que as duas predefinições para a obra apresentam problemáticas. A obra não se ajusta com facilidade à configuração de literatura

infantil ou de crônica literária. Podemos considerar as duas classificações e visualizar “Pequena história da República” na qualidade de crônica e de literatura infantil, mas não podemos afirmar que isso se dá sem discordâncias.

Além dessas questões, fica evidente que a narrativa estabelece uma relação com a historiografia. Não se trata, no entanto, de um relato historiográfico, mas de um relato que estabelece um diálogo com esse gênero textual. Essa compreensão é reforçada pela contribuição da fortuna crítica sobre a obra. Araujo (2008), conforme visto, nos permite visualizar um caminho para traçar nossa análise: a relação com o discurso historiográfico através da posse do gênero historiográfico e de sua superação. De fato, o discurso histórico é assumido, mas é superado ou subvertido de forma que o texto não se constitui em compêndio histórico tradicional. Da mesma forma, a análise de Osman Lins (1976) também concebe o papel historiográfico à obra, mas o reveste de tratamento literário, como se Graciliano Ramos se apossasse literariamente do gênero historiográfico para que ele se tornasse mais coerente com seu propósito: relatar os fatos como ocorreram, sem floreios ou enobrecimentos, mas através de uma lente crítica e perscrutadora, que subverte a leitura já padronizada dos fatos.

A subversão ocorre principalmente através da voz narrativa, nos pequenos e pontuais comentários inseridos, e pela organização da linguagem, que seleciona apenas o “essencial” na construção dos primeiros quarenta anos da República no Brasil. Esse não adota a objetividade científica, mas traça o esboço dos episódios e registra, através de pequenas sentenças, suas interpretações sobre os fatos, as pessoas e as coisas. O narrador aparece, principalmente, quando da instauração do tom irônico dos comentários, indicando a superação do discurso científico e a instauração de uma leitura mais crítica da História. A presença da ironia instaura a dúvida, o olhar desconfiado, sobre o próprio dito, destituindo-o do caráter de verdade, aporia central para a ciência História. Além disso, mostra o investimento da ficcionalidade na narrativa, a faz mais literária, pois revela o caráter de construção do texto, instaura a não fixidez do dito e multiplica os sentidos possíveis.

Por isso, nossa perspectiva de análise considerará “Pequena história da República” um gênero híbrido: historiográfico, literatura infantil e crônica literária. Essa hibridez caracterizará esse relato em um lugar fronteiro, entre gêneros e discursos, capaz de se apossar de algumas características e desprezar outras, de acordo com o interesse da voz narrativa. O texto, de acordo com nossa linha de investigação, se apropria do gênero historiográfico para subvertê-lo e traça uma história da formação da República com poucas

descrições ou explicações, mas escrito de forma clara e objetiva, carregado de irreverência e apontando, através dos poucos comentários irônicos do narrador, uma leitura crítica do início do período republicano no Brasil.

Isso nos mostra também que a ironia é um ponto importante na compreensão da construção desse texto. “Pequena história da República” não se pretende um texto meramente didático ou histórico, mas escapando à mera catalogação dos fatos, o narrador do relato aparece no texto através dos comentários, da seleção de fatos evocados e do vocabulário narrativo, e da construção de sentenças irônicas. Esse recurso, no texto, incide sobre personagens e acontecimentos, muitas vezes instaurando sentidos duplos para o que está sendo dito e, com isso, desconstruindo uma leitura única sobre os fatos, exigindo do leitor a escolha do sentido.

Por isso, na próxima seção, verificamos a estrutura dessa obra, analisando como se dá a composição e como se constrói a presença da ironia nesse texto de Graciliano Ramos. Também analisaremos a formatação do texto em relação ao discurso da História, através das relações de aproximação e distanciamento da historiografia, e como essa leitura pode permitir a melhor compreensão do processo de escrita interdiscursivo do Mestre Graça. Do mesmo modo, através da análise narratológica, verificaremos de forma pormenorizada a constituição desse texto e seu lugar na literatura brasileira, buscando identificar suas características predominantes e sua relação com os demais gêneros literários.

3 PILARES DA PEQUENA REPÚBLICA

Em sequência a este trabalho, realizaremos, nesta seção, a análise estrutural da obra “Pequena história da República”. Inicialmente, elencaremos as características gerais de composição da obra para, em seguida, nos determos nos elementos mais presentes e mais expressivos no relato. Essa análise será importante para compreendermos melhor que tipo de recurso foi utilizado na tessitura dessa obra e que tipo de função essas escolhas composicionais podem ter na construção dos sentidos do texto.

Nosso intuito é percorrer todo o texto, verificando a seleção de episódios, a configuração narrativa, os recursos expressivos utilizados, as escolhas sintáticas e lexicais, para com isso poder identificar pistas, na formatação textual, que nos ajudem a traçar uma leitura que relacione a composição do relato com o contexto histórico de sua época em uma análise crítico-sociológica, objetivo de nossa quarta seção, e contribuir para a fortuna crítica dessa obra e para os estudos em torno da obra graciliânica. Em nossa perspectiva, a análise estrutural é ponto indispensável para a adequada apreciação do texto literário, visto que compreendemos a literatura como trabalho com/de/na linguagem, por meio da seleção, combinação e auto desnudamento, que visa a um efeito estético.

Assim, iniciaremos traçando as linhas gerais de como essa obra se apresenta, a organização textual, as divisões e traços mais aparentes, e como ela se configura, tentando partir do plano macro para o micro, adentrando cada vez mais profundamente na tessitura da obra.

3.1 Pequena República em linhas gerais

A respeito de sua configuração geral, temos que o texto de “Pequena história da República” é composto por cinquenta excertos encabeçados por subtítulos⁸. Não se trata, portanto, de um texto uniforme e harmônico, embora predomine uma mesma forma de narrar

⁸ Coincidentemente ou não, o concurso da Revista *Diretrizes* visava a comemoração dos 50 anos de proclamação da República, e foi lançado em 1939, parecendo-nos que Graciliano Ramos conta em 50 excertos a história desse aniversário.

os fatos e haja encadeamento cronológico para os eventos. Cada trecho possui um tema específico e se detém resumidamente sobre um determinado episódio, personagem ou período. Notamos, na verdade, que a maior parte dos blocos narrativos pode ser lida sem ligação com os outros blocos ou sem ordem linear. Vejamos o seguinte excerto:

O marechal Bittencourt tinha regressado à capital federal. Em companhia dele, o Presidente da República, a 5 de novembro, foi receber as tropas que vinham da Bahia. No arsenal de guerra o anspeçada Marcelino Bispo agrediu-o a punhal.

O ministro tentou defender o Presidente e morreu. No inquérito descobriram que diversas personagens de influência, inclusive o Vice-Presidente da República, estavam embrulhadas.

Marcelino Bispo suicidou-se na prisão. (RAMOS, 2010, p.168).

Esse segmento, intitulado “O assassino político”, pode ser lido sem ser relacionado aos demais trechos ou sem contextualizar o evento. Percebe-se que a narrativa se detém nas informações mais importantes do episódio e as aponta de forma quase telegráfica. Não existe, aqui, a interpretação do narrador, típico da crônica literária, de um evento particular. O texto está próximo do jornalístico, mas mesmo a notícia entra em mais detalhes do que o que está evidenciado, e, além disso, essa escrita se valeria de documentos ou testemunhos para validar a informação. A historiografia também elencaria mais informações ou documentos e buscaria compreender o episódio. Poderíamos, ainda, pensar na relação com o conto ou miniconto, devido às lacunas interpretativas deixadas para o leitor, mas faltaria à escrita a ligação com os fatos corriqueiros do cotidiano ou o lirismo que muitas vezes acompanha esses escritos.

Ainda pensando na configuração desse texto, tem-se a impressão, quando da leitura da obra de, que a narrativa se aligeira da metade para o final, quase como se o narrador quisesse saltar episódios e períodos e sentisse necessidade de terminar logo o relato. Na verdade, o que ocorre é que há a divisão da narrativa em dois blocos principais: o primeiro, que abrange os primeiros 21 excertos, dedica-se ao contexto histórico do fim do Império e ao evento da proclamação da República (doze trechos iniciais) e a consolidação da República, com os governos dos marechais Deodoro e Floriano, ou “República da Espada” (nove trechos seguintes); a segunda parte, composta de 29 excertos, detém-se sobre o período que abrange os chamados “governos civis” da “República Velha”, ou seja, o período até a revolução de 1930. Assim, evidencia-se que houve primeiro uma preocupação da voz narrativa em deter-se um pouco mais nos eventos que antecederam (ou motivaram) a proclamação da República e que promoveram sua consolidação para, em seguida, apresentar a sequência de governos e episódios da fase chamada de Primeira República.

Essa estruturação não foi nem aleatória nem organizada exclusivamente com base na cronologia dos eventos. Percebe-se que a voz narrativa buscou primeiramente localizar o leitor em relação às diferenças entre o tempo da escrita e o tempo do relato:

Em 1889 o Brasil se diferenciava muito do que é hoje: não possuíamos Cinelândia nem arranha-céus; os bondes eram puxados por burros e ninguém rodava em automóvel; o rádio não anunciava o encontro do Flamengo com o Vasco, porque nos faltavam rádio, Vasco e Flamengo; na Estrada de Ferro Central do Brasil morria pouca gente, pois os homens, escassos, viajavam com moderação; existia o morro do Castelo, e Rio Branco não era uma avenida – era um barão, filho de visconde. O visconde tinha sido ministro e o barão foi ministro depois. Se eles não se chamassem Rio Branco, a avenida teria outro nome. (RAMOS, 2010, p.139).

O trecho, intitulado “As coisas”, inicia a narrativa e contextualiza algumas diferenças entre o período narrado e o momento da narração demonstrando, de forma irreverente, as transformações ocorridas após cinquenta anos de regime democrático. Percebe-se que as coisas são elencadas pela ausência em relação ao tempo em que a história é relatada. No entanto, além de indicar o progresso tecnológico, nos cinquenta anos que decorreram, nota-se que é pontuado também aquilo que se manteve ou que é legado do regime anterior: passou-se a ter cinema, arranha-céus, automóveis, rádio, bondes elétricos, mas a avenida é nomeada com o sobrenome de um barão da época imperial. Conforme dito anteriormente, a contextualização não é indispensável para a compreensão dos excertos, que guardam certa independência entre si e não precisam, necessariamente, da leitura encadeada linear para se fazerem compreender. Parece-nos que essa contextualização tem outro propósito.

Conforme apontado por Miranda (2004, p.71), os dois excertos iniciais (“As coisas” e “Os homens”) se referem à *res publica* e evidenciam o jogo de linguagem, através da ambiguidade da expressão latina, além de estabelecer o “cenário” para o contexto que motivou a proclamação da República, insinuando como eram as coisas e os homens quando foi instituída a *res publica*. Isso já evidencia que a composição foi meticulosamente planejada, insinuando o caráter literário do texto desde o início, pois compreende a formação da República no Brasil por meio de uma ligação coma origem do vocábulo: partindo da expressão latina que deu origem ao nome do regime republicano, ou seja, tomando a linguagem como ponto de partida, descreve-se a origem desse sistema político no contexto histórico brasileiro, demarcando o ambiente e o público que vivenciou a proclamação republicana. A motivação etimológica para os dois primeiros títulos evidencia o manejo da linguagem como base sobre a qual se está construindo a História da República. Antes de

qualquer coisa, essa é uma República formada por palavras, construída através da linguagem e que deve ser lida por meio dessa perspectiva.

Portanto, para nos auxiliar na empresa de compreender a formatação desse texto, nos utilizaremos da seguinte metodologia de análise: primeiro, evidenciaremos o nível diegético, ou seja, do que trata o texto; em seguida, iremos nos focar no tipo de narração empreendido (tipo de narrador, foco narrativo, a ação e o espaço narrativo, etc.); por fim, iremos evidenciar os recursos utilizados na produção textual, tais como escolhas lexicais e sintáticas, recursos estilísticos, figuras de linguagem, etc.⁹

3.1.1 Historieta da República

Mas, afinal, qual a história contada em “Pequena história da República”? A resposta não é tão óbvia assim. Afinal, o período republicano de 1889 a 1930 abrange muitos episódios e eventos. Cabe-nos, aqui, visualizar quais os momentos elencados pela narrativa para tentar compreender, em outro momento, o porquê dessa seleção para a composição do relato estabelecendo uma relação entre os episódios selecionados e o que a historiografia tradicional relata acerca do período. Embora se constitua em leitura enfadonha ao leitor que já conhece o texto e contribua pouco para a compreensão literária do relato, a apreciação do conteúdo de cada segmento será importante para melhor visualizarmos o que está sendo narrado e por quê. De qualquer maneira, tentaremos estruturar a compilação do enunciado da forma mais sucinta possível. Na seção seguinte, esse compêndio será útil à leitura crítica de cunho sociológico que traçaremos, realizando uma tensão entre o que foi narrado (a seleção dos eventos) e como foi narrado (a narração).

Como dito anteriormente, o texto graciliânico não é uniforme e homogêneo na narração sobre a primeira fase da República no Brasil. Os oito trechos iniciais (“As coisas”,

⁹ Essas etapas de análise foram baseadas na distinção de níveis de análise compreendidas por Yves Reuter (2007, p.21-22) e foram adotadas por abranger várias facetas, auxiliando com isso a análise de um texto cujo gênero é de difícil compreensão, permitindo uma melhor visualização geral da composição textual. Também nos utilizamos de algumas noções analíticas demonstradas por Massaud Moisés (2005) para análise de prosa literária. Outros teóricos e críticos foram elencados e serão citados no decorrer da análise.

“Os homens”, “Os antigos senhores”, “Os antigos escravos”, “Os padres”, “Os militares”, “A propaganda” e “A conspiração”) abordam o contexto em que o golpe republicano nasceu e tomou forma e servem de compreensão inicial sobre como e por quê a República foi proclamada com pouca resistência. De forma a facilitar nossa apreciação, iremos sintetizar em quadros a história relatada, os personagens, o espaço e o tempo narrativo em 14 conjuntos de blocos narrativos, de acordo com a temática envolvida. É importante salientar que consideramos como conteúdo a temática geral do trecho e como personagens as figuras que agem no excerto e não apenas as que são citadas pelo narrador, pois buscamos os traços narrativos do texto e não o mero compêndio historiográfico de datas, locais e nomes.

QUADRO 1 - TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 1 A 8				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
1) “As coisas”	Apresentam-se os equipamentos, tecnologias e o desenvolvimento econômico presentes à época da escrita e ausentes quando da proclamação da República.	Não há personagens. Apenas elencam-se diversas componentes que indicam as mudanças tecnológicas e estruturais ocorridas na sociedade brasileira após 50 anos de República.	Não há determinação de espaço narrativo. Apenas informa-se sobre a situação de alguns lugares como a avenida Rio Branco e a cachoeira de Paulo Afonso.	-Evidencia-se que quem relata está em um período posterior em relação ao apresentado. - Não é apresentado um período temporal específico.
2) “Os homens”	É apresentado o quadro político brasileiro em 1889 em que os partidos liberal e conservador se alternavam no poder, mas não conseguiam despertar confiança ou satisfazer aos anseios do público.	- José de Alencar; - D. Pedro II.	Não há determinação de espaço narrativo.	- Não é apresentado um período temporal específico. - Período antes de 1889.
3) “Os antigos senhores”	Aborda-se, sobretudo, a pobreza repentina advinda da abolição da escravatura em 1888, evidenciando que a classe dos “antigos senhores” não dava mais apoio à família real após sofrer o “prejuízo” que o fim da escravidão trouxe.	Não há personagens. Apenas se apresenta o quadro geral do papel e valor do escravo nas propriedades rurais.	Não há determinação de espaço narrativo.	- Parte-se do período anterior a 1888 até a data de abolição da escravatura.
4) “Os antigos escravos”	Evidencia-se que após as comemorações em maio de 1888, pouca gratidão restou à Princesa Isabel e à família real pela Lei Áurea, pois, sem condições de sobrevivência, os escravos alforriados não tinham de fato o que comemorar.	- “preta velha”; - “sinhá-moça”; - “um alvacentos”; - “moça branca”; - “sarárá”.	- O espaço narrativo é composto em uma fazenda qualquer, fictícia.	- O tempo narrativo é especificado pouco depois da abolição.
5) “Os padres”	Mostra-se que a secularização dos cemitérios e	- Bispo D. Pedro Maria de Lacerda; - Pe. Almeida Martins;	- Rio de Janeiro; - Olinda; - Roma.	- 1872.

	desentendimentos com a maçonaria, francamente ligada ao Imperador, entre outras desavenças, diminuiram o apoio do clero à família real.	- Frei Vital de Oliveira; - B. de Penedo; - Cardeal Antonelli.		
6) "Os militares"	Relata-se que após a Guerra do Paraguai e o contato com o caudilhismo sul-americano o corpo militar começou a se indispor com a Monarquia e a criticá-la publicamente.	- Ten.-Coronel Senna Madureira; - Col. Cunha Mattos; - Mal. Deodoro da Fonseca; - Gel. Visconde de Pelotas	- Locais não determinados; - Senado brasileiro.	- 1883; - 1885; - 1887.
7) "A propaganda"	Evidencia-se que desde o período colonial se divulgava no Brasil a ideia republicana, elencando-se e datando-se as inúmeras revoltas que tinham como base essa proposta.	- João Tibiriçá; - Visconde de Ouro Preto; - "um deputado"; - Aristides Lobo	- Rio de Janeiro - Itu;	- 1870; - 1873; - ??/6/1889.
8) "A conspiração"	Trata dos principais militares envolvidos e dos principais eventos antecedentes ao golpe em outubro de 1889. Mostra-se que de meados de outubro até o início de novembro a conspiração ganhou mais adeptos e se tentava disfarçar a agitação.	- Ten. Sebastião Bandeira; - Mal. Deodoro da Fonseca; - Ten.-Col. Benjamin Constant; - Major Solon Ribeiro; - Visconde de Maracaju; - Ajudante-General Floriano Peixoto	- Locais não determinados; - Escola Militar; - Largo de S. Francisco	- ??/10/1889; - 22/10/1889; - 14/11/1889;

Conforme se pode perceber, esta primeira sequência de blocos narrativos, constroem o contexto em que a proclamação da República tomou forma. Deste modo, compreendem-se melhor os poucos momentos em que figuram personagens ou mesmo a incidência maior da técnica dissertativa nos primeiros excertos e pouco da narrativa. Percebe-se também que nos dois primeiros trechos temos a figuração geral do espaço político-econômico do Brasil à época do fim do Império, caracterizando o ambiente da *res publica*. Em seguida, trechos 3, 4, 5 e 6, caracterizam-se as quatro principais classes sociais brasileiras quando da proclamação: os proprietários rurais, os ex-escravos, o clero e o corpo militar. Evidencia-se também que nenhuma delas mantinha com a mesma força o apoio à Monarquia. As duas últimas sequências, por sua vez, abordam a propagação do ideal republicano no Brasil, já bem conhecido quando da proclamação, e a caracterização do grupo que deflagrou o golpe nos Braganças.

Interessante notar que Silva e Carneiro (1975), ao traçar um panorama das motivações para a proclamação da República, também elencam três dos mesmos grupos sociais, como fatores decisivos para o sucesso do golpe: o clero, os antigos escravos e os militares. No entanto, os autores não tiveram a mesma visão crítica que o narrador de "Pequena história da

República”, porque viram no golpe algo inevitável: “A República tinha de acontecer. Porque a Monarquia era um regime artificial, em nosso continente [...] Éramos o único Império nas Américas. Esta, a primeira razão para que se proclamasse a República [...]” (SILVA; CARNEIRO, 1975, p.7) e deixaram de perceber, como é visto na “Pequena história da República”, que mais que um processo “natural”, a substituição da Monarquia pela República no Brasil não foi produto de uma “aptidão continental” para esse regime de governo, mas foi fruto de outros fatores, muito mais decisivos, os quais foram fortalecidos pela ideia republicana que aqui se vinha propagando há bom tempo.

A seguir, apresentamos as sequências que tratam do golpe em 15 de novembro e das medidas que depuseram o Imperador e a família real do poder:

QUADRO 2 - TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 9 A 12				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
9) “15 de Novembro”	Narra-se a chegada do Marechal Deodoro ao largo de S. Francisco à frente de tropas rebeldes para depor o ministério imperial, que estava reunido.	- Marechal Deodoro	- Quartel-General do Exército - S. Cristovão - Praça 11 de Junho - Largo de S. Francisco	- 15/11/1889, pela manhã.
10) “Não matem o barão”	Aborda o episódio da tentativa de prisão do Ministro da Marinha, barão de Ladário, quando este também aparece na praça. O barão quase é morto pelos soldados ao reagir, mas Deodoro intervém.	- Marechal Deodoro - “um tenente” - Barão de Ladário	- Praça da República (antigo Campo de Santana)	- 15/11/1889, pela manhã (Momento em que Deodoro chega ao largo)
11) “Está preso, está solto, está preso de novo”	Trata da dissolução do ministério e da indisposição do Marechal Deodoro com o visconde de Ouro Preto, presidente do conselho, que foi preso, depois foi solto a pedido de Floriano, e, no mesmo dia, novamente preso pelo Marechal Deodoro.	- Marechal Deodoro - Visconde de Ouro Preto	- Quartel-General do Exército - Quartel do 1º Regimento de Cavalaria, em S. Cristovão	- 15/11/1889
12) “Não sou negro fugido”	Relata-se o apoio recebido por Deodoro por alguns oficiais da Marinha, o processo de extradição da família real do Brasil e de como eles receberam essa “solicitação” do novo governo.	- Marechal Deodoro - Eduardo Wandenkolk - barão de Santa Marta - José do Patrocínio - D. Pedro II - tenente-coronel Mallet	- Arsenal da Marinha - Câmara Municipal - Palácio Imperial - Navio <i>Alagoas</i>	- 15, 16, 17 e 18/11/1889

Nesses quatro blocos narrativos, mostra-se o estabelecimento da República no Brasil através da narrativa da chegada do Marechal Deodoro ao largo de S. Francisco, do embate com o barão de Ladário, Ministro da Marinha, a prisão e posterior deportação do Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho Imperial, deposição do ministério Imperial e deportação dos Braganças do Brasil. Com isso, mostra-se o quão pequena foi a resistência à implantação da República no Brasil. Está claro também que essa “facilidade” se deveu à participação do Exército no golpe, pela rápida adesão da Marinha e pelo pouco apoio que a Família Real contava nas camadas sociais. A sequência de trechos têm como protagonista o Marechal Deodoro e concentra as ações na região do Campo de Santana, no dia 15 de Novembro de 1889.

Sobre a facilidade, transparecida no excerto “15 de Novembro”, Boris Fausto (1995), afirma que “Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio” (FAUSTO, 1995, p.245), termo que Graciliano Ramos também utiliza quando, analisando a singularidade da revolução de 1930, afirma que essa revolta se distinguiu “de vários motins que aqui se realizaram, o passeio feito por Deodoro de S. Cristovão ao Campo de Santana, por exemplo” (RAMOS, 2010, p.184), parecendo ser consenso a grande facilidade com que o golpe obteve êxito, mesmo com a troca de tiros com o barão de Ladário, único ferido no levante.

Não é feita qualquer alusão nos excertos à condição de saúde de Deodoro no 15 de novembro, ponto destacado por Silva e Carneiro (1975, p.68). Tampouco se narra o suposto episódio cômico em que Deodoro, ao subir no cavalo, exclama “Viva o imperador!” (SILVA; CARNEIRO, 1975, p.68). Ao deixar esses detalhes de lado, ao contrário do que fez com D. Pedro II, por exemplo, estaria o narrador de “Pequena história da República” sendo partidário de Deodoro e buscando salvaguardá-lo da jocosidade?

Por outro lado, o episódio do exílio dos Braganças é narrado de forma diferente por Silva e Carneiro (1975):

Pela madrugada o conde d’Eu é despertado, pela chegada do coronel João Nepomuceno M. Mallet. O Governo Provisório temia que houvesse derramamento de sangue na partida da família imperial, pois soubera que havia um grupo disposto a fazer uma manifestação em favor do imperador. Por isso aconselhava que ele abandonasse o paço antes do romper do dia. As três da manhã deixam todos o palácio rumo ao cais. (SILVA; CARNEIRO, 1975, p.73).

Sem qualquer referência à indisposição do imperador em cumprir a intimação a narrativa se detém em explicar a motivação do deporto na madrugada. O tom humorístico na narração do mesmo episódio em “Pequena história da República” parece desconstruir a nobreza e austeridade da família real na figura do imperador.

Passemos, agora, à estrutura das sequências 13 a 18, que se detém na formação do governo republicano e no período de presidência do Marechal Deodoro:

QUADRO 3 - TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 13 A 18				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
13) “O novo governo”	Descrição das primeiras ações no regime republicano, tais como a composição do ministério, as adesões da província ao novo regime, nomeações de governadores, separação entre a Igreja e o Estado, casamento civil e o reconhecimento da República brasileira por outros países.	Não há personagens. Apenas se apresenta o ambiente de tranquilidade em que surgiu a República.	Não há determinação de espaço narrativo.	- Não é apresentado um período temporal específico. - Período após a proclamação.
14) “Primeiras dificuldades”	Relata-se uma confusão em um regimento de cavalaria, problemas com a disciplina dos militares e com a liberdade da imprensa, que terminou por ser submetida a um tribunal de exceção. Aborda-se também a indisposição de Deodoro com algumas personagens, sua “quase” renúncia em 1890, o ataque de militares a jornais e a deposição do ministério em 1891.	- Marechal Deodoro - Benjamin Constant - Floriano Peixoto - Campos Sales	- quartel de um regimento de cavalaria; - redação da <i>Tribuna</i>	- 18/12/1889; - ??/5/1890; - ??/9/1890; - ??/11/1890; - 21/1/1891
15) “A constituinte”	Elencam-se os momentos e etapas do processo eleitoral em 1890, da composição da Constituição, a escolha do presidente da República e a formação do Congresso e Senado.	- “representantes republicanos”	- Paço da Boa Vista.	- ??/12/1889; - 15/11/1890; - 15/9/1890; - 24/2/1891; - 25/2/1891.
16) “Derrubada”	Abordam-se as ações de nomeações e demissões excessivas de Deodoro após tornar-se Presidente. Também se trata das dissidências entre o executivo e o legislativo, que terminaram por levar à dissolução das duas câmaras e de decretação de estado de sítio pelo Marechal.	- Marechal Deodoro	Não há determinação de espaço narrativo.	- Período logo após 25/2/1891. - 3/11/1891.

17) “Adesões”	Relata-se a recepção e apoio às decisões do Marechal Deodoro por parte de políticos, governadores (exceto o do Pará) e guarnições militares.	Não há personagens.	Não há determinação de espaço narrativo.	- período após 3/11/1891 (pressuposto)
18) “Colheita de tempestade”	Este segmento refere-se à reação dos opositores do Marechal e como, mesmo entre seus antigos aliados, ele começa a angariar inimigos, levando-o, por fim, a renunciar a presidência.	- Lauro Müller - “A armada” - Marechal Deodoro	Não há determinação de espaço narrativo.	- 22/11/1891 - 23/11/1891

Nesse compêndio de trechos narrativos temos um sumário do governo de Deodoro, em que se ressalta a instabilidade política desse período que por pouco não culminou em outras revoltas e golpes. Destaca-se a pouca importância dada à composição de espaços narrativos para os momentos relatados e a informação das causas que geraram a deposição/renúncia de Deodoro do poder.

Para Fausto (1995), se a transição do Império à República foi chamada de “passeio”, “Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República” (FAUSTO, 1995, p.245).Essas divergências existiam principalmente entre Deodoro e os partidários de Floriano Peixoto, mas também eram formadas pelo temperamento explosivo do Marechal:

Em setembro houve uma alteração medonha entre Deodoro e Benjamin Constant, que geria a nova pasta da instrução, correios e telégrafos, criada para ele. A propósito da nomeação de um funcionário, Benjamin emperrou; Deodoro tomou o pião na unha, levantou-se como se aquilo fosse caso pessoal e bradou:

- Somos militares. Puxe a sua espada, que eu puxo a minha. (RAMOS, 2010, p.154-155)

Nesse episódio, a figura do Marechal é caracterizada como a de um homem intempestivo, capaz de “sair na briga” por conta de uma nomeação. Silva e Carneiro (1975, p.80-81) também apresentam um episódio em que Deodoro se indispõe com os ministros por uma questão de licitação que envolvia um amigo seu. Assim, e através do exposto em “Pequena história da República”, percebe-se que Deodoro cultivara inimigos dentro do próprio governo, razão principal para forçá-lo à renúncia.

Verifiquemos, agora, a sequência de trechos que abordam o governo de Floriano Peixoto:

QUADRO 4 - TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 19 A 21				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
19) “Nova derrubada, novos descontentamentos”	O vice-presidente, Floriano Peixoto assume a presidência e derruba todos os governadores (exceto o do Pará). Reinstala o congresso e este aprova a deposição dos governadores e concede plenos poderes ao Marechal. Ele ataca fortalezas em revolta e reforma gerais que fizeram um manifesto. Coloca tropas na rua e decreta estado de sítio.	- Floriano Peixoto; - “treze generais de terra e mar”	Não há determinação de espaço narrativo.	- 13/12/1891; - 22/1/1892; - ??/1/1892; - 6/4/1892; - 10/4/1892
20) “Revolução no Rio Grande”	Destaca-se o clima de instabilidade no Rio Grande do Sul com dois governos simultâneos, movimentações de tropas e disputas pelo poder.	- Júlio de Castilhos - João Nunes da Silva Tavares - Gumercindo Saraiva - Almirante Wandenkolk - Laurentino Pinto Filho - Frederico Lorena	- Bajé - fronteira do Uruguai - Inhandubi - Montevidéu - Santa Catarina	- 3/11/1891; - ??/6/1892; - ??/2/1893; - 5/5/1893; - ??/7/1893; - ??/10/1893
21) “Revolta da Armada”	Apresenta-se a revolta deflagrada pela Marinha contra o governo de Floriano Peixoto, encabeçada pelo Ministro da Marinha, Custódio de Mello, antigo aliado de Floriano. A revolta se estende por mais de seis meses, mas é sufocada pelo governo. Doente, Floriano deixa o cargo de presidente.	- Custódio de Mello; - Floriano Peixoto; - Frederico Lorena; - Saldanha da Gama; - Almirante Jerônimo Gonçalves; - Coronel Moreira César	- Conflitos na costa do Distrito Federal (Rio de Janeiro).	- 6/9/1893 - 13/9/1893; - 14/9/1893; - 17 e 18/9/1893; - 30/9/1893; - 9/10/1893; - 12/10/1893; - 12/11/1893; - 1/12/1893; - ??/1/1894; - 25/1/1894; - 10/3/1893 - 17/4/1894 - 19/4/1894; - 7/5/1894; - 13/5/1894; - 10/8/1894; - 15/11/1894

Percebe-se que essa sequência de excertos detém-se na instabilidade política gerada pelas revoltas que surgiram no período do governo do Marechal Floriano Peixoto. Pontuam-se os diversos momentos de conflito e elencam-se as principais personagens envolvidas. A descrição de espaços, novamente, é limitada a indicações generalizadas.

Assim como destacado no texto graciliânico, Fausto (1995) aponta o apoio dado por Floriano ao governador do Rio Grande do Sul, quando da chamada “Revolta Federalista”, mesmo que os dois não compartilhassem da mesma linha política, pois “Desde o início da luta, Floriano colocou-se ao lado do PRR, embora Júlio de Castilhos tivesse sido partidário de Deodoro” (FAUSTO, 1995, p.256). Apesar das diferenças entre Floriano e Castilhos, esse apoio estava relacionado à manutenção da unidade da federação, pois com a subida dos federalistas ao poder, poder-se-ia ocorrer um desmembramento do sul do Brasil.

Seguindo nossa análise, dividiremos os excertos 22 a 50 em 10 blocos principais, acompanhando cada período governamental de 1894 ao golpe de 1930.

QUADRO 5 – TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 22 A 24				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
22) “Prudente de Morais”	Ressalta-se a resolução de conflitos externos e internos durante o primeiro ano de governo de Prudente de Morais.	- Prudente de Morais - barão do Rio Branco; - Grover Cleveland; - “os franceses” - Presidente da República Suíça - Saldanha da Gama - General Inocêncio de Queirós	- ilha da Trindade; - rio Amapá; - Campo Osório - Pelotas	- ??/1/1895; - 5/1/1896; - 5/8/1896; - 5/2/1895; - 16/3/1895; - 15/5/1895; - ??/4/1897; - 24/6/1895 - 10/6/1895; - 19/9/1895
23) “Canudos”	Narra-se um trecho da vida de Antônio Conselheiro e de como veio a formar o arraial de Canudos. Além disso, elencam-se as diversas investidas do governo para destruir o assentamento dos jagunços até a destruição completa da povoação.	- Antônio Conselheiro; - Arcebispo da Bahia; - tenente Manoel Ferreira; - major Frebônio de Brito; - coronel Moreira César; - coronel Tamarindo; - general Artur Oscar; - general Savaget; - Ministro da Guerra (Marechal Bittencourt);	- interior do Ceará; - sertão da Bahia; - Naná [sic]; - Canudos; - “uma légua” de Canudos; - Rio de Janeiro; - Queimadas; - Monte Santo; - Aracajú; - “arredores” de Canudos;	- 1835; - fim do século XIX; - 1876; - 1887; - 21/11/1896; - ??/12/1896; - 3/2/1897; - 8/2/1897; - 20/2/1897; - 21/2/1897; - 28/6/1897; - 18/7/1897; - ??/8/1897; - ??/9/1897; - 6/10/1897
24) “O assassino político”	Relata-se a tentativa de assassinato contra Prudente de Morais, presidente da República, durante uma cerimônia e a morte do Ministro da Guerra na defesa do presidente.	- Marechal Bittencourt; - Presidente da República; - anspeçada Marcelino Bispo; - vice-presidente da República	- capital federal; - arsenal de guerra;	- 5/11/1897;

Nesse conjunto de trechos, temos o período governamental de Prudente de Morais. Nesse período, acontece a resolução de muitos conflitos externos e internos, evidenciando

esse presidente como apto a solucionar as disputas que ainda abalavam a recém-criada República. Destaque especial a Canudos, em que se caracteriza a falta de preparo dos sertanejos e a incompetência do Exército em lidar com a situação, sendo necessárias diversas expedições ao arraial para que se consiga a derrota dos jagunços.

Sobre esse mesmo período, Fausto (1995) destaca a oposição realizada pelo republicanismo carioca contra o presidente Prudente de Moraes. Oposição essa que termina por desenvolver uma conspiração para assassinar o presidente. Fausto (1995) também relata o episódio de Canudos e realiza uma crítica ao desenrolar dos eventos:

Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie. Na verdade, havia “barbárie” em ambos os lados e mais entre aqueles homens instruídos que tinham sido incapazes de pelo menos tentar entender a gente sertaneja. (FAUSTO, 1995, p.258).

Em seguida, temos o período de governo de Campos Sales:

QUADRO 6 – TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 25 A 27				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
25) “Campos Sales”	Trata das ações de Campos Sales para sanar as finanças brasileiras que devido aos conflitos internos e externos do período anterior não andavam bem, sendo necessário, por isso, pedir um empréstimo a outro país e aumentar impostos.	- Campos Sales	- Londres	Não há determinação de tempo narrativo.
26) “Não obrigo ninguém a ser patriota”	Relata o episódio em que uma comissão foi reclamar dos impostos excessivos e o presidente responde que, de qualquer forma, com patriotismo ou sem, os impostos seriam cobrados.	- “uma comissão”; - Campos Sales	Não há determinação de espaço narrativo.	Não há determinação de tempo narrativo.
27) “Liquidações”	Nesse excerto, narra-se a liquidação de algumas pendências, como a visita feita pelo presidente argentino ao Brasil e a retribuição da visita no ano seguinte por Campos Sales, a questão do Amapá e a prisão de Custódio de Melo.	- General Júlio Joca (presidente da Argentina); - Walter Hansen (presidente da Suíça); - Barão do Rio Branco; - Custódio de Melo; - Joaquim Nabuco.	- Conselho de Guerra; - Congresso;	- 8/8/1889; - 1/12/1900; - 22/11/1889; - ??/3/1901; - 6/11/1901

Na sequência narrativa acima, nos é apresentado o período governamental de Campos Sales. A narrativa detém-se na exposição da decisão do presidente de aumentar os impostos e de tomar empréstimo com os ingleses. Além disso, mostra-se o fim de algumas questões como a sentença aplicada a Custódio de Melo, um dos líderes da Revolta da Armada, durante o governo de Floriano Peixoto.

Para o historiador Boris Fausto (1995), o período governamental de Campos Sales é marcado pela criação da chamada “política dos governadores”, que ampliou o poder dos grupos políticos dominantes nos estados e, com isso, pretendia facilitar o apoio ao governo federal, e pelo agravamento da crise financeira, resultando na solicitação de empréstimo aos bancos ingleses e em uma série de medidas restritivas, que geraram a quebra de vários bancos e empresas nacionais e a queda da atividade econômica no país.

Percebe-se que não é mencionado no texto graciliânico esse arranjo político que gerou a “política dos governadores”. O fato passa sem ser citado pelo crivo do narrador, que se atém à questão econômica e na consideração de outros episódios, envolvendo figuras políticas nacionais e internacionais.

QUADRO 7 - TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 28 A 34				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
28) “Rodrigues Alves”	Narra-se um resumo do governo de Rodrigues Alves, que escolheu um “excelente” prefeito e um “admirável” ministro do Exterior. Indica-se que, após tomado de novo empréstimo, foram realizadas obras de urbanização da capital.	- Rodrigues Alves; - Pereira Passos; - Rio Branco;	- Rio de Janeiro (Capital Federal) - Porto; - Avenida Central; - Praia de Santa Luzia; - Botafogo	- 1902-1906 - 1912
29) “A febre amarela”	Indica-se que o empréstimo também serviu para o saneamento da cidade e para o controle da febre amarela.	- Oswaldo Cruz	- Rio de Janeiro	Não há determinação de tempo narrativo.
30) “Publicidade”	Discorre-se sobre o papel do ministro do Exterior na melhoria da imagem do Brasil ante os demais países.	- Rio Branco;	Não há determinação de espaço narrativo.	Não há determinação de tempo narrativo.
31) “Um bom negócio”	Narram-se as desavenças entre brasileiros e bolivianos no Acre e como o Brasil, por fim, ocupou e comprou a terra, que, devido aos impostos cobrados, superou em pouco tempo o valor de compra.	- “seringueiros do Acre” - Cel. Plácido de Castro; - “bolivianos”; - “Governo brasileiro”;	- Acre; - Bela Vista; - Santo Antônio do Madeira	- 1899; - 1900; - 7/8/1902; - 24/1/1903; - 17/11/1903 - 1903-1909
32) “Outras	Informam-se as resoluções	- Rei da Itália	Não há	- 6/5/1904;

questões de limites”	de outros limites territoriais entre Brasil e Equador, a fronteira com a Guiana Holandesa, e a questão de divisão territorial com a Guiana Inglesa.		determinação de espaço narrativo.	- 5/5/1906; - 6/6/1904
33) “A varíola”	Narra-se, de forma sucinta e irônica, o episódio conhecido como “Revolta da Vacina”, reduzido, no texto, a uma questão de liberdades individuais.	- Oswaldo Cruz; - “O Congresso”; - A “Escola Militar”; - Gel. Travassos; - Lauro Sodré; - Alfredo Varela	Não há determinação de espaço narrativo.	- 14/11/1904
34) “Desvantagem e vantagem”	Narram-se dois episódios que demonstram a visualização do Brasil no exterior.	- “Oficiais e marinheiros alemães”; - D. Joaquim Arcoverde e Albuquerque Cavalcante	- Santa Catarina; - Rio de Janeiro	- ??/12/1905;

Na sequência de blocos narrativos apresentada, temos o período de governo de Rodrigues Alves. Esse período se constitui com o maior número de excertos de todos, parecendo-nos que foi dada atenção especial a esse período governamental. Dá-se destaque a três personagens nesse período: o prefeito Pereira Passos, o ministro do exterior Rio Branco e o médico sanitarista Oswaldo Cruz. Este é protagonista de dois episódios importantes que causaram muita controvérsia no período: o combate à febre amarela e a vacinação contra a varíola.

A maior parte dos historiadores também elencam os mesmos eventos para esse período, evidenciando ainda a política de valorização do café, iniciada nesse governo e complementada no governo seguinte, medida que foi idealizada pela oligarquia cafeeira paulista¹⁰. O que destoa, no entanto, é a pouca seriedade e importância com que se aborda a chamada “Revolta da Vacina” e a questão da urbanização do Rio de Janeiro. Parece que o narrador caça os episódios e minimiza a importância desses fatos através da utilização de recurso irônico.

Vejam, agora, como é tratado o período presidencial de Afonso Pena e Nilo Peçanha:

QUADRO 8 – TEMÁTICA DA SEQUÊNCIA35				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
35) “Afonso Pena – Nilo Peçanha”	Relata-se a morte de Afonso Pena após pouco	- Afonso Pena; - Nilo Peçanha;	- Holanda;	- 15/11/1906; - 14/6/1909;

¹⁰ Cf. Fausto (1995.p.243-328).

	mais de dois anos de governo e a posse de Nilo Peçanha, vice-presidente. Indica-se o papel de Rui Barbosa na convenção de paz europeia e as providências tomadas para melhoria da força militar brasileira. Relata-se a criação de alguns órgãos, a melhoria do fornecimento de água e a resolução de outras questões de fronteira com Colômbia, Venezuela, Peru e Uruguai.	- Rui Barbosa;		- 1907; - 1909; - 30/10/1909
--	---	----------------	--	------------------------------------

Nesse trecho, resume-se o período governamental de 1906 a 1910. Ao contrário da sequência anterior, o quadriênio de Rodrigues Alves, poucos eventos são elencados desse governo. É dado destaque especial a Rui Barbosa, que representa o Brasil na convenção de paz ocorrida na Holanda e, ao retornar, institui medidas para melhorar as forças armadas brasileiras. Percebe-se, no excerto, a pouca ou nenhuma participação do presidente ou do vice nos eventos indicados.

Deixa-se de lado no período, o desbravamento do norte do país pelo então General Rondon, que estabeleceu ligação telegráfica entre o Rio de Janeiro e o Amazonas, além de estabelecer contato com inúmeras tribos indígenas e de demarcar o território brasileiro¹¹. O quadriênio é então focado na atuação de Rui Barbosa na Convenção de Paz Europeia e reduz-se ironicamente os dois anos de governo de Afonso Pena através da transcrição de suas “[...]belas palavras, as últimas que pronunciou: *Deus, pátria, liberdade, família*. Era, conforme se vê, um homem de convicções muito profundas” (RAMOS, 2010, p.173. Grifo do autor).

Abaixo, conferimos o quadro que aborda os trechos relacionados ao governo de Marechal Hermes.

QUADRO 9 – TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 36 A 38				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
36) “O Marechal Hermes”	Relata-se como a figura do Marechal Hermes foi atacada e representada como ridícula pela imprensa	- Marechal Hermes - “os jornais”; - “teatrinhos populares”; - “a imprensa”;	Não há determinação de espaço narrativo.	- 1910

¹¹ Cf. Peixoto (1944, p. 327).

	e pela sociedade em geral durante o quadriênio de seu mandato, por ter vencido nas urnas Rui Barbosa, considerado, então, um gênio.	- Rui Barbosa; - “público indígena”;		
37) “A Revolta dos Marinheiros”	O episódio conhecido como “Revolta da Chibata” é sumarizado nesse excerto, em que se informa que marinheiros se revoltaram e que o governo temia um bombardeio à cidade. Por isso, ofereceu antecipadamente anistia aos marinheiros, que terminaram presos na Ilha das Cobras.	- João Cândido; - “o governo”; - “os navios”; - “o público”; - “O Congresso”; - José Carlos de Carvalho	- “a baía”; - Ilha das Cobras.	- ??/11/1910;
38) “Oligarquias”	Descreve-se o esquema político que dava plenos poderes a “coronéis” no interior de estados nordestinos e da ação do governo do Marechal Hermes em acabar com essas oligarquias.	- “velhas oligarquias”; - “vozes tímidas de vagos demagogos”; - “a máquina eleitoral”; - “toda a gente”; - “o sindicato político da capital”; - “coronel da roça”; - “chefe do interior”;	- “alguns estados do Nordeste”;	

No período presidencial do Marechal Hermes, é dado destaque à “Revolta da Chibata” e ao “fim” das oligarquias nordestinas. Percebe-se nessa sequência que é dada pouca visibilidade à revolta e não são dadas quaisquer explicações sobre suas causas. Também é perceptível o mesmo modo difuso de narração a respeito das oligarquias nos estados do Nordeste, explicando pouco acerca de como se realizou a retirada desses grupos políticos no interior dos Estados.

Conforme explicitado em “Pequena história da República”, a difamação ao Marechal Hermes foi provocada pela disputa política entre ele e Rui Barbosa durante as eleições presidenciais. Sobre a relação entre essas duas personagens, Boris Fausto (1995) aponta que

Embora a base política mais importante de Rui Barbosa fosse, naquela altura, a oligarquia de São Paulo, sua campanha se apresentou como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. A vitória de Hermes produziu grandes desilusões na restrita intelectualidade da época. (FAUSTO, 1995, p.271).

Observemos o período presidencial de Wenceslau Brás:

QUADRO 10 – TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 39 A 42				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
39) “Wenceslau Brás”	Evidencia-se a ocorrência de problemas internos e especialmente externos, a Primeira Guerra Mundial, durante o governo de Wenceslau Brás e indica-se como o Brasil entrou no conflito.	- “os alemães”; - “o Presidente”.	Não há determinação de espaço narrativo.	- 1914-1918
40) “Uma reedição de Marcelino Bispo”	Informa-se da subida de Pinheiro Machado no cenário político nacional, após o conflito contra os federalistas do Sul, e de seu assassinato.	- Pinheiro Machado; - “oligarquias nordestinas”; - Manso de Paiva.	- Hotel dos estrangeiros	- 8/9/19015
41) “Diversas trapalhadas”	Elencam-se diversas instabilidades políticas nos estados, revoltas, greves, a incidência da seca e da chamada gripe espanhola.	- Enéas Martins; - “sargentos”; - “trabalhadores”; - “a seca”; - “a gripe”;	- Estados do Rio, Espírito Santo, Alagoas e Piauí; - Mato Grosso; - Pará; - Paraná e Santa Catarina; - Rio; - “Vila Militar”; - Santos; - “estados do Sul”; - Capital Federal.	- ??/12/1915; - 1916; - ??/1/1917; - ??/7/1917; - 1915; - 1918.
42) “Uma eternidade”	Narra-se o processo pelo qual, após a morte do presidente eleito, ocorrem novas eleições e o senador paraibano é empossado presidente. Descreve-se ainda as nomeações efetuadas pelo então vice-presidente em exercício.	- Rodrigues Alves; - Rui Barbosa; - Epitácio Pessoa; - “as raposas do Sul”; - Delfim Moreira; - Frontim; - João Ribeiro.	- conferência da Paz (Versalhes);	- 1918; - 16/1/1919; - 21/7/1919; - 28/7/1919; - 15/11/1918

O período presidencial de Wenceslau Brás é marcado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial e de instabilidades nos estados. Destacam-se o assassinato político de Pinheiro Machado e a derrota nas eleições de 1918 de Rui Barbosa.

Interessante notar a falta de referência direta ao movimento do “Contestado”, que eclodiu no quadriênio. A título de apontamento no texto graciliânico se diz apenas que o “[...] Paraná e Santa Catarina se atracam, por questões de limites” (RAMOS, 2010, p.177) e deixa-se de relatar o movimento sócio-religioso presente na região denominada “Contestado”

e que abrangeu número considerável de vítimas durante a disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina¹².

Consideremos, no próximo quadro, os excertos que narram episódios do governo de Epitácio Pessoa.

QUADRO 11 – TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 43 A 46				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
43) “Epitácio Pessoa”	Sintetiza-se o governo de Epitácio Pessoa pela exposição de suas medidas que se diferenciaram das de outros presidentes. São expostos alguns episódios e a situação geral do Brasil na interpretação do narrador.	- Epitácio Pessoa; - “a imprensa”; - “os militares”; - Rei Alberto;	Não há determinação de espaço narrativo.	Não há determinação de tempo narrativo.
44) “1922”	Inicia-se por elencar alguns movimentos de revolta e de greve de operários para, em seguida abordar de forma indireta o movimento artístico de 1922.	- “vários municípios sertanejos”; - “o governo”; - “operários”; - “muito revolucionário”	- interior da Bahia; - Capital Federal; - quartéis, fábricas, ateliers, cafés, quartos de pensão;	- começo de 1920; - ??/3/1920; - 1921; - 1922;
45) “5 de julho”	Descreve-se o processo eleitoral de sucessão e as falcatruas envolvidas. Mostra-se a situação do país ante o exterior em contraponto à realidade interna. Narra-se, sinteticamente, a “Revolta dos 18 do Forte de Copacabana”.	- “o Congresso”; - “alguns rapazes”; - Marechal Hermes; - Siqueira Campos	- Forte de Copacabana;	- ??/3/1922; - 5/7/1922;
46) “O centenário”	Informa-se que foi decretado o estado de sítio e que se fizeram solenidades pelo centenário da independência.	Não há determinação de personagens.	Não há determinação de espaço narrativo.	Não há determinação de tempo narrativo.

Na sequência acima, percebemos o enfoque no ano de 1922 como marco político-cultural. O governo de Epitácio Pessoa é reduzido a disparidades e insatisfação pública. A revolução suscitada no período é destacada pelos movimentos rebeldes e pela vanguarda artística modernista. Descreve-se o período como de grande instabilidade e cheio de incongruências: comemora-se o centenário da independência logo após decretar-se o estado de sítio e efetuarem-se diversas prisões.

¹² Cf. Fausto (1995, p.295-296).

Para a historiografia tradicional, o período é marcado pela ascensão do movimento tenentista, pela insatisfação dos militares e pela criação do Partido Comunista Brasileiro, considerado decisivo para os acontecimentos que desencadearam a Revolução de 1930.

O movimento artístico de 1922, deflagrado através da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, é alvo de críticas indiretas em “Pequena história da República”. O modernismo é indiretamente descrito como “indisciplina”, “revolta” e “ausência de respeito a qualquer lei” por parte de revolucionários incapazes de remover do lugar o deputado e o presidente e, por isso, se atiram contra símbolos mais modestos: o “mestre-escola” e a “gramática”.

Após essas considerações, passaremos a visualizar o período de governo de Artur Bernardes.

QUADRO 12 – TEMÁTICA DAS SEQUÊNCIAS 47 A 48				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
47) “Artur Bernardes”	Narra-se como o presidente Artur Bernardes, assim como o fora o Marechal Hermes, foi difamado pela imprensa e como este revidou a esses ataques.	- Artur Bernardes; - Marechal Hermes	Não há determinação de espaço narrativo.	Não há determinação de tempo narrativo.
48) “O segundo 5 de julho”	Narra-se a revolta ocorrida em São Paulo em 1924, que gerou o surgimento da chamada Coluna Prestes. Narra-se a reação da população interiorana aos “barbudos de farda” e o combate do governo a esses revolucionários.	- Isidoro Lopes; - “os rebeldes”; - “os camponeses”; - “tropa”; - “o matuto”; - “o governo”; - “batalhão patriótico”; - Floro Bartholomeu; - Lampião	- São Paulo; - “interior do país”; - “sertão”; - “feiras da roça”; - Nordeste	- 5/7/1924; - 28/7/1924

O período governamental de Artur Bernardes é configurado pelo narrador através do enfoque na retaliação dos ataques recebidos através da imprensa e da formação do movimento da Coluna Prestes. Interessante notar que o movimento “tenentista” não recebe qualquer denominação, mas é caracterizado através de adjetivos como “barbudos e cabeludos”, “tipos malucos” e “uma tropa que não dava pancada”. A ausência de utilização das nomenclaturas na descrição das revoltas e levantes no país é algo predominante no texto de “Pequena história da República”.

O episódio da revolta em São Paulo, sempre bem explorado pela historiografia¹³, não é destacado no texto graciliânico, mas este se detém em relatar como, após o contragolpe do governo, os militares revoltosos adentraram pelo interior divulgando seus ideais políticos.

Vejamos o penúltimo excerto, denominado Washington Luís:

QUADRO 13 – TEMÁTICA DA SEQUÊNCIA 49				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
49) “Washington Luís”	Informa-se a forma de governo de Washington Luís, que decidiu acabar com o estado de sítio e quis impor o seu sucessor, fato que gerou insatisfação e contribuiu para a Revolução de 1930. O presidente é descrito como cabeçudo e teimoso.	- Washington Luís; - “os políticos”	Não há determinação de espaço narrativo.	- 10/2/1927

Com poucos detalhes sobre esse período, informa-se apenas sobre a disposição de Washington Luís em indicar seu sucessor e na discordância que isso gerou com outros políticos e com ao menos dois estados do país.

Essa atitude inflexiva por parte do presidente na imposição de seu sucessor, que em “Pequena história da República” leva o narrador a denominá-lo como “cabeçudo”, é vista por Boris Fausto (1995) como um fator determinante para a Revolução de 1930, pois, para este historiador, “Seria muito difícil prever, no início de 1929, que após a presidência relativamente tranquila de Washington Luís surgiria uma forte cisão entre as elites dos grandes Estados” (FAUSTO, 1995, p.319).

O modo enérgico desse presidente também é visto como um fator que contribuiu para o desenvolvimento dos eventos da chamada “Revolução de 1930”, que veremos no quadro a seguir.

QUADRO 14 – TEMÁTICA DA SEQUÊNCIA 50				
EXCERTO	HISTÓRIA	PERSONAGENS	ESPAÇO	TEMPO
50) “1930”	Discorre-se sobre a relação entre a revolução de 1930 e a de 1889, as motivações da revolução, as causas, as particularidades, as	- “o povo” - “vários cavalheiros importantes”; - “personagens obscuras”;	Não há determinação de espaço narrativo.	- 15/11/1889; - 1930; - antes de 1922;

¹³ Cf. Fausto (1995, p.307-310); Trevisan (2001, p.60-61).

	camadas políticas, militares e sociais envolvidas, a propaganda e o programa dessa revolução.	<ul style="list-style-type: none"> - Getúlio Vargas; - “naturezas calmas”; - “esses sebastianistas”; - “indivíduos interessantes”; - “o Exército”; - “o governo”; - “o leitor sensato”; - “os homens de 1930”; - “os revolucionários” 		
--	---	--	--	--

No último excerto do texto, aborda-se a Revolução de 1930, que deu início à chamada “Era Vargas”. É destacado o processo que levou a uma ditadura populista, sem, no entanto, entrar em especificações e detalhes sobre os fatos ocorridos. Disserta-se mais do que se narra. É realizada reflexão sobre como a revolução conseguiu ser bem sucedida, sem grandes chefes à frente e sem programa político. Destaque para a série de personagens sem nome, genéricas, coletivas, que representam grupos da sociedade e influenciaram no andamento do golpe.

O episódio, abordado pela História Oficial como início da chamada Era Vargas, também é visto por Boris Fausto (1995) como uma revolução sem projeto definido, pois reuniu, sob uma mesma bandeira, setores distintos e até mesmo divergentes:

Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados “tenentes civis”; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das forças armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio. (FAUSTO, 1995, p.326).

Em “Pequena história da República” essa não definição de programa é representada pela denominação genérica dos envolvidos, sem nomeações claras, nem sequer com uma sequência narrativa definida. Assim como o golpe, a narrativa se desenvolve de forma difusa, centrando-se nas reflexões do narrador que realiza digressões, comparações e retomadas. O golpe em si não é abordado diretamente, nem como se deu, nem as personagens que protagonizaram os episódios; a narrativa segue pela beirada buscando entender o contorno que gerou o evento e evitando interpretações diretas ao ocorrido.

Após essa apreciação geral das temáticas dos excertos e, conseqüentemente, de todo o texto, compreendemos um pouco melhor que “Pequena história da República” não se pretende apenas um registro diferenciado da chamada República Velha. Além da forma pouco historiográfica de narrar os eventos, a seleção do que é narrado também reflete a perspectiva diferenciada deste narrador, que enfoca alguns períodos governamentais, dá pouca importância a outros, cita algumas personagens e deixa outras no ostracismo da narrativa. A preocupação em situar os eventos também não é grande e poucos espaços são mencionados na narrativa. Cuidado maior existe na especificação de algumas datas e períodos, mas, ainda assim, essas informações não recebem muito destaque. A preocupação narrativa parece centrar-se, de fato, na compreensão dos decursos históricos, nas tomadas de decisão dos governantes, no que existe de diferencial ou inusitado em alguns episódios, nos erros recorrentes de nossa formação nacional, mas, essencialmente, nas contradições de nossa formação republicana.

3.1.2 Narrando uma pequena história

Agora, após considerarmos o nível diegético do texto, passemos a verificar como “Pequena história da República” é narrada. Precisamos compreender como é construída a voz narrativa e que tipo de recursos narrativos são utilizados nesse texto. Essa compreensão nos ajudará a visualizar melhor a relação entre a história narrada e a literariedade do texto.

Inicialmente, verificamos que o narrador não é uma personagem da narrativa, não se trata, portanto, de uma narrativa testemunhal ou memorialística, como o foram *Infância* e *Memórias do Cárcere*. Em momento algum aparece um “eu” que testemunha os fatos ou que os traz à tona pelo que se lembra deles, apenas o narrador e sua leitura dos episódios.

Outra característica que logo nos salta aos olhos é a constatação da existência de um predomínio da técnica do *sumário* sobre a da *cena* no texto. O excerto abaixo nos serve de exemplo:

De 15 de novembro de 1918 até essa data o Vice-Presidente, Delfim Moreira, esteve em exercício e governou bem. Disseram a princípio que ele não tinha muito bom juízo. Em todo caso teve o juízo suficiente para

escolher um bom prefeito, Frontin, e um bom ministro da Fazenda, João Ribeiro. (RAMOS, 2010, p.178).

A história é contada sem se ater a diálogos, descrições de ambientes ou passagem gradual do tempo. Um período de 40 anos é traçado em poucas páginas, por isso, é natural que essa técnica predomine no texto, que contabiliza apenas 10 indicadores de fala direta de personagens.

O narrador de “Pequena história da República”, conforme também se percebe no excerto acima, por não fazer parte da história que conta (nem é fruto de sua memória, nem é algo que tenha testemunhado com proximidade) é um narrador, conforme denominação de Gerard Genette¹⁴, *heterodieético*. Isso também implica na compreensão de que a narrativa evidencia menos suas marcas, pois as referências enunciativas de personagens, os indicadores espaço-temporais e os tempos verbais são relacionados ao enunciado e não à enunciação.

Seguindo essa compreensão, podemos tentar visualizar também que tipo de narrador nos é apresentado em “Pequena história da República”, ou seja, a partir de que perspectiva, posição e distância a história é narrada. Seguindo a tipologia de Norman Friedman apresentada por Ligia Chiappini Moraes Leite (2007), podemos perceber que nesse texto graciliânico temos um *narrador onisciente intruso*¹⁵. Isso é comprovado pelo uso da terceira pessoa, pela “onisciência” do narrador que conhece toda história narrada (visão de trás) e pela chamada intrusão do narrador na história, através de comentários e posicionamentos.

Cabe ressaltar que nos utilizamos dessa nomenclatura para facilitar nossa análise do texto, mas compreendemos que a obra literária não pode ser fixada em molduras fixas e imóveis. Percebemos, por exemplo, que a “onisciência” do narrador de “Pequena história da República” é limitada e não investiga os pensamentos e intenções das personagens, tampouco é capaz de dar sentido, ou interpretar, todas as situações e eventos. Verificamos ainda que a intrusão do narrador é bem comedida e não se dá da mesma forma que em um narrador machadiano, por exemplo, sempre interpelando o leitor, se dirigindo a ele e apontando suas impressões sobre aquilo que narra. Em “Pequena história da República” temos um narrador intruso, mas comedido: ele se posiciona sobre aquilo que narra, mas de forma moderada e pontual, quase sempre, através da ironia.

¹⁴ Genette apud Reuter (2007, p.69-70).

¹⁵ Cf. Leite (2007, p.25-70).

Continuando nossas considerações, podemos verificar ainda que o momento da narração é posterior àquilo que é narrado (a passagem dos 50 anos de República no Brasil), que a velocidade de narração é acelerada (devido à adoção do sumário), que a frequência é igual entre narração e narrativa (pois se narra apenas uma vez os acontecimentos) e que a narração segue, quase em todo o texto, a ordem cronológica dos acontecimentos (por partir do fim do Império até a Revolução de 30, passando por cada período governamental).

Com essas características em mente, podemos considerar a narração de “Pequena história da República” como realizada com certo distanciamento por parte de quem narra; distanciamento que não significa desinteresse ou falta de envolvimento com o que é narrado, mas uma distância que implica em visão global e conhecimento daquilo que se está narrando. O narrador conhece os fatos que narra e, por ter essa visão ampla deles, é capaz de emitir comentários, interpretações e opiniões sobre os acontecimentos.

3.1.3 Pequena República em texto

Passemos, agora, a considerar as características linguísticas gerais do texto: o léxico, a sintaxe e a estilística, tomando o cuidado de o fazermos com vistas à melhor compreensão do processo literário, ou seja, das possibilidades de leitura e interpretação de um texto de Literatura.

Pensando no léxico utilizado em “Pequena história da República” temos de concordar com o já apontado por Lins (1976) e já mencionado neste trabalho:

[...] Tais expressões ressaltam um aspecto importante, mais de uma vez referido neste breve estudo: a perícia com que a matéria verbal, em Graciliano Ramos, serve aos fins propostos. O objetivo de apresentar, da República, um quadro realista e, se necessário, ridículo, exigiria também uma linguagem no mesmo tempo enérgica e incisiva, uma linguagem *eficiente*, bem longe dos clichês aplicáveis às “Histórias” convencionais. (LINS, 1976, p.185, grifo do autor).

Esse distanciamento em relação às “Histórias convencionais” se dá em uma linguagem próxima do linguajar coloquial: Câmara e Senado andam em “turras” com o Marechal; os

dezoito do Forte são “doidos”; os jagunços de Canudos são “a pior canalha da roça” e os proprietários de terra após a abolição da escravidão ficaram “murchos, bambos”.

O léxico em “Pequena história da República” serve ao objetivo de desconstruir a linguagem cientificista historiográfica e, desse modo, retirar do relato a suspeita de documento científico. Como o próprio Lins (1976) comenta, em trecho anterior ao citado acima, a História sem documentos idôneos não possui valor científico. Do mesmo modo, sem o vocabulário adequado a esse gênero textual, distancia-se da historiografia e perde o valor documental.

O vocabulário também serve ao propósito de desmistificar aquilo que é narrado, desconstruindo a visão tradicional da formação republicana no Brasil. Ao apresentar as personagens históricas por meio de um léxico coloquial, o narrador do texto as coloca no mesmo nível do cidadão comum e as destitui de qualquer grandeza ou aparente superioridade.

Com isso, nos é apresentada uma história composta por “criaturas vulgares”, que são mencionadas no relato por conta das ações que realizaram e da participação que tiveram na construção de nossa “Pequena República”, sem, no entanto, cobri-las de uma “áurea” especial ou de colocá-las acima das demais pessoas. Afirma-se antes de tudo, através do vocabulário utilizado, que as personagens históricas são homens e mulheres comuns, nem melhores nem piores do que os demais cidadãos.

Contribuindo para essa leitura, percebemos que a sintaxe também opera para a desconstrução da visão laudatória da formação da República no Brasil. Predomina a utilização no texto da sintaxe mais simples e coloquial: sujeito – verbo – objeto. Vejamos o excerto abaixo, do bloco intitulado “Wenceslau Brás”, como exemplo:

De 1914 a 1918 tivemos complicações, resultantes da situação interna e também da guerra européia, que durou tanto como o governo de Wenceslau Brás.

Até 1917 fomos neutros, mas por fim nos decidimos a entrar no conflito. Entramos sem espalhafato.

Os alemães torpedearam cinco navios mercantes brasileiros – e fomos arrastados à luta. Mandamos para a Europa uma esquadra, pequena, e alguns médicos. O Presidente, em proclamação, recomendou parcimônia ao povo, conselho absolutamente desnecessário.

Entregamos aos nossos aliados vários navios aqui detidos. Foi o diabo. Feita a paz, dificilmente esse material voltou, bastante avariado. (RAMOS, 2010, p.176-177).

Conforme se pode observar, excetuando-se as duas primeiras sentenças, que apresentam inversão sintática de alguns termos, as outras sentenças mantêm predominantemente a ordem direta do Português brasileiro com o sujeito sendo seguido pelo verbo e o complemento verbal. Essa ordem mais comum contribui para a percepção da “vulgarização” de eventos e personagens que são postas no mesmo nível dos demais cidadãos.

A sintaxe também contribui para a compreensão de que “Pequena história da República” não se pretende laudatória e se mantém afastada do jargão historiográfico. As sentenças curtas e diretas, que predominam no texto, trazem a ideia de objetividade e clareza, focalizando nos acontecimentos mais importantes, mesmo com as interferências do narrador.

É perceptível, ainda, que a organização sintática do texto preza pelo enxugamento, a dispensa de alguns conectores e de relações de subordinação entre orações, levando à formação de algumas sentenças que parecem telegrafadas. Essa escrita “telegráfica”, pouco conectada, termina por dá a impressão geral de fragmentação no texto, como se as ideias, assim como as sentenças, não possuíssem relação de proximidade umas com as outras.

Essa sensação de fragmentação, no contexto geral da obra, nos leva a perceber a República como também fracionada, fruto de ações que não possuem relação estreita entre si e, por isso, são postas em locais separados. Essa separação é iniciada na descrição das camadas sociais que se indispuseram com o Imperador (os antigos senhores de escravos, os antigos escravos, os padres e os militares) até os motivos que geraram a Revolução de 1930. A falta de unidade política no Brasil, assim como a falta de um projeto comum, é refletida na composição de sentenças que parecem não se articular, restando ao leitor compor o quebra-cabeças.

Com isso, podemos pensar que a escolha de uma sintaxe simples e com poucas relações de coordenação e/ou subordinação, demonstram uma das características de bases da nossa República, proclamada por um grupo pequeno e pouco articulado e mantida da mesma forma, sem um projeto político unificador, em um país de contrastes enormes entre estados e regiões.

Em relação aos recursos estilísticos visualizados em geral no texto, temos de destacar a utilização da ironia. Esse recurso é tão utilizado e explorado no texto, como também é tão complexo e multiforme, que precisaremos nos valer de diversos conceitos e autores para

abordamos da forma menos superficial possível. Da mesma forma, esse recurso parece-nos especialmente importante para compreensão do papel do narrador no relato e na interpretação dos fatos históricos, matéria que nos levará, na seção seguinte, a estabelecer relação entre sociedade e literatura através do texto. Por isso, destacaremos uma sessão especial para o estudo desse recurso e sua utilização em “Pequena história da República”.

3.2 Graça e Ironia na Pequena República

Desde o início de nossa investigação, temos apresentado a narrativa sobre a República, composta por Graciliano Ramos, como um texto irônico. De fato, não apenas nós, mas as análises dos críticos que se debruçaram sobre esta obra, expostas na seção anterior, também conferem a mesma classificação. No entanto, até o momento, não deixamos claro qual o conceito que estamos utilizando para esta categoria, como a estamos compreendendo e sob que perspectiva. Por isso, precisaremos apresentar alguma consideração sobre o que é o recurso irônico e como ele se configura em “Pequena história da República” para podermos analisar criticamente esse texto.

Com este propósito, será importante observarmos a conceituação de Duarte (2006), pesquisadora e crítica literária, que percebe a ironia como um recurso

[...] apresentado mais comumente como a figura de retórica em que se diz o contrário do que se diz, o que implica o reconhecimento da potencialidade de mentira implícita na linguagem. Por isso a ironia pode ter formas e funções extremamente diversificadas, em que há pelo menos dois graus de evidência: um primeiro, em que o dito irônico quer ser percebido como tal, e um segundo – caso da ironia *humoresque* -, em que o objetivo é manter a ambiguidade e demonstrar a impossibilidade de estabelecimento de um sentido claro e definitivo. (DUARTE, 2006, p.18).

Desse modo, percebe-se que, entre os diversos sentidos atribuídos à ironia, o mais comum é o de considerar irônico o dizer que, na verdade, diz o contrário do que está sendo dito. Assim, percebe-se que na ironia ao menos dois sentidos são manifestos: um sentido está no dito e o outro no dizer. Como Duarte (2006) aponta, dizer o contrário do que está sendo dito também implica em transformar aquilo que se disse em mentira. Trazendo essa consideração para a análise de “Pequena história da República”, temos que a presença da

ironia no relato historiográfico transformaria a narração historiográfica em mentira ou em não verdade:

D. Pedro II veio de Petrópolis e tentou organizar um novo ministério, o que não foi possível. No dia 16 S. M. recebeu uma dolorosa mensagem: nela o marechal Deodoro, em nome do governo provisório, lhe pedia o sacrifício de, com a sua família, no prazo de vinte e quatro horas, deixar o território nacional. O monarca deposto respondeu que embarcaria, forçado pelas circunstâncias.

Afirmou que guardaria do Brasil muita saudade e fez votos ardentes pela sua grandeza. Uma resposta digna, como se vê: o Imperador gostava da palavra escrita. Falando, porém, deixou algumas frases de menos efeito. Na noite de 17 desceu as escadas do palácio bastante contrariado, resmungando para o tenente-coronel Mallet, que o ia buscar.

- Estão todos malucos. Não embarco, não embarco a esta hora, como negro fugido.

Embarcou. No dia 18, com todos os seus, a bordo do *Alagoas*, seguiu para a Europa. A 28 de dezembro enviuvou, a 5 de dezembro de 1891 morreu. (RAMOS, 2010, p.151. Sobrescritos nossos. Itálicos do autor).

No trecho, intitulado “Não sou negro fugido”, vê-se claramente a ironia em tratar o episódio da expulsão do ex-monarca d. Pedro II. Inicialmente, através do uso do termo “lhe pedia o sacrifício”, quando na verdade, a família real estava sendo expulsa compulsoriamente do país. Em seguida, pela resposta do monarca, que diante daqueles que o foram buscar desmentiu o que havia dito por escrito, afirmando que não embarcaria. Por fim, a ironia do narrador em relatar, secamente, que “Embarcou”.

Além da crítica realizada através do relato do episódio, a ironia incide também sobre o discurso escrito. Escrevendo, o imperador havia deixado belas e dignas palavras. No entanto, falando, o discurso mudara. Com isso, o narrador evidencia a artificialidade não só dos discursos por escrito do ex-monarca, mas da palavra escrita em geral, pois o próprio relato do episódio é composto, inicialmente, de forma a solidarizar-se com o monarca (“recebeu uma *dolorosa* mensagem”) para, no fim, relatar de forma sintética e objetiva, sem qualquer adjetivação (e, com isso, sem qualquer relação de empatia com o ex-monarca), o resto da vida de d. Pedro II (como se vê no último parágrafo do excerto).

É interessante ressaltar que a “verdade” ou a “mentira” não é o critério para distinguir obra literária de obra não literária. A forma como o discurso é construído é que é fundamental para nossa compreensão de literatura, pois, como se sabe, o critério da verdade, hoje, parece ser completamente insuficiente, por não sabermos, pela filosofia ou pela ciência, o que vem a ser “verdade”. Assim, a potencialidade de mentira implícita na linguagem, como destaca

Duarte (2006), está em perceber a escrita, tanto literária quanto histórica, como constructo, como ficção. A presença da ironia e, conseqüentemente, de um sentido duplo ao dito ou da negação do que está sendo dito pela construção de um sentido contrário, gera a desconfiança do discurso escrito como “verdade”. Para o discurso historiográfico, este é um lugar que deve ser evitado, embora, conforme vimos na segunda seção, ao menos a compreensão teórica de Hayden White (2001) sobre a escrita da História, tem percebido a ficcionalidade dos textos e relatos de sua área. No entanto, para a Literatura, longe de diminuir seu valor, a “mentira” pode ser vista como sua razão de ser, seu jogo com a linguagem, pois o texto literário sabe-se incapaz de reproduzir ou representar a verdade ou o mundo.

Ainda tratando do conceito de ironia, vemos em Muecke (1995) a compreensão de que o recurso possui um conceito vago e inconcluso, que tem variado no correr do tempo (p.22). No entanto, o autor não se esvai de algumas definições e nos apresenta a concepção deste recurso como paradoxo, fusão de tese e antítese (p.40), e enquanto significação aberta, permitindo múltiplos sentidos (p.48). Essas compreensões asseveram a presença da ironia nessa obra de Graciliano Ramos, como um recurso de linguagem que rompe com a coerência entre o dito e o dizer para multiplicar as possibilidades de leitura.

Além desses autores, Sônia Brayner (1976) também se debruça sobre esse recurso, afirmando que

Na retórica tradicional, foi o termo [ironia] colocado ao lado dos chamados “tropos primários” – metonímia, sinédoque, hipérbole. [...] A força da ironia jaz no antigo e sempre prazer humano em fazer contrastar a Aparência com a Realidade, isto é, no conflito de dois significados dentro de uma estrutura dramática peculiar. [...] Utilizando-se do vocabulário saussuriano, pode-se dizer que a ironia se estabelece na inadequação voluntária de um significante com seu significado. Trabalho retórico e, mais amplamente semiótico, a ironia, como todo fenômeno de humor, prefere um significante não habitual, menos provável, através do qual instala seu coeficiente de incerteza. Nem transparente em demasia, pois seu caráter artificioso estaria imediatamente decodificado, nem opaco, tampouco, prefere estabelecer uma relação de translucidez [...], sempre na dependência da personalidade estilística do ironista, na capacidade de percepção do público para esta mensagem codificada em um segundo grau e, finalmente, nas condições em que se estabelece o percurso deste sentido. (BRAYNER, 1976, p. 100)

É justamente na tensão entre “aparência” e “realidade”, no conflito entre dois significados contrastantes, que a ironia se manifesta, produzindo um dizer que ultrapassa os dois sentidos delimitados. É nesse sentido que tomamos o recurso irônico em “Pequena

história da República”: a de um dizer que extrapola, que mantém a tensão entre dois sentidos, estabelecendo a incerteza e aumentando, com isso, as possibilidades semânticas e de leitura. Pois, conforme já mencionado neste trabalho, consideramos a noção de Massaud Moisés (2004) sobre o funcionamento da ironia, “como processo de aproximação de dois pensamentos, e situa-se no limite entre duas realidades, e é precisamente a noção de balanço, de sustentação, num limiar instável, a sua característica básica, do ponto de vista da estrutura” (MOISÉS, 2004, p.247).

Considerando essa noção mais ampla sobre a manifestação irônica e percebendo a presença da ironia em “Pequena história da República”, podemos identificar um tipo de ironia como predominante no relato graciliânico. A manutenção da incerteza em relação aos sentidos do dizer e do dito, construindo sentenças que parecem, ao mesmo tempo, tratar com seriedade e humor os fatos narrados, nos permitem afirmar que a ironia *humoresque*¹⁶ predomina no relato. Essa ironia é apontada por Duarte (2006) como a que apresenta significações contraditórias que estarão juntas na linguagem, não fixando nenhum sentido. Esse tipo de ironia manterá a tensão entre os sentidos, sem ressaltar dito ou dizer. Esse recurso, que não permite o predomínio de um sentido particular, coincide também com o conceito de *ironia instrumental*¹⁷ de Muecke (1995), pois é recurso de fingimento de um ironista que deseja ser crido, mas instaura um paradoxo de sentidos, conforme podemos observar no excerto abaixo:

[...] E já aí os batalhões patrióticos deviam ter dado ao governo a certeza de que, em horas de cólicas, ele não contaria com o Exército. Por que o Exército não tinha coragem? Maluqueira. Sem tocar em fatos anteriores, lembremo-nos de que em Canudos houve bravura: excetuando-se a brigada Girard, todos lá se comportaram bem e, quando foi preciso, souberam morrer direito. (RAMOS, 2010, p.187).

¹⁶ “Se a ironia retórica coloca uma dupla possibilidade, mas tem um ponto de chegada, a intenção da ironia *humoresque* ou de segundo grau não é dizer o oposto ou simplesmente dizer algo sem realmente dizê-lo. É, ao contrário, manter a ambiguidade e demonstrar a impossibilidade de estabelecimento de um sentido claro e definitivo, pois o texto construído com essa ironia se configura como código evanescente e lugar de passagem.” (DUARTE, 2006, p.31-32).

¹⁷ Além dos conceitos já citados, Muecke (1995) nos apresenta a ironia de duas formas possíveis, de acordo com a presença ou não de um ironista que formula a ironia: a *ironia observável* e a *instrumental*. A ironia observável seria a ironia em que não há ironista, ou seja, ninguém formula um dizer irônico, mas ocorre uma situação irônica no cotidiano, em eventos ou no discurso de personagens vítimas de ironia de circunstância (também conhecida como “ironia do destino”). Na ironia instrumental teríamos um ironista, que formula a ironia intencionalmente, e é o responsável pelo efeito irônico ou pela observação de um evento ou dizer irônico. Neste caso, o ironista constrói seu discurso de forma que se acredite que o que está sendo dito é aquilo que se queria dizer, embora seja também percebido pelo menos mais um sentido no dizer do ironista.

A ambiguidade de sentidos, no trecho, está em afirmar a bravura e coragem dos soldados do Exército ante um episódio em que os militares tiveram extrema dificuldade em combater camponeses analfabetos, destreinados e mal equipados belicamente. A ironia é reforçada pelo trecho final em que se afirma que a bravura do Exército era tal que, quando necessário, os soldados sabiam morrer direito. O narrador faz o leitor acreditar que está elogiando o exército, embora também construa um sentido subjacente: a incapacidade das forças militares.

Dessa forma, o leitor é convidado a compreender o jogo de sentidos exposto, devendo ser capaz de entender os dois sentidos e de crer que ambos são plausíveis. O jogo está em perceber a inversão semântica, mas não tomar o sentido inverso como único ou verdadeiro. Deste modo, cabe ao leitor a reflexão: um dizer pode comportar dois sentidos antagônicos? Afinal, o Exército é bravo e incapaz ao mesmo tempo?

A ironia em “Pequena história da República” indica o caráter paradoxal de nosso país que comporta, simultaneamente, as mais díspares realidades sociopolítico-econômicas. O Brasil se torna uma República democrática, mas quase em todos os períodos governamentais o presidente mantém decretado estado de sítio. A capital federal sofre uma grande obra de urbanização, enquanto ocorrem revoltas contra a vacinação anti-varíola. As contradições perpassam todo o relato e configuram a estrutura de nosso país.

A lista de trechos em que podemos perceber a chamada ironia *humoresque* ou *instrumental* é grande, mas deixaremos apenas mais dois exemplos. O trecho abaixo se refere à presidência de Afonso Pena, que morreu antes de finalizar seu mandato:

Afonso Pena só esteve no poder dois anos e sete meses: tomou posse a 15 de novembro de 1906 e expirou a 14 de junho de 1909, legando-nos estas belas palavras, as últimas que pronunciou: *Deus, pátria, liberdade, família*. Era, conforme se vê, um homem de convicções muito profundas. (RAMOS, 2010, p.173).

No excerto acima, percebe-se a ambiguidade da última sentença, que ora pode soar como um reconhecimento sincero das convicções do presidente, ora pode permitir uma leitura contrária, irônica, das últimas palavras do governante. O sentido é ambíguo e não pode ser fixado em uma ou outra significação. Podem-se perceber alguns elementos como marcadores de uma possível jocosidade, como o termo “belas palavras” e a expressão “conforme se vê”. No entanto, fica marcada a fusão de dois sentidos, suspensos e equilibrados, acentuando o

caráter dissipatório dessa ironia que busca exatamente a não fixidez. Com isso transforma-se em forma literária a passagem curta e pouco significativa que Afonso Pena teve na presidência, pela perspectiva do narrador.

O segundo exemplo de ironia refere-se ao contexto jornalístico que antecedeu a revolução de 1930:

Evidentemente não se tratava da liberdade de pensamento usada no Brasil. Isso nos deu o destampatório insultuoso que nada produziu. Lendo na folha a horrível diatribe, o leitor sensato aborrecia o deputado e o Presidente, uns ladrões, mas aborrecia também o articulista, um canalha. Inútil pôr o articulista no lugar do deputado. Tudo podre.

A propaganda feita antes de 1930 não tinha essa feição derrotista. Sem negar o que existia no Brasil, afirmava a possibilidade de se conseguirem coisas melhores – e isto era admirável. Muito cético se deixou seduzir. (RAMOS, 2010, p.187).

A leitura irônica no excerto acima pode ser percebida através da relação entre os dois parágrafos. No primeiro, o narrador evidencia a falta de credibilidade que o jornal também angariou pela forma como o articulista insultava os políticos desonestos. No segundo, ele mostra que antes de 1930 se divulgava uma ideia mais positiva e construtiva em relação ao futuro do Brasil, mesmo quando se indicavam as incorreções. Embora pareça menos pessimista que o primeiro parágrafo, é justamente através do segundo que se pode perceber a construção irônica. Não se pode definir se, de fato, o narrador elogia a forma como se fazia propaganda antes de 1930 ou se ele ironiza a construção de uma visão utópica para o futuro do Brasil. Caso nos detenhamos na expressão “e isto era admirável”, perceberemos o parágrafo como visão positiva da forma como se construía a ideia de um Brasil melhor. Caso nos foquemos na última sentença, “Muito cético se deixou seduzir”, poderemos tomar o sentido de todo o parágrafo de forma distinta: na verdade, após toda a construção textual enaltecendo a propaganda antes de 1930, o narrador desconstrói esta visão atestando o seu não fundamento, sua mera sedução enganosa, capaz até de angariar cétricos. Dessa forma, o trecho permanece com um sentido duplo, contraditório, não sendo possível destacar mais um do que o outro. Ambas as leituras são possíveis e permitidas pelo texto.

Prosseguindo nossa análise, precisaremos pensar em mais um fator envolvido no tratamento irônico do texto: o riso. Por que se utilizar da ironia e, muitas vezes, ter como consequência desse recurso o riso do leitor, quando se está relatando a formação republicana do Brasil?

Henri Bergson (2007) busca compreender o significado do riso através da seguinte reflexão:

[...] O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de *gesto social*. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. O riso, portanto, não é da alçada da estética pura, pois persegue (de modo inconsciente e até imoral em muitos casos particulares) um objetivo útil de aperfeiçoamento geral. Tem algo de estético, todavia, visto que a comicidade nasce no momento preciso em que a sociedade e a pessoa, libertas do zelo da conservação, começam a tratar-se como obras de arte. Em suma, se traçarmos um círculo em torno das ações e disposições que comprometem a vida individual ou social e que punem a si mesmas através de suas consequências naturais, fica fora desse terreno de emoção e de luta, numa zona neutra em que o homem serve simplesmente de espetáculo ao homem, uma certa rigidez do corpo, do espírito e do caráter, que a sociedade gostaria ainda de eliminar para obter de seus membros a maior elasticidade e a mais elevada sociabilidade possíveis. Essa rigidez é a comicidade, e o riso é seu castigo. (BERGSON, 2007, p.15).

Dessa forma, Bergson (2007) vê o riso como o castigo que a comicidade causa. O riso seria a resposta da percepção de que algo humano não está se comportando da forma esperada, pois a comicidade é propriamente humana e não existe fora da humanidade¹⁸. O filósofo também compreende o riso como um gesto social de ordem prática, inibidor de atitudes que causam rigidez do corpo, do espírito ou do caráter. Bergson (2007) analisa a comicidade em três categorias: ações, situações e linguagem, mas, para o autor, todas as três derivam dos mesmos procedimentos: rigidez, mecanicidade, ou distração social (BERGSON, 2007, p.82). Esses procedimentos evocariam o que não é humano, a falta de “elasticidade”, nas ações e/ou palavras, ou a falta de sociabilidade. Desta forma, qualquer rigidez de compreensão seria algo risível, da mesma forma que a distração em relação ao que deveria ser observado. Assim, até mesmo a distração da sociedade em perceber suas próprias mazelas pode se tornar cômica.

Bergson (2007) também nos dá a seguinte definição de ironia que contribui com as já elencadas até aqui:

A mais geral dessas oposições seria talvez entre a real e a ideal, entre o que é e o que deveria ser. Aqui também a transposição poderá ser feita nas

¹⁸ Cf. Bergson (2007, p.1-6), a comicidade é definida através de três atributos: que é própria dos seres humanos, que exige certa insensibilidade em relação ao que é risível, e que não é algo particular, mas social.

duas direções inversas. Pode-se enunciar o que deveria ser, fingindo acreditar que isso é precisamente o que é: nisso consiste a *ironia*. Pode-se, ao contrário, descrever minuciosamente e meticulosamente o que é, fingindo acreditar que assim as coisas deveriam ser: desse modo procede frequentemente o *humour*. O *humour*, assim definido, é o inverso da ironia. Ambos são formas da sátira, mas a ironia é de natureza oratória, enquanto o *humour* tem algo mais científico. (BERGSON, 2007, p.95, grifos do autor).

Desse modo, ressalta-se na ironia a capacidade de evocar algo mais “nobre”, de moral mais elevada ou mais próximo da idealização para com isso criticar o modo como as coisas são. Essa propriedade, que para Bergson (2007) torna a ironia de natureza oratória, consiste na capacidade de quem narra em apontar para algo superior à realidade. Nisso, podemos pensar que a ironia no texto graciliânico, por evocar dois sentidos distintos e mantê-los em suspensão: apela para a capacidade do leitor em enxergar uma crítica (pela evocação de algo superior) ou para a visualização de uma nação utópica, onde apesar dos pesares, no final tudo dá certo. Nesse sentido, a crítica incidiria também na distração da sociedade em perceber grandiosa a história de nossa pequena República.

Com isso, pensando no efeito cômico da ironia e dos comentários do narrador em “Pequena história da República”, poderíamos pensar que a comicidade se daria em apresentar a distração da sociedade brasileira em relação à sua própria história ou a rigidez de compreensão de como se configurou a passagem do Império à República. O efeito de riso, através da ironia, no relato de Graciliano Ramos serviria para desconstruir a compreensão até então produzida.

Em junho de 1889 o visconde de Ouro Preto expôs um programa liberal com que tencionava reprimir o movimento.

- É o começo da República, declarou um deputado.

- É a inutilização da República, respondeu o presidente do conselho.

Engano. Ela veio cinco meses depois, mas o povo recebeu-a friamente. Foi o que disse Aristides Lobo. (RAMOS, 2010, p.147-148)

A sentença final estabelece o tom irônico tipicamente característico da ironia *humoresque e instrumental* e pode provocar o riso do leitor, por perceber certa desconstrução da visão ufanista de que a República foi formada em atendimento às necessidades da sociedade brasileira, quando, de fato, foi um golpe praticado por uma minoria¹⁹. Além disso, evidencia também o quanto há de construção no discurso historiográfico da época e na perspectiva rígida de perceber o documento escrito como verdade. A presença da ironia

¹⁹ Cf. Castro (1995).

humoresque no excerto impede um sentido definitivo: afinal, o povo recebeu a República friamente ou isso foi apenas a opinião do indivíduo, Aristides Lobo? A população estava distraída em relação à situação política no Brasil, houve rigidez de interpretação por Aristides Lobo ou a narrativa pretende romper com a rigidez de sua própria construção através do riso? Não importa. Qualquer dos sentidos é risível e é este o efeito cômico que é construído. O riso, em “Pequena história da República”, serve como castigo tanto ao que já ocorreu em nossa história, como à nossa própria posição diante dela e serve também para evidenciar a ficcionalidade do texto, desnudá-lo enquanto objeto composicional.

3.3 Pequena resenha

Nesta seção, analisamos a configuração do relato graciliânico, contido na obra *Alexandre e outros heróis*, em suas características gerais e mais relevantes, através da análise do conteúdo da obra, da sua estruturação textual da presença da ironia e do efeito do riso na obra.

Em nossa perspectiva de leitura e análise, “Pequena história da República” se concentra nos eventos e personagens de maior destaque nos períodos apontados, mas não se detém em descrições meticulosas acerca do espaço dos acontecimentos. Dá-se destaque às personagens e aos episódios singulares, que recebem marcação precisa de datas e tempo, mesmo que de forma sucinta. O relato é marcado pelo *sumário*, pelo *narrador onipresente intruso*, pelo vocabulário de cunho coloquial e pela sintaxe simples de sentenças telegráficas. A ironia é evidentemente o recurso estilístico mais utilizado no relato.

Assim, percebemos que a ironia contribuiria para desenvolver a percepção crítica e ressaltar aspectos contraditórios na formação republicana brasileira. Esse recurso desnudaria o paradoxo de nossa história republicana que se pretendia revolucionária em relação ao regime anterior, mas permaneceu carregando as mesmas inconsistências e modos de governar.

Evidenciamos que a ironia predominante no texto é a do tipo *humoresque* ou *instrumental*. Caracterizada por deixar em dúvida o leitor, sem incutir-lhe um sentido único ou final para o dito, atestando, com esse efeito, o caráter ficcional da linguagem e a

impossibilidade de compreensão total através dela. Com a configuração, predominantemente, dessa ironia no texto, acreditamos que a narrativa pretendeu mimetizar a configuração histórico-social brasileira: constituída por contradições que convivem em um mesmo lugar e espaço; internalizando na linguagem aquilo que foi exposto no relato.

Por fim, percebemos a comicidade presente como agente desconstrutora da leitura e do texto em si, que, também através desse recurso, se mostra enquanto objeto literário, enquanto objeto estético. O riso desperta o leitor para o que está lendo e estimula a formação de um olhar crítico: ante a História do Brasil e ante o relato em suas mãos.

4 *RES PUBLICA*

Com base na seção anterior, que apontou as características gerais que nos permitem analisar “Pequena história da República” como texto literário, iremos relacionar essa construção com a internalização de uma determinada visão da História da República do Brasil. Essa representação, estruturada esteticamente, dialoga com outros textos e discursos sobre a formação republicana brasileira e estabelece sua própria versão dos fatos. A narração, desse modo, se constitui em interpretação da formação da República no Brasil e nos primeiros quarenta anos desse sistema em nosso país.

Com isso em mente, nesta seção, iremos analisar a leitura que se faz da História republicana brasileira no texto graciliânico especialmente através da perspectiva crítica de Antonio Candido. Por isso, nesse momento, realizaremos um diálogo entre o modo como a História é representada na “Pequena história da República” e as possíveis leituras dessa formatação. Cabe ressaltar que adotamos a perspectiva de Antonio Candido caracterizada pela fundição de fatores externos e internos na tessitura textual, ou seja, os aspectos da realidade apresentados e a composição formal do texto estão interligados, e um não possui valor maior que o outro, mas ambos são parte integrante da estrutura da obra literária²⁰

Esse esclarecimento é necessário para justificar a divisão dessa análise em duas seções²¹. Na terceira seção, ressaltamos as características do texto que julgamos mais relevantes e distintivas em relação à interpretação da História brasileira. Agora, com essas características postas em parênteses, observaremos como elas conduzem a uma leitura específica da realidade brasileira, traçando algumas análises e buscando interpretações para o modo como o texto foi escrito e, com isso, como ele reinterpreta o início do período republicano no Brasil.

²⁰ Apenas para lembrar, citamos esta passagem de *Literatura e Sociedade*: “Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo.” (CANDIDO, 2000, p. 5-6).

²¹ A segunda seção deste trabalho é apenas uma revisão da fortuna crítica sobre a obra aqui analisada.

4.1 Falando da *Res publica*

Primeiramente, percebe-se, conforme visto na seção anterior, que as *coisas* e os *homens* no texto de Graciliano são caracterizados em muitos momentos por expressões coloquiais e que esse tom de oralidade confere ao relato a impressão de que alguém nos conta diretamente os fatos. Essa característica, além de destoar dos relatos historiográficos da época, também aproxima o texto literário das narrativas orais. Mas por que contar a História da República com traços da narrativa oral?

Quando da escrita do texto, em 1939, já havia passado o advento de diversas transformações tecnológicas ocorridas no final do século XIX e início do XX. A “modernidade” já havia influenciado diversos aspectos da vida em sociedade. Ciência, arte, política e economia haviam sofrido diversas transformações por todo o mundo, e a esperança, surgida com o nascimento do regime republicano no Brasil, de que finalmente entraríamos no rol dos “países desenvolvidos”²² se mostrava infundada. A Europa vivia a tensão pré-guerra, e o Brasil completava quase dez anos de ditadura getulista. Em termos literários, o modernismo já havia influenciado a arte de maneira geral e vivia a chamada “segunda fase”, o modernismo de 1930 ou regionalista. Esse movimento visava à ruptura com as formas acadêmicas de se fazer arte e buscava torná-las menos elitizadas e mais próximas do público comum, tornando o fazer literário mais livre das formas rígidas e do estilo retórico²³. Seria este, então, o motivo de “Pequena história da República” ter sido escrita dessa forma? Nossa leitura do texto aponta outro caminho.

Roberto Sarmiento Lima (2009), ao abordar a presença da oralidade e a relação desse recurso com a representação da história brasileira em textos de Machado de Assis, nos aponta outra leitura possível para semelhante utilização em “Pequena história da República”:

Machado de Assis consegue aliar-se a uma tendência à representação da oralidade na escrita, construindo a figura do narrador à imagem e semelhança do velho contador de histórias, aquele que, com os ouvintes

²² Crença atestada no manifesto publicado por Quintino Bocaiúva (1973, p.152), em maio de 1889, onde afirma, entre outras coisas que “Os povos regidos pelo systema democratico são povos que enriquecem e prosperam, porque só o trabalho livre é fecundo. Para contraposição, os povos tyranizados ou que toleram instituições tyranicas e legislações restrictivas [...] são ordinariamente pobres e aviltados”.

²³ Cf. Candido (1968, p.9-10).

diante de si, reúne um auditório fiel e cativo, não menos solene. Ainda que seja sugestivo afirmar que tal narrador efetivamente *escreve* e transforma técnicas discursivas da *oralidade* em um aparente capricho estilístico, mostra-se ele capaz de criar no leitor a ilusão de ser um narrador oral, de corpo presente, sem deixar, no entanto, de ser fiel às mais requintadas exigências da modalidade escrita de narrar. (LIMA, 2009, p.50-51, grifos do autor).

Neste trecho, Lima (2009) aponta a representação de oralidade no texto machadiano através da construção da figura de um narrador que conta a história diretamente a um público que *ouve* suas palavras. No entanto, mesmo se utilizando desse recurso, a modalidade escrita da língua é preservada em seu aspecto formal, e a representação se reduz às dicções típicas e às interpelações do narrador dirigidas a seu público. Do mesmo modo, no texto graciliânico, o narrador se utiliza de vocabulário coloquial, mas mantém a rigidez necessária no plano da escrita:

Apesar de esperado, o ato do Presidente causou nos arraiais políticos forte impressão, que logo se transformou em doido entusiasmo. Dos mais remotos cantos do país voaram telegramas e cartas de felicitações a s. excia. [sic] pela justa medida. Os políticos profissionais bateram palmas, as guarnições aplaudiram, todos os governadores, exceto o do Pará, fizeram declarações fervorosas, algumas idiotas. Afinal repetiu-se pouco mais ou menos o que havia acontecido quando o Imperador arriara, dois anos antes. (RAMOS, 2010, p.156).

Embora sejam utilizadas expressões que, no contexto da escrita, se configuram em relato coloquial dos fatos históricos, a forma escrita não deixa de manter sua formatação padrão, obedecendo à sintaxe e à pontuação requeridas pela gramática tradicional. Nas obras graciliânicas, como é de conhecimento de seus leitores, a utilização do vocabulário coloquial não interfere na forma culta da modalidade escrita, em que se respeitam as normas convencionais. O excerto denominado “Adesões” aborda a dissolvência do congresso nacional por Deodoro em um ato de despotismo do marechal que vivia “em turras” com os congressistas. A presença do vocabulário coloquial no trecho pode tanto remeter à vulgaridade das ações, desprovidas que são de qualquer elevação moral, como também à mentalidade arcaica, que percebe em atos totalitários a demonstração de poder e força política vinda desde os tempos coloniais. Nos países desenvolvidos democraticamente, essa atitude despótica não seria aplaudida, mas criticada. Além disso, nas nações desenvolvidas da época, o progresso estava amparado em outros fatores e não apenas no sistema político democrático - a industrialização, o trabalho assalariado, o ideal positivista e o regime democrático de governo - que, entre nós, eram ainda muito frágeis. Desse jeito, cabe apontar a mudança de

sentido que a expressão “quando o Imperador arriara” acarreta: indica-se não que o Imperador foi deposto, colocado a baixo (no sentido de “arriar” como verbo transitivo direto), mas tomase o sentido intransitivo do verbo, ou seja, de certa maneira se indica que a Monarquia, por si só, caiu, perdeu as forças, como resultado da falta de sustentação pela perda de força na modernidade, das instâncias sociais que a suportavam - a economia rural, a escravidão, o clero e o exército - símbolos máximos, em tempos modernos, do atraso brasileiro²⁴.

Sendo assim, por que se utilizar desse tipo de vocabulário? Seria apenas para tornar mais “pedestre” nossa história republicana? A desmistificação de episódios e personagens sem dúvida passa por uma mudança lexical, mas isso poderia também se dar pela mudança de sintaxe, pela paródia de textos históricos consagrados ou por meio da adoção de outro gênero textual para narrar os fatos. A escolha vocabular, ao menos no caso Machado de Assis, aponta, segundo Lima (2009), para o momento em que “[...] a estratégia da oralidade comanda o discurso literário, a lembrar que, em nossa cultura, dialogam – e nem sei se conflitam seriamente – a cultura oral e a cultura letrada, a cultura *kitsch* e a cultura erudita mais refinada” (LIMA, 2009, p.67) indicando, com isso, que tanto o passado colonial (representado pela oralidade) como o tempo da modernidade (representado pela cultura letrada) convivem lado a lado no momento da escrita de Machado.

A nosso ver, em “Pequena história da República”, texto produzido quase na metade do século XX, ainda se apresenta a mesma realidade conflitante de um país que incorpora e é influenciado pela modernidade, mas mantém muitos aspectos e características do período colonial. Esse confronto de realidades é visto como característica da nação brasileira, desde a importação da cultura ibérica para essas terras americanas até a formação de um Estado pautado em compreensões equivocadas de filosofias europeias²⁵.

Igualmente, no movimento modernista, ao mesmo tempo renovador e transgressor das antigas estéticas, busca-se aproveitar criticamente o legado cultural através da releitura do passado e do aproveitamento das novas tendências estéticas. Mesmo pretendendo uma ruptura com a filiação literária portuguesa, e, por isso, europeia, esse movimento se ancora nas vanguardas artísticas da Europa para instituir uma literatura nacionalista pitoresca e que

²⁴ Cf. Holanda (1995, p.171-188).

²⁵ Cf. Holanda (1995, p.153-167).

versasse sobre o cotidiano²⁶, estabelecendo o movimento modernista tupiniquim, desde o início, nesse lugar contraditório tipicamente nacional: importando estéticas europeias e buscando desvencilhar-se da influência do Velho Mundo.

Lima (2009) confirma essa compreensão quando diz que

Em Machado de Assis, o conservadorismo e a modernidade se cruzam, sem vitória aparente para nenhum dos dois lados – resposta estética a um modo de viver em um país que, ainda escravagista, já vislumbra a ultrapassagem de suas condições arcaicas. Essa tônica que divide as mentalidades capazes de, por um lado, ansiar por remodelações e desenvolvimento e, por outro, de manter o olhar voltado para o passado colonial continua, entretanto, no início do século XX, mesmo depois de superada a fase escravagista. Persiste com os primeiros autores modernistas, que não chegam a dar desfecho – tão definitivo assim – a essa questão ou provocar uma ruptura radical com o passado [...]. (LIMA, 2009, p.62).

Arcaísmo e modernidade se fundem na História brasileira e, mesmo após a proclamação da República, ainda vemos a política centrada na autoridade dos “coronéis”, assim como eram influentes os proprietários de terra no período colonial. Por isso, é reforçada a ideia em “Pequena história da República” de que, mesmo com o advento da democracia, ainda tínhamos muitos resquícios de nosso período colonial, nos constituindo ao mesmo tempo em um país extremamente atrasado e partícipe das inovações desenvolvidas na modernidade:

Como teriam podido arranjar isso? Importar? Vivíamos num país onde os lugares se diferenciavam muito uns dos outros. O Nordeste era superpovoado, o Amazonas era quase deserto. Tínhamos criaturas civilizadíssimas em Copacabana e selvagens de beíço furado no Mato Grosso. Quem sabia disto lá fora?(RAMOS, 2010, p.188).

Do mesmo modo que em Machado de Assis, como afirma Lima (2009), através da configuração da dicção oral no texto, se estabelece a tensão entre o passado colonial e o avanço da modernidade, estabelece-se a contradição entre a identificação com a história anterior e as exigências da modernidade²⁷, em que mesmo na primeira metade do século XX, não deixa de apresentar “a convivência, lado a lado, de integralistas e comunistas, de oligarcas

²⁶ Cf. Candido (1968, p.10-11).

²⁷ Cf. Lima (2009, p.64).

rurais e industriais urbanos, da velha prática do favor e do ‘jeitinho’ e a racional modernidade econômica” (LIMA, 2009, p.64).

Diante disso, podemos até mesmo supor que a divisão inicial *As coisas e Os homens*, no texto, não remete apenas à *res publica*, mas à contradição brasileira que por um lado nos permitia possuir, em 1940, *Cinelândia*, arranha-céus, rádio, bondes, etc. e, por outro, estar em uma ditadura popular devido ao golpe de estado liderado por Getúlio Vargas.

Desse modo, oralidade e correção da escrita configuram mais que um exemplo da proposta estética do modernismo brasileiro, mas uma representação no plano interno da narrativa das discrepâncias de um país de extremos: ora partícipe das mais recentes transformações da sociedade, ora voltado para o passado colonial e os modos arcaicos de organização social.

4.2 Um gênero de república

Na segunda seção deste trabalho, levantamos a questão do gênero literário da obra graciliânica aqui analisada. Após o levantamento das concepções dos diversos críticos que se debruçaram sobre o texto, percebemos que não se pode chegar a um consenso, porque há características de diversos gêneros no texto: a crônica, a historiografia, o texto jornalístico, a literatura infantil, a literatura oral e o texto coloquial. Por se compor assim em múltiplos gêneros, podemos reconhecer nisso parte da estética modernista, que no intuito de transformar o academismo na literatura, renovou o fazer literário através da reconfiguração de antigos modelos e da mistura de diversos tipos textuais – como no famoso poema de Manuel Bandeira, “Poema tirado de uma notícia de jornal”, em que se evidencia não apenas a motivação de outro modo de escrita, mas da temática do poema.

Além disso, cabe-nos a reflexão sobre as causas de Graciliano Ramos se utilizar dos gêneros apontados e não de outros. Conforme percebido em tópico anterior, era possível realizar a narração dos primeiros quarenta anos de República no Brasil de vários modos. No entanto, a forma escolhida foi a mescla de diversos gêneros textuais e de um narrador que se

utiliza de tom coloquial e de sentenças irônicas, conforme vemos no trecho intitulado “A propaganda”:

A ideia de república [sic] já se tinha aqui divulgado no tempo da colônia: com Bernardo Vieira de Melo (1711) em Pernambuco, com Felipe dos Santos (1720) em Minas, com os inconfidentes mineiros (1789). Na primeira metade do século XIX várias sublevações apareceram: a Confederação do Equador (1824) no Nordeste, a República de Piratini (1835-1845) no Rio Grande do Sul, a Sabinada (1837) na Bahia, a Balaiada (1841) no Maranhão, a Revolução Praieira (1848) em Pernambuco.

Na segunda metade do século houve alguns anos de calma. E foi depois da Guerra do Paraguai, quando começou a lavrar descontentamento no Exército, que entramos de novo a torcer pela república [sic]. Em 1870 publicou-se no Rio um manifesto assinado por Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Cristiano Benedito Ottoni, Rangel Pestana, Salvador de Mendonça, Lopes Trovão, etc., e em 1873 João Tibiriçá presidiu, em S. Paulo, a Convenção Republicana do Itu.

Em junho de 1889 o visconde de Ouro Preto expôs um programa liberal com que tencionava reprimir o movimento.

- É o começo da república [sic], declarou um deputado.

- É a inutilização da república [sic], respondeu o presidente do conselho.

Engano. Ela veio cinco meses depois, mas o povo recebeu-a friamente. Foi o que disse Aristides Lobo. (RAMOS, 2010, p.147-148).

O excerto inicia com uma lista de movimentos e sequência de datas, como num típico livro didático de História do Brasil. Em seguida, entramos numa narrativa, em que somos apresentados, de forma mais detalhada, a dois momentos importantes que, pela síntese, se assemelham a uma parte de uma crônica histórica. A feição narrativa se intensifica através do diálogo inserido no trecho, marcado por travessões, e já estamos diante um texto que adota a feição literária – devido à utilização do discurso direto, que destoa da formatação objetiva e neutra da historiografia da época. Chama atenção a configuração dos monarquistas como omissos ao crescimento do movimento republicano e que, levando-se em conta o exposto no excerto, só parecem combater a propaganda republicana quando já não existe saída: faltando cinco meses para o golpe. Por fim, a ironia do trecho final põe em dúvida o relato da proclamação realizado pelo historiador Aristides Lobo, que também participava do movimento republicano e, desse modo, questiona o discurso historiográfico pela capacidade de registrar os fatos e interpretar os eventos.

Essa série de diferentes modos de narrar nos fazem refletir sobre a motivação para tal configuração textual que ora se assemelha a um simples relato historiográfico, ora se assemelha a uma narrativa jocosa sobre eventos da história brasileira. Podemos imaginar algumas justificativas para certos gêneros textuais: a utilização do gênero historiográfico e da

“feição” infantil da obra pode ser justificada pelo concurso lançado pela Revista *Diretrizes*. Ora, se o concurso objetivava a confecção de uma “história da República para crianças”, espera-se que a historiografia e a literatura infantil norteiem a escrita do texto. Menos óbvia é a configuração em crônica ou em texto jornalístico. A crônica, à época, como já demonstrado, se configurava enquanto gênero que versava sobre algo do cotidiano, um fato peculiar que tenha chamado a atenção do escritor, ou na visão subjetiva do autor ante algum acontecimento, levando esse gênero a ser enquadrado entre a poesia e o conto²⁸. De fato, no texto graciliânico, conforme já demonstrado, não são apresentados fatos corriqueiros ou peculiares, mas os principais eventos históricos do período narrado. Isso seria mais adequado a um gênero jornalístico, mas ainda assim, o modo coloquial de narrar e o laconismo do texto, sem detalhamento, também o afastam desse gênero.

Podemos refletir que, de qualquer modo, não seria possível traçar a história da República brasileira através de um gênero em seu “estado puro”. A adoção de um gênero academicamente formatado e de características bem definidas, não se coadunaria com a estética modernista ou com o que se estava mimetizando. O texto se tornaria artificial e pouco ajustado ao conteúdo. Como já demonstrado e ressaltado no próprio relato graciliânico, o Brasil do início da República se apresentava através de realidades distantes e díspares, e a transformação dessas contradições em componente interno no texto não poderia se dá senão pela configuração de características textuais diferentes.

Desse modo, no trecho exposto acima, a propaganda republicana no Brasil é exposta através de um desfilar de revoluções fracassadas, que apenas pontuam datas em nossa história, e onde sequer são informadas as medidas tomadas pelo Império para enfrentar as revoltas. Em seguida, a ideia republicana se divulga de outra maneira e a narrativa sai da mera listagem de movimentos e datas e apresenta personagens e eventos que fortaleceram o movimento republicano. No instante seguinte, a narrativa dá voz aos monarquistas que tencionam reprimir o movimento, mas, ironicamente, apesar dos indicadores de diálogo (travessões) evidencia-se que eles não conseguem entrar em acordo, o que termina por favorecer o avanço da conspiração republicana. O narrador aparece no texto ao afirmar o “engano” cometido pelos deputados do Império e ao ironizar a recepção da República pelo povo, momento em que parece dirigir sua crítica tanto à historiografia, na figura de Aristides Lobo, quanto à

²⁸ Cf. Moisés (2004, p.111).

participação da sociedade na ocasião da proclamação da República e durante toda divulgação dessa ideia no Brasil. Revoltas foram pontuadas, nomes foram elencados, mas, ante tudo isso, o povo parece responder friamente, ao menos, é o que a historiografia tradicional nos mostra dos fatos e é a conclusão a que o narrador chega quando afirma que “Em 15 de Novembro de 89 houve grande facilidade, tão grande que os republicanos se espantaram. E o povo encolheu os ombros. Pouco antes da vitória o número de conspiradores era insignificante” (RAMOS, 2010, p.184-185). Essa apatia, ou omissão, da população na *coisa pública*, permeia todo o relato, que, mesmo quando trata de revoltas ou movimentos populares, dá pouca visibilidade a esses eventos e os reduz a algumas personagens, como quando apenas indica a “Revolta da Vacina”, ou quando chama de dezoito doidos os amotinados no levante dos “18 do Forte de Copacabana”.

Com essa leitura, podemos levantar a hipótese de que a mistura de gêneros em “Pequena história da República”, pode servir também como indicação dessa falta de coesão interna manifestada através de revoltas subsequentes de grupos militares e civis, que surgiam em diversos lugares e momentos, da apresentação da população sempre como expectadora, da incapacidade política dos governos, que se mantêm através da instituição de estados de sítio, e das disparidades de um país continental e diverso sócio-culturalmente.

A utilização do gênero historiográfico, especificamente, pode ser vista como a apropriação desse gênero para desconstruí-lo e reconfigurá-lo. O discurso da História é tomado não para ser reforçado, mas para ser transgredido. Isso é evidenciado tanto através do que é dito no texto (conforme visto, por exemplo, na crítica ao dizer de Aristides Lobo), quanto ao modo como a História é narrada, com comentários interpretativos do narrador, uso de linguagem coloquial e utilização do recurso irônico que impossibilita uma interpretação única dos episódios. A História é revista de forma menos laudatória e rebuscada (devido ao vocabulário utilizado), de forma fragmentária (pela separação em excertos temáticos) e tem sua interpretação posta em questão (por meio da presença da ironia).

4.3 Narrando uma pequena história

O narrador da “Pequena história”, conforme já demonstramos em seção anterior, é configurado na categoria de autor onisciente intruso, para usar a classificação de Friedman (apud LEITE, 2007). No entanto, também demonstramos que ele não pode ser enquadrado perfeitamente nessa categoria: não é onisciente, no sentido amplo do termo, e sua intrusão não é frequente, limita-se a alguns momentos.

Ponto não destacado e que possui relação com uma compreensão superficial de texto do tipo crônica é a de que o narrador é o autor do texto, ou seja, Graciliano Ramos. Desde o início deste trabalho, adotamos a nomenclatura de “narrador” para quem nos conta o relato da “Pequena história da República” e não relacionamos esse narrador com nenhum outro narrador graciliânico. No entanto, os críticos Araújo (2008), Vieira (1970), Lins (1976) e Lajolo e Zilberman (1999) parecem relacionar diretamente o narrador com o autor de *Vidas secas*. A compreensão de que o narrador seja Graciliano Ramos explicaria, em parte, a “pouca” onisciência e intrusão no relato, como se o Mestre Graça escrevesse, de fato, uma historiografia. Isso também nos levaria a relacionar a visão do narrador diretamente com a visão do escritor, fundindo a crítica feita no texto com a visão de mundo do autor alagoano.

Desse modo, teríamos de levar em consideração a posição política do ex-prefeito de Palmeira dos Índios e realizar uma varredura em seus escritos, inclusive pessoais, para melhor compreender a visão presente em “Pequena história da República” e a relação com outras ideias do ilustre alagoano. Relacionar, por exemplo, a posição de Graciliano Ramos ante o movimento modernista e a perspectiva apontada no texto quando se aborda o movimento de 1922, seria um dos passos deste trabalho.

Intencionalmente, evitamos essa fusão entre narrador e escritor e preferimos a perspectiva que vê o narrador do pequeno relato historiográfico como criação ficcional e distinta do autor. Isso porque, em nosso ponto de vista, essa fusão não é proveitosa para a análise da narrativa. Caso seguissemos essa perspectiva de análise, poderíamos configurar “Pequena história da República” não como literatura, mas como outro texto qualquer, sem pretensão estético-literária, pois, como aponta Cristovão Tezza (2012),

[...] a prosa romanesca é uma experiência linguística que já nasce dupla – há sempre um narrador sobre um narrador; a linguagem é comentada por outra linguagem, e ambas são inextricavelmente contidas no instante presente de seu enunciado. Dizendo com simplicidade: se o leitor aceita que as palavras que ele lê agora são a expressão direta e intransferível das opiniões de Cristovão Tezza, ele mesmo, por mais confusas ou enganadoras que sejam, ele está diante de um não romance, uma não ficção (um ensaio, ou qualquer gênero de texto que extraia todo o seu sentido da pressuposição intencional e direta de verdade).

Mas se o leitor sente nestas palavras um *outro* que fala (um narrador abstrato, por exemplo), com intenção de estética (isto é, com intenção de elaborar uma obra fechada de representação de um ponto de vista que não é, necessariamente, ou completamente, a de CT; que, enfim, *não pode* ser de modo chapado a do autor), ele estará diante de prosa romanesca, ainda que embrionária. (TEZZA, 2012, p.15, grifos do autor).

Assim, mesmo que essa ideia de Cristovão Tezza (2012) a respeito da ficcionalidade do texto, possa dar a entender que a responsabilidade da literariedade ou não do relato é do leitor, aproveitamos a ideia exposta para refletir sobre o ponto de vista de leitura da obra graciliânica. Caso pensássemos que o narrador de “Pequena história da República” é Graciliano Ramos, o texto perderia suas características literárias para se configurar em outro tipo textual. Pelo que percebemos do texto (o trabalho de linguagem apresentado, a organização narrativa, a utilização da ironia e a polissemia), vê-lo como não literatura seria desprezar o trabalho formal empreendido e realizar análise aquém das possibilidades interpretativas levantadas pela narrativa.

Por isso, nossa leitura sobre esse texto nos leva a perceber a figura de um narrador ficcional e compreende que ele só poderia se configurar, para melhor apresentação literária do texto, na categoria de *autor onisciente intruso*. Caso fosse um *narrador onisciente neutro*, não poderia intervir e comentar a própria narração e, com isso, interpretar os fatos históricos narrados; o *narrador-testemunha* configuraria um olhar muito subjetivo da história e, por isso, pouco crítico ou crível, e terminaria por cair no terreno ideológico; o *narrador-protagonista* também cairia na subjetividade e perderia a amplitude de visão de um narrador onisciente, deste modo, talvez não seria capaz de narrar todos os eventos importantes dos primeiros quarenta anos de República brasileira; na *onisciência seletiva* teríamos a imersão na mente de uma personagem específica, o que dificultaria também o tratamento de muitos episódios e uma visão crítica mais objetiva dos fatos; mesmo que se tratasse da *onisciência seletiva múltipla*, a narrativa seria problemática, pois exigiria vasto conhecimento de pessoas, lugares e eventos, dificultando a abordagem direta dos principais acontecimentos; o modo narrativo em *câmera* e o *dramático* destoariam muito da narrativa tradicional: o primeiro, se

distanciaria da abordagem dos episódios pela busca por uma suposta neutralidade narrativa, e o segundo modo, relegaria às personagens o tratamento dos fatos, ou seja, também poderia incidir no caráter meramente ideológico que prejudicaria o tratamento estético do texto.

Mesmo o modo *autor onisciente intruso* não poderia se configurar de maneira plena, pois seria forçoso dizer o que as personagens históricas pensaram ou intencionavam; da mesma maneira, a intrusão insistente do narrador no relato prejudicaria a objetividade e o tratamento dos eventos, que seriam relegados a segundo plano ante as reflexões do narrador. A narrativa se configuraria de modo muito artificial e não manteria o equilíbrio necessário. Necessário porque para compor um relato que fosse, ao mesmo tempo, um trabalho literário no campo da história, era preciso não pender demais para a ficção ou cair na objetividade historiográfica. O equilíbrio seria o de manter-se entre um e outro, até mesmo porque a crítica em “Pequena história da República” não incide apenas sobre os fatos narrados, mas sobre a historiografia também. O investimento demasiado na ficção diminuiria o peso crítico sobre os fatos e o modo de narrá-los e o adentramento no campo historiográfico não permitiria a crítica a essa área (visto que se adotaria o mesmo modelo) e retiraria a possibilidade da releitura literária dos fatos. Leitura que não busca uma interpretação única, mas busca a multiplicação de sentidos e possibilidades interpretativas.

Desse modo, o narrador no texto graciliânico aqui analisado não se configura em um intérprete inquestionável dos fatos, alguém que fornece uma interpretação única para os acontecimentos, mas em um leitor da história que suscita outras leituras para os eventos:

Os padres não viviam satisfeitos. O registro dos indivíduos que se arrumavam fora do catolicismo, ameaças de casamento civil, a secularização dos cemitérios haviam irritado fortemente o clero, que responsabilizava a maçonaria por esses horrores.

Entretanto, numerosos sacerdotes eram maçons. Em 1872, o bispo do Rio de Janeiro, d. Pedro Maia de Lacerda, tirou a batina do padre Almeida Martins, que fizera um discurso em honra do visconde do Rio Branco, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil e presidente do conselho. O episcopado brasileiro moveu-se. Em Pernambuco, frei Vital de Oliveira, bispo de Olinda, tentou afastar os maçons das irmandades religiosas; a questão chegou ao ministério e a Roma, onde o barão de Penedo se entendeu com o cardeal Antonelli. Desse conflito resultou a prisão de dois bispos: d. Antônio de Macedo Costa, do Pará, e o mencionado frei Vital de Oliveira.

Magoou-se profundamente a parte conservadora do clero, que viu e ouviu com indiferença os ataques à monarquia.

Desde o tempo da colônia muitos padres eram francamente revolucionários. No movimento de 1817 havia trinta e dois eclesiásticos. (RAMOS, 2010, p.145-146).

No trecho, a voz narrativa explora eventos muito anteriores ao tempo da narração, evidenciando que não se trata de uma narrativa baseada na memória do autor, mas que se baseia em leituras historiográficas e que, através dessas leituras são feitas interpretações para os eventos. No entanto, não se busca um sentido único para os fatos. Observe-se que, embora seja apresentada durante quase todo o relato a insatisfação de parte do clero com a maçonaria, que culpava essa entidade por diversos “horrores”, ao final, o narrador evidencia que, desde o tempo colonial, muitos padres participaram de movimentos rebeldes contra a Monarquia. Ou seja, não se estabelece a motivação principal: se foram as desavenças com a maçonaria, grupo que inclusive contava com a participação de eclesiásticos e de muitos dos republicanos, ou se já foi parte de uma predisposição de membros do clero de tendência mais revolucionária a apoiar o surgimento da República. De qualquer maneira, o narrador se utiliza de informações e dados históricos para suscitar as interpretações dos eventos.

Essa ampliação das possibilidades de leitura reforça a exigência de leitores críticos, capazes de perceber a multiplicidade de sentidos e de levantar suas próprias interpretações aos fatos narrados. Mais que apresentar os acontecimentos, o narrador de “Pequena história da República” sutilmente nos leva a aprimorar nosso senso crítico e revisitar nosso conhecimento acerca do surgimento e estabelecimento da República no Brasil. Nesse sentido, a presença do narrador no texto não é a de simplesmente apresentar os fatos, como um historiador, mas de garantir a multiplicidade de olhares sobre o que à época se sabia em relação à formação do Brasil republicano, ou seja, ampliar as interpretações da construção da história brasileira.

4.4 Uma história irônica

Outro fator que precisa ser compreendido dentro da análise do texto graciliânico analisado neste trabalho é a motivação para o uso da ironia no texto. Evidenciamos, em seção anterior, exemplos de ironia no texto e deixamos para esta seção a compreensão do porque se utilizar desse recurso de linguagem em um texto em que se abordam fatos históricos.

Quando tratamos do narrador, no tópico anterior, reforçamos a propriedade que esta presença traz para abertura de leitura do relato. Ponto que deixamos para tratar neste tópico é que boa parte da duplicidade de sentido se deve à presença da ironia. Mas por que tratar

ironicamente de fatos históricos? Uma resposta possível é que, primeiramente, já havia uma tendência no Brasil, desde o fim século XIX de, ao considerar o homem como ser histórico, desmistificar as utopias e ideologias ufanistas. Conforme aponta Gilda de Albuquerque Brandão (2009):

Nesse ponto podemos afirmar que, se a percepção do homem como ser histórico propiciou às literaturas europeias novecentistas um rico universo temático, conforme diz Hauser [...], no Brasil essa percepção sempre se deu pela via da intertextualidade com a história local (contemporânea ou arcaica), ao contrário, aliás, do romântico europeu que procurou transcender os limites geográficos de sua nacionalidade. Assim, no final do século XIX, a passagem do Império para a República foi o escoadouro natural para a emergência de uma literatura irreverente, em discordância com correntes ideológicas ufanistas [...]. (BRANDÃO, 2009, p.24-25).

Assim, conforme apontado por Brandão (2009), a literatura brasileira pós-proclamação da República emergiu irreverente e antilaudatória. O movimento modernista, na década de 1920, só tratou de contribuir para essa falta de “decoro”, através da ruptura com os padrões literários consagrados academicamente. Padrões que instituíam não só a forma literária, mas também os temas a ser tratados. Deste modo, recursos como a ironia ganham espaço, pois dilatam a semântica do texto e permitem diversas compreensões do dizer, contribuindo para a instauração da dúvida (não se sabe com certeza qual o sentido que deve predominar) e para a irreverência (a duplicidade de sentidos, muitas vezes, instaura o humor, fruto do reconhecimento de mais de um sentido à sentença).

Tratar os fatos históricos através da instauração da ironia trazia para a compreensão da história a visão já instituída na literatura, desde o romantismo, da relatividade da visão pessoal e da representação do mundo pela palavra²⁹. Com isso, Graciliano Ramos, ao compor “Pequena história da República” (do mesmo modo que outras obras de outros autores que realizaram a releitura da historiografia brasileira), institui uma revisão das interpretações sobre os eventos históricos. Além de relativizar o que já se sabia acerca dos quarenta anos de república, a ironia também estimula uma postura crítica por parte do leitor, que poderá perceber um, outro ou os dois sentidos no dizer irônico.

²⁹ Conforme atesta Antonio Candido (2009), em *Formação da literatura brasileira*, no capítulo “O Romantismo como posição do espírito e sensibilidade”, quando afirma sobre o Romantismo que “[...] impregnado de relativismo, possui em grau mais elevado que os clássicos a dolorosa consciência do irreversível; cada situação, diríamos retomando o exemplo acima, tem o seu próprio sol, específico, intransferível. Daí a noção de que a palavra é um molde renovável a cada experiência, permanecendo sempre aquém da sua plenitude fugaz e irreproduzível” (CANDIDO, 2009, p.347).

Por isso, ocorre falha na representação histórica e no estabelecimento da interpretação dos acontecimentos. Através da ironia e, conseqüentemente, da ampliação de sentidos, o interesse narrativo está, de fato, como afirma Perrone-Moisés (1990), em falhar nessa representação para assim, construir uma imagem melhor, uma representação feita unicamente de linguagem, em toda sua limitação em exprimir:

A literatura, felizmente, continua existindo, apesar de não acreditarmos mais na possibilidade de a linguagem representar ou expressar um real prévio, criar, inventar ou produzir um objeto que seja autossuficiente ou, pelo contrário, reabsorvido e utilizado pelo real concreto. A literatura parte de um real que pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvenda um mundo mais real do que aquele que pretendia dizer. (PERRONE-MOISÉS, 1990, p.102).

Talvez o recurso irônico em “Pequena história da República” sirva justamente para ressaltar esta falha em representar com acuidade a realidade do mundo ou a História do Brasil. Diferentemente do discurso predominante à época, o narrador do relato demonstra, através da ironia, o quanto há de construção na História e o quanto os fatos, quando removidos da aura histórica tradicional, podem ser triviais ou mesmo ridículos. Outra compreensão para os eventos pode ser construída a partir do entendimento de que, por ser texto escrito e envolto em recursos de linguagem, a historiografia deixa de ser compilação de fatos para se tornar uma leitura da realidade e, nessa qualidade, é passível de várias interpretações.

Como exemplo, tomemos o caso “Canudos”:

Antônio Conselheiro, um pobre-diabo, tencionava, com ladainhas e bem-ditos, salvar a humanidade. A humanidade está sempre em perigo, na opinião de indivíduos assim. Nascido no interior do Ceará em 1835, numa família de malucos, esse infeliz foi caixeiro, negociante, escrivão. Casou e tomaram-lhe a mulher. Achou então que tudo ia errado e tratou de endireitar o mundo, o que outros menos idiotas que ele tentaram, inutilmente.

Apareceu no sertão da Bahia no fim do século passado, com um surrão às costas, vestido num camisa azul, barbudo, rezando, pedindo esmolas e dizendo coisas desconexas. Louco e meio analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça.

Em 1876 foi preso. Em 1887 o arcebispo da Bahia, justamente alarmado com a concorrência que o idiota fazia à religião verdadeira, denunciou-o ao presidente da província, que desejou meter o homem num hospício de alienados. Infelizmente não havia lugar no asilo – e Antônio Conselheiro continuou a pregar idéias subversivas e a anunciar o fim do mundo para 1900.

Antes do fim do mundo, porém, veio a República. E descobriram que ele era um monarquista perigoso. Em consequência mandaram agarrá-lo por trinta soldados de polícia, que foram batidos. (RAMOS, 2010, p.165).

A série de posicionamentos do narrador impressiona. Em poucos momentos nessa narrativa temos tanta intrusão como nesse trecho que dá início ao excerto sobre a revolta no interior baiano. O narrador qualifica Antônio Conselheiro da pior maneira possível, desqualifica o grupo de Canudos e parece adotar uma postura claramente contrária ao movimento de sertanejos. Além disso, dá a entender que apoia a postura das autoridades em tentar reprimir o movimento, aparentemente, colocando-se ao lado do governo republicano.

Dizemos “aparentemente” porque, quando observamos a ironia no excerto, podemos tirar outras conclusões. Primeiro, impressiona a série de informações colhidas e relatadas sobre o “pobre-diabo”, caracterização claramente exagerada e com detalhamento que destoa do quadro geral de informações lançadas sobre personagens históricas no resto da obra. Esse excesso de qualificativos para uma só personagem, já chama atenção do leitor e pode ser lida, em nossa perspectiva, como uma indicação irônica. Isso porque pode surgir a pergunta: por que (des)classificar Antônio Conselheiro de forma tão contundente? Será que essa qualificação poderia funcionar como o discurso de Marco Antônio, na peça *Julius César*, de Shakespeare, em que elogia Brutus de forma repetitiva para obter o efeito contrário?³⁰ O excesso de desprezo à personagem leva o leitor a questionar como alguém tão inepto foi capaz de reunir ao redor de si número tão considerável de seguidores.

Quando a voz narrativa nos aponta o arcebispo “justamente alarmado” devido à “concorrência” com a religião católica, vemos, na verdade, a sutileza irônica, evidenciando também outro sentido: o do incômodo que a figura do sertanejo causava à época atraindo mais seguidores que a igreja romana³¹. No entanto, por mais adeptos que o líder de Canudos tivesse, a preocupação do religioso era desmedida. A ironia incide novamente quando se afirma que não havia lugar no hospício e, por isso, Antônio Conselheiro permaneceu anunciando o fim do mundo³². Ora, seja por falta de vaga ou por falta de interesse político em tratar a questão, o certo é que houve inaptidão governamental em tratar o assunto, especialmente, por não buscar maiores informações sobre o caso e, em seguida, por simplesmente mandar prender o sertanejo, sem qualquer planejamento ou estudo da situação.

³⁰ Exemplo citado por Duarte (2006, p.21), quando aborda a ironia retórica e menciona os exemplos de ironia apresentados por Lausberg.

³¹ Conforme visto em **Os sertões**, de Euclides da Cunha (2010, p.168), quando se mostra a carta redigida pelo arcebispo da Bahia aos padres da região, em que aquele se mostra preocupado com o enfraquecimento da autoridade dos párocos no sertão baiano devido à presença de Antônio Conselheiro.

³² Cf. Cunha (2010, p.170) quando narra a resposta do ministro imperial à solicitação do presidente da província.

Após relatar sobre as três primeiras expedições, o narrador da “Pequena história” chega ao fim do relato sobre Canudos:

A quarta e última expedição, sob as ordens do general Artur Oscar, dividiu-se em duas colunas compostas de quatro mil duzentos e oitenta e três soldados. A primeira, de Artur Oscar, partiu da Bahia; a segunda, chefiada pelo general Savaget, saiu de Aracaju. Encontraram-se nos arredores de Canudos, a 28 de junho. Aí já se contavam quase mil baixas. Em seguida veio a fome. Cento e oitenta cargas pertencentes à primeira coluna tinham caído quase todas em poder dos jagunços. A 18 de julho tentou-se um assalto ao arraial – e a expedição perdeu novecentos e quarenta e sete homens.

Em agosto chegou à Bahia o Ministro da Guerra, marechal Bittencourt, que em setembro começou em Monte Santo o fornecimento regular de víveres e munições.

E com os últimos contingentes recebidos, perto de três mil pessoas, sem falar numa brigada que em agosto chegou a Canudos dirigida por um major, pois numerosos oficiais haviam ficado pelo caminho, doentes, pôde Artur Oscar, a 6 de outubro, arrasas a povoação. Trezentos fanáticos inúteis, velhos, mulheres e crianças renderam-se. Dos combatentes nenhum foi preso: morreram todos. (RAMOS, 2010, p.167-168).

O saldo final do evento é a desolação do arraial pelo ponto de vista das tropas que chegam para atacar a povoação. A narrativa concentra-se na movimentação das tropas e nas diversas investidas contra o grupo de jagunços. A ironia está em que foram necessárias diversas expedições, milhares de soldados mortos e quase um ano de campanha para conseguir derrotar os “insurgentes”: um bando de sertanejos analfabetos, meio esfomeados e sem qualquer instrução militar. Em nossa leitura, ao contrário do que afirma Araujo (2008), não vemos partidarismo em relação às forças oficiais³³. Vemos, sim, ironia, antes de tudo pela inaptidão política em lidar com o levante e, em seguida, ao mostrar (através dos números expressivos de soldados, de munição e equipamento utilizado, da presença das principais patentes do exército brasileiro, e das sucessivas tentativas fracassadas) a fraqueza das forças armadas em lidar com um grupo rebelde com menor organização e treinamento militar. Isso é reforçado no último excerto do texto, intitulado “1930”, quando o narrador, ao tratar do papel dos militares na Revolução de 1930, afirma

E já aí, os batalhões patrióticos deviam ter dado ao governo a certeza de que, em hora de cólicas, ele não contaria com o Exército. Por que o Exército não tinha coragem? Maluqueira. Sem tocar em fatos anteriores, lembremo-nos de que em Canudos houve bravura: excetuando-se a brigada Girard, todos lá se

³³ Cf. Araujo (2008, p.169), quando afirma que “A explicação plausível é que Graciliano partidariza a guerra de Canudos, ostensivamente favorável às forças oficiais, o que marca, sem dúvida, o momento mais infeliz da escrita do extraordinário Graciliano Ramos”.

comportaram bem e, quando foi preciso, souberam morrer direito. (RAMOS, 2010, p.187)

O trecho irônico pode ser lido de duas formas: como um elogio claro ao Exército que, quando necessário, “sabia morrer direito” ou pode ser lido com o sentido inverso, que as forças militares em Canudos, demonstraram que o Exército não estava preparado para lidar com revoltas. “Morrer direito” pode ser um eufemismo para reforçar o despreparo nesse tipo de situação e para a desorganização militar brasileira. Reforçando essa leitura, lembremos que o escrito foi composto em plena Era Vargas, ou seja, atacar diretamente o Exército não seria bem visto e, certamente, sustaria qualquer publicação ou divulgação do texto. Nessa época, Graciliano Ramos ainda guardava vívidas as *Memórias do cárcere*, de quando esteve preso de 1936 a 1937, e, por isso, talvez tenha evitado uma crítica tão aberta e tenha preferido uma mais velada, através da ironia.

Desse modo, a ironia não apenas institui a ampliação de sentidos possíveis ao dito, mas também é recurso para a crítica, para a denúncia e para a desconstrução das convenções histórico-sociais. O episódio de Canudos é reconfigurado. Parte-se do conhecimento já bem divulgado e, através da ironia (pelo exagero, pelo uso de termos dúbios, pelo enfoque nos sucessivos fracassos do Exército), compõe-se o quadro não de uma vitória contra revoltosos, mas de um fracasso político em lidar com um grupo de sertanejos que não ameaçavam de forma alguma a solidificação da República no Brasil, pois como se afirma no relato, eram “a pior canalha da roça”, pessoas desprezíveis e reles do sertão da Bahia.

Mesmo sem estar diretamente relacionado com a ironia, ponto importante no trecho, é a evidência de que foi feita uma leitura cuidadosa de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, para compor o relato. A precisão na indicação de números e datas demonstram que foi realizada uma leitura do relato ou, ao menos, que memórias do escrito foram evocadas. De qualquer modo, isso fortalece o que já havíamos indicado: que a preocupação maior desse texto graciliânico não é a de compor mais um relato historiográfico, mas a de realizar uma releitura e rerepresentação da história da República, de como ela vinha sendo concebida. É através das leituras de outros textos que se constrói o relato, este não se pretende mais verdadeiro que outros (por isso, não evoca fontes nem se detém demais em detalhes dos acontecimentos), mas busca traçar uma leitura dos fatos para suscitar no leitor também uma visão crítica sobre a história. Por isso, no próximo tópico nos centraremos em alguns momentos de releitura da história brasileira.

4.5 Reconstruindo a Pequena República

Como já visto na seção “Pilares da pequena República”, em termos de conteúdo, o que é contado no texto graciliânico não difere muito dos demais relatos historiográficos. O que distingue aquele texto desses é a forma como os fatos são narrados. Essa desconstrução da forma de narrar os episódios históricos (pois o conteúdo é o mesmo) não apenas realiza uma mudança na forma de narrar, mas também uma releitura de nossa história. Por isso, nos dois subtópicos deste último ponto, realizamos algumas leituras sobre a (re)construção histórica de eventos e personagens da República brasileira.

4.5.1 Pequenos eventos

Começamos pela proclamação. Em “Pequena história da República”, o 15 de Novembro recebe um excerto dedicado exclusivamente ao fato:

No dia 15 de novembro pela manhã, o ministério estava reunido no Quartel-General do Exército, que era no Campo de Santana, hoje praça da República, sob a guarda de uns dois mil homens comandados pelo brigadeiro Almeida Barreto.

O marechal Deodoro, à frente de forças rebeldes, partiu de S. Cristóvão, retardou-se um pouco na praça 11 de Junho, mandou colher informações, em seguida, se pôs novamente em marcha e, pela rua Visconde de Itaúna, entrou no largo, onde policiais e marinheiros o aclamaram. (RAMOS, 2010, p.149).

O excerto é destacado pela brevidade, síntese e pela ausência de comentários (interpretações) do narrador. A proclamação é reduzida a uma marcha de S. Cristóvão ao Largo de S. Francisco. Percebe-se que no segundo parágrafo predominam orações coordenadas, relacionadas às ações de Deodoro até à chegada ao Largo. Isso, ao nosso ver, nos leva a duas interpretações: primeiro, a coordenação dá ao excerto um tom de oralidade, que, por sua vez, torna o episódio ainda mais vulgar e pedestre; e, em segundo lugar, podemos ver essa organização sintática como que a indicar um mesmo valor semântico entre cada ação

executada pelo marechal (partiu; retardou-se; mandou colher; se pôs novamente em marcha; entrou; o aclamaram), demonstrando o papel de coesão e ligação que ele, à época, representava dentro do grupo rebelde. Percebe-se ainda que o episódio é narrado sem alarde ou grandeza, com pouca adjetivação: o ministério estava reunido, e Deodoro marchou até o Campo de Santana, onde aclamaram sua chegada. Deste modo, desde a proclamação, evidencia-se que a construção da República no Brasil não foi algo grandiloquente ou digno de louvor, mas uma ação desprovida de magnificência. Tão insignificante que sequer merece ser comentada pelo narrador que se “ausenta” do excerto.

De fato, as revoltas e revoluções de modo geral, não recebem tratamento minucioso em “Pequena história da República”. Excetuando-se a “Revolta da Armada”, “Canudos” e “1930”, os demais excertos, de mesma temática, recebem poucas linhas narrativas e, na maioria das vezes, sequer são nomeados, ou seja, não recebem o título atribuído pela historiografia oficial. Talvez, o trato desses episódios seja intencional e revele uma visão crítica também ante os movimentos sociais que, muitas vezes, eram desorganizados e onde os envolvidos apenas abaixavam a cabeça e obedeciam quando “chefes” ordenavam³⁴. Além disso, note-se que apenas as revoltas de maior duração e maior número de participantes recebe tratamento mais detalhado. No trecho denominado “A Revolta dos Marinheiros”, temos um exemplo desse tratamento:

Em novembro de 1910 vários navios se revoltaram, chefiados por João Cândido, um simples marinheiro negro. Para não expor a cidade aos horrores de 93, o governo pactuou com a marinhagem e, em troca da paz, ofereceu-lhe anistia. Essa oferta de anistia prévia foi muito censurada. Se o governo propunha, não estava em condições de perdoar. Não dava, pedia.

Efetivamente, aquilo tinha jeito de pedido. Os navios, sem oficiais, percorriam a baía, o público alarmava-se, o Congresso alarmava-se, o contra-almirante José Carlos de Carvalho cochichava com João Cândido.

Findas as negociações, os marinheiros desembarcaram, foram anistiados, presos e remetidos para a ilha das Cobras, onde morreram quase todos. (RAMOS, 2010, p.175).

O excerto aborda a chamada “Revolta da Chibata”, levante militar que tinha por principal objetivo abolir os castigos por chibatadas na Marinha. Percebe-se que a revolta é

³⁴ Referência ao trecho do excerto “1930” quando o narrador aborda a proclamação da República e a assemelha a outros “motins” que não se constituíram em revolução: “Pouco antes da vitória o número de conspiradores era insignificante. Obtido o apoio de um chefe, todos baixaram a cabeça e obedeceram. Aquilo veio de cima para baixo. Propriamente não houve revolução. Houve uma ordem” (RAMOS, 2010, p.185).

tratada de forma igualmente banal e pouco se explora do evento, que termina com a rendição dos rebeldes.

Percebe-se no trecho que o governo, novamente, é inapto em relação à sua capacidade de gerir a crise. Isso ocorre primeiro no plano do conteúdo, quando se destaca a oferta prévia de anistia. Essa medida é configurada como um pedido, efetuado devido ao alarme instaurado no Congresso e no público. No plano formal, isso é evidenciado pela sequência de orações coordenadas no segundo parágrafo. Aparentemente, colocam-se no mesmo plano os navios na baía, o público alarmado, o congresso alarmado e a negociação entre o Contra-Almirante José Carlos e o marinheiro João Cândido. Essa disposição com um mesmo valor sintático destaca a pouca ação do governo ante o quadro que se formou, pois entre os agentes mencionados nas quatro sentenças (navios, público, Congresso e contra-almirante José Carlos), apenas o último - um indivíduo apenas - representa o governo, aos “cochichos” com o líder da revolta. Enquanto toda a cidade se alarma e vários navios rondam a baía, somente um contra-almirante é representado negociando sutilmente (“cochichava”) com os revoltosos.

Por fim, mostra-se ainda que, além de incapaz, o governo também foi infiel à promessa. Após a rendição dos marinheiros, eles foram anistiados, presos e enviados para a ilha das Cobras. Ora, se foram anistiados, por que foram presos? A ironia incide no trecho mostrando, no último parágrafo, que apesar de toda agitação, o levante foi malogrado: os marinheiros terminam por sofrer algo pior que o castigo por chibatadas: morrem presos. O modo seco da narrativa no último parágrafo, desprovido de adjetivações e com poucos complementos, reforça a crueza na maneira como o governo tratou os revoltosos.

A falta de empatia clara com movimentos não se restringe aos motivados por questões sociais, mas também aos artísticos. Conforme já indicado, o Modernismo também estimula uma crítica àquilo contra que se revolta:

Em começo de 1920 vários municípios sertanejos da Bahia sublevaram-se. Para evitar luta, o governo contemporizou, entrou em combinações com os chefes rebeldes.

Em março ocorreram na capital federal manifestações de operários, logo abafadas severamente. 1921 principiou com agitações deste gênero: greves dos trabalhadores marítimos, greves dos operários de construção. E o desassossego aumentou durante a campanha da sucessão, culminou em 1922 com demonstrações de indisciplina e revolta.

É curioso notar que isso não ficava apenas em comício, com discurso e tiro. Havia indisciplina em toda parte: nos quartéis, nas fábricas, nos *ateliers*, nos cafés, nos quartos de pensão onde sujeitos escrevem. E a

revolta, meio indefinida, tomando aqui uma forma, ali outra, manifestava-se contra o oficial, que exige a continência, e contra o mestre-escola, que impõe a regra. A autoridade perigava.

Afastou-se o pronome do lugar que ele sempre tinha ocupado por lei. Ausência de respeito a qualquer lei.

Com certeza seria melhor deslocar o deputado, o senador e o presidente. Como estes símbolos, porém, ainda resistissem, muito revolucionário se contentou mexendo com outros mais modestos. Não podendo suprimir a constituição, arremessou-se à gramática. (RAMOS, 2010, p.180-181).

O trecho, intitulado “1922”, inicia-se através da exposição de greves e sublevações. No entanto, a partir da apresentação desses eventos, se traça o perfil da revolução artística causada pela Semana de Arte Moderna de 1922. Constrói-se uma imagem de que o movimento modernista consistiu em um modo de revolução e descontentamento social daqueles que não queriam/podiam voltar-se contra o deputado ou a constituição. O movimento artístico, desse modo, pode ser percebido como descaracterizado e figurando menor do que as “demais” revoltas. Uma leitura possível ao trecho fortemente irônico é considerando a nova estética como tratada na condição de indisciplina e ausência de respeito às normas gramaticais, no momento em que se deveria buscar a transformação política. Outra leitura para o trecho é a de que o Modernismo se associou a um movimento mais amplo de insatisfação que perpassava tanto a organização política como as artes.

Interessante notar que não se observa no excerto qualquer desvio em relação à norma padrão da gramática, como que a indicar que a obra, que aborda a história republicana brasileira, não precisava romper com as normas gramaticais para abordar criticamente o período e efetuar uma crítica sobre ele. Pelo contrário, observe-se, por exemplo, o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo no trecho “Como esses símbolos, porém, ainda resistissem [...]” (p.180) utilizado para designar a resistência dos políticos (“o deputado, o senador e o presidente”) em serem deslocados. O tempo verbal no modo subjuntivo é considerado de uso característico de eruditos³⁵ e é uma indicação do narrador de seu atendimento às normas e convenções gramaticais. A utilização dessa forma verbal também pode ser lida como uma referência tanto à classe política quanto à classe erudita acadêmica (dominantes do cenário das artes nacionais), que resistiam tanto à série de revoltas quanto ao movimento modernista. Nessa segunda leitura, o narrador poderia ser concebido como aliado do movimento, mesmo

³⁵ Cf. Roberto Schwarz (1987), no ensaio intitulado “A carroça, o bonde e o poeta modernista” (p.11-28) em que denuncia, justamente, a predileção do “motorneiro” pela classe alta, no poema “pobre alimária” de Oswald de Andrade.

que com ressalvas (porque mantém em seu próprio texto a rigidez gramatical), uma vez que este, apesar, de colocar o “pronome no lugar”, se utiliza de vocabulário coloquial em todo o texto. Observe-se, por exemplo, os verbos utilizados para designar as ações dos revolucionários em relação à constituição e à gramática (suprimir e arremessar-se), designando assim um tratamento diferenciado entre as duas “normatizações”.

Com isso, percebemos, de forma geral, que os eventos são revestidos de interpretação reflexiva. Mais que exaltar ou depreciar os acontecimentos por seus méritos ou deméritos, apresenta-se uma perspectiva de leitura crítica dos fatos e são cabíveis vários modos de leitura, dependendo do ponto de vista adotado. A ironia nos posicionamentos do narrador estabelece a abertura de sentidos e impossibilita uma única visão dos acontecimentos.

4.5.2 Pequenas personagens

A releitura da História no texto grailiânico parte também de uma reapresentação de certas personagens, vistas em alguns relatos como heroicas ou “nobres”. Poucas são, na verdade, as personagens que recebem um tratamento mais detalhado na obra, sendo caracterizadas ou descritas de modo mais acurado. Os governantes, por exemplo, normalmente só recebem poucas caracterizações de acordo com o período governamental, e isso a começar pelo Imperador D. Pedro II.

O monarca deposto foi inicialmente caracterizado nos relatos históricos pós-proclamação como símbolo de algo ultrapassado e retrógrado. Com o passar do tempo, veio a ser reapresentado por alguns historiadores como figura erudita, nobre e de caráter exemplar³⁶. No texto graciliânico, vemos que o ex-imperador é apresentado como um homem culto, mas que sua erudição não tinha qualquer utilidade para a gestão do Brasil (RAMOS, 2010, p.141). O antigo monarca também é caracterizado pela habilidade com a palavra escrita, mas, ironicamente, suas falas são descritas como desprovidas do mesmo efeito: “- Estão todos malucos. Não embarco, não embarco a esta hora como negro fugido” (RAMOS, 2010, p.151).

³⁶ Cf. Silva (1975) e Celso (2001).

Com isso, a desconstrução da história também passa pelas desmistificações de personagens que, como visto, são destituídas de qualquer áurea de grandeza.

Marechal Deodoro também é alvo dessa desconstrução. Grande símbolo da proclamação, o alagoano foi retratado pelos adeptos da República como representação maior de patriotismo e coragem. No entanto, no relato graciliânico, o militar é visto de outra maneira:

Deodoro, ótimo homem, honesto, generoso, sincero, bravo, possuía todas as qualidades necessárias ao soldado, mas era impetuoso e autoritário, tinha o coração perto da goela: dificilmente poderia mover-se na teia de aranha da política. [...].

[...]

Em setembro houve uma alteração medonha entre Deodoro e Benjamin Constant, que geria a nova pasta da instrução, correios e telégrafos, criada para ele. A propósito da nomeação de um funcionário, Benjamin emperrou; Deodoro tomou o pião na unha, levantou-se como se aquilo fosse caso pessoal e bradou:

- Somos militares. Puxe a sua espada, que eu puxo a minha. (RAMOS, 2010, p.154-155)

No excerto acima, apesar da série de elogios lançados ao marechal, destaca-se o ímpeto do militar, seu autoritarismo e falta de articulação política. Em outros momentos do texto, também são indicadas várias tentativas de Deodoro em renunciar o cargo, que lhe é recusado pelos companheiros. De fato, evidencia-se que o marechal só fora mantido à frente do governo provisório, devido à sua forte influência e prestígio nos dois lados: entre os antigos monarquistas e os militares. O marechal parecia servir como uma espécie de elo de união entre diversas classes que dificilmente se manteriam unidas sem sua presença: representava tanto um símbolo do Império quanto um amuleto da República, ou seja, tradição e renovação aliadas.

Outra figura ilustre abordada no texto é Oswaldo Cruz. O médico sanitário é qualificado através de um aposto - “hoje glória nacional” (RAMOS, 2010, p.171) - quando se narra o episódio do saneamento do Rio de Janeiro e o fim da febre amarela. Essa qualificação, entretanto, é posta em questão alguns blocos narrativos depois quando se afirma que “Oswaldo Cruz achava que era vergonhoso uma pessoa apresentar marcas de bexigas” (RAMOS, 2010, p.173), reduzindo com isso a preocupação do médico com a varíola a uma questão do que é vergonhoso ou não. O sentido irônico do excerto não permite definir se a incidência é sobre Oswaldo Cruz, que evidentemente se preocupava com a varíola, ou sobre a chamada “Revolta da Vacina” que, de certa forma, se originou como reação à obrigatoriedade

da vacina. De qualquer modo, foi devido à determinação do médico que todo o impasse foi gerado, para vergonha (devido à revolta) e/ou glória (pela instituição da vacinação contra varíola) nacional.

Personagem também citado é Rui Barbosa, “um gênio que, segundo afirmavam, assombrara o mundo” (RAMOS, 2010, p.175). Presente desde o início da República, quando assumiu no governo provisório a pasta do Ministério do Exterior, o “baiano ilustre” representa bem a contradição que há em qualquer personagem pública. Ele é apresentado pelo narrador como aquele “a quem se ofereceram todas as honras possíveis e a quem se recusou sempre o voto” (RAMOS, 2010, p.178). Apesar de possuir inúmeras habilidades e ser reconhecidamente uma figura notável, Rui Barbosa foi relegado ao segundo plano ao perder duas eleições presidenciais: contra o Marechal Hermes, em 1910; e contra Epiácio Pessoa, em 1919. Intelectual, jurista, orador e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (sendo presidente entre 1908 e 1919), a “Águia de Haia” não conseguiu voar mais alto que o cargo de ministro. Ironicamente, seu reconhecimento intelectual não lhe rendeu votos e, sua participação na “Pequena história da República” finda também desse modo como personagem secundária na eleição do presidente paraibano.

Percebemos, com a caracterização dessas personagens, que elas foram representadas no relato de forma mais pedestre, em momentos de glória e vexame, como qualquer indivíduo. Sem áurea ou contornos nobres, são traçadas pessoas comuns que agiram na história brasileira, produzindo, com isso, boas ou más consequências, e evidenciando que esse julgamento dependerá da perspectiva adotada, ou seja, da leitura realizada de suas ações. A suspensão da interpretação final lega ao leitor a responsabilidade de refletir e perceber criticamente “as razões e as paixões que determinaram a subida e a descida desses homens” (RAMOS, 2010, p.159).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão da fortuna crítica da obra “Pequena história da República”, da análise da temática, de sua configuração textual e da leitura crítica de alguns momentos dela destacados, traçamos agora uma leitura sobre o nosso percurso de investigação desse texto de Graciliano Ramos.

Primeiro, acreditamos que a obra, longe de ser esgotada nesta pesquisa, nos abriu ainda mais questões de leitura e estudo. Por exemplo, sobre as “fontes” historiográficas usadas para compor o relato e que tipo de relação se estabelece esses escritos e o texto literário. Ou, então, visto que o texto foi pretensamente escrito para crianças, será que a utilização desse texto em aulas de Literatura para o ensino fundamental e médio contribuiria, além da formação de leitores, para a formação de críticos da história?

De qualquer modo, buscamos contribuir com uma visão e análise geral da obra. Isso porque havendo número ínfimo de estudos acerca da obra, e sendo necessário um aprofundamento de tal empresa, lançamos este panorama como base e incentivo a pesquisas futuras. Além disso, é certo que deixamos de lado muitos trechos e momentos que, sem dúvida, nos renderiam outras leituras e questões interessantes, devido à brevidade de um curso de mestrado - não teríamos tempo hábil para percorrer todo o texto, sentença por sentença a fim de tentar contribuir um pouco mais para a compreensão dessa obra.

Acreditamos, assim, ter contribuído para o enriquecimento da fortuna crítica sobre a obra graciliânica, que, por motivos pouco conhecidos, até então não se tinha debruçado em um trabalho mais minucioso sobre “Pequena história da República”. Evidentemente, por suas características e por apresentar personagens e ambientes da história brasileira, a obra perde um pouco em caráter estético-literário. No entanto, não se pode negar o trabalho de linguagem nela empreendido, o arranjo da narrativa e, tão pouco, a sua superação da mera historiografia para um ensaio sobre a leitura da história da república brasileira, que a tornam objeto da literatura.

Verificamos que o texto se configura através de uma mistura de gêneros, seja pela destinação da obra, de características formais ou temática, que a tornam um escrito singular e

representativo do trabalho de linguagem do Mestre Graça, que mostra a grande capacidade do autor alagoano em lidar com diferentes gêneros textuais e de diversificar sua escrita. A propósito, o livro *Alexandre e outros heróis*, no qual está inserido o texto “Pequena história da República”, exige uma melhor análise literária, visto ser o único escrito de Graciliano Ramos voltado ao público infantil e se configurar de forma tão diversa de seus demais escritos. Humor, folclore, fantasia e fantástico perpassam obras como “Histórias de Alexandre” e “A terra dos meninos pelados”, pouco presentes em outros relatos do autor alagoano. Essas obras, no entanto, em nada são inferiores às demais, seja no trato da linguagem ou na configuração narrativa e, por isso, devem ser apreciadas também no escopo da produção do Mestre. Obras voltadas ao público infantil devem ser estudadas da mesma forma que obras direcionadas para o público adulto, afinal de contas, o que importa em uma obra de arte (e o que vai defini-la como tal) é a sua execução.

Esperamos, ainda, que a apresentação da estrutura dessa obra também contribua para a melhor visualização das relações entre História e Literatura, em que esta pode se utilizar do discurso daquela para atender a seus objetivos, pois o texto literário supera fronteiras e extrapola sentidos e gêneros textuais. Historiografia e discurso literário são construções verbais e, por isso, passíveis de interpretações. É clara, porém, a responsabilidade da História em se fazer compreender e ter sentido, enquanto que a preocupação da Literatura está na apreciação do próprio texto e na ampliação de possibilidades semânticas. A Literatura, essencialmente, realiza uma leitura do mundo e, deste modo, se serve tanto das ciências quanto das artes. Nesse sentido, “Pequena história da República” contribui para a ampliação da visão do início do período republicano, ao mesmo tempo em que nos permite desfrutar de um relato diferenciado – até mesmo inusitado – sobre os quarenta anos iniciais do regime. Mais que nos informar acerca de eventos e datas, o texto nos permite mudar do ponto de vista convencional para outro, coloquial e irônico, que reforça a construção literária da obra.

Reiteramos que, em nossa leitura, a ideia de uma interpretação fechada para os fatos não é possível, pois observamos que esta é uma obra em que a duplicidade de sentidos está presente constantemente. Da narração dos eventos à apresentação de personalidades, nada escapa da ironia narrativa, produzindo a polissemia e as inversões semânticas. Parece-nos, isso sim, que este é o real objetivo dessa obra que, desde o título, se mostra provocativa: afinal se intitula “pequena” por ser curta ou por ser nossa história tão pedestre e de pouca importância? A dúvida se mantém; os dois argumentos são válidos e são respaldados pela

obra. Caberá unicamente ao leitor a adoção deste ou daquele sentido, de acordo com sua perspectiva, ou a manutenção de ambos, como é nossa leitura nesse trabalho.

Muitas outras questões serão levantadas a partir deste trabalho e das análises aqui realizadas. Esperamos, portanto, despertar outros leitores para essa obra e outros trabalhos acadêmicos, que se debruçam de forma séria e cuidadosa sobre o texto. “Pequena história da República” além de incentivar a releitura da historiografia nos incomoda a ler, e reler, em uma postura crítica, o mundo e os textos sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Jorge de Souza. **Graciliano Ramos e o desgosto de ser criatura**. Maceió: Edufal, 2008.
- ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica**. Tradução direta do grego e do latim por Jaime Bruna. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005, p.19-52.
- ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. 3. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BERSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos)
- BOCAIUVA, Quintino. Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). **A idéia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. p.146-162.
- BRANDÃO, Gilda de Albuquerque Vilela. Literatura e História: um caleidoscópio de questões. In: MARTINS, Ana Cláudia Aymoré (org.). **A musa discreta em cenas literárias: um diálogo entre literatura e história**. Maceió: Edufal, 2009. p. 11-34.
- BRAYNER, Sonia. A re-flexão do ser em sua linguagem interior. In: _____. **Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira – 1880-1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.
- _____. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- _____; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira III: Modernismo**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- CELSONO, Afonso. **Porque me ufano do meu país**. 22. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.
- CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca produções culturais Ltda., 1999.

DUARTE, Lélia Parreira. **Ironia e humor na literatura**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; São Paulo: Editora Alameda, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1999.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. A tipologia de Norman Friedman. In: _____. **O foco narrativo**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2007, p.25-70. (Série Princípios 4).

LIMA, Roberto Sarmiento. Machado de Assis, um contador de histórias no auge do escravismo. In: MARTINS, Ana Cláudia Aymoré (org.). **A musa discreta em cenas literárias: um diálogo entre literatura e história**. Maceió: Edufal, 2009. p. 49-74.

_____. Singularidades da prima pobre. In: REVISTA CONHECIMENTO PRÁTICO LITERATURA, São Paulo, p.26-33, Maio 2012.

LINS, Osman. O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado. In: RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p.175-186.

MIRANDA, Wander Melo. **Graciliano Ramos**. São Paulo: Publifolha, 2004. (Série Folha Explica).

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

_____. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOURÃO, Rui. Procura de caminho. In: RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p.189-204.

MUECKE, Douglas Colin. **Ironia e o irônico**. 2. ed. São Paulo: Editora perspectiva, 1995.

PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **Literatura infantil: voz de criança**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Coleção Princípios 86).

PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: _____. **Flores da escrivantina: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.100-110.

RAMOS, Graciliano. Pequena história da República. In: _____. **Alexandre e outros heróis**. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p.139-188.

_____. Prêmios. In: _____. **Linhas tortas**. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.284.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Tradução de Mário Pontes. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007. (Coleção Enfoques, Letras).

SÁ, Jorge de. **A crônica**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios).

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Nasce a república**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975. (História da República Brasileira, vol.1).

TEZZA, Cristovão. **O espírito da prosa**: uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Record, 2012.

TREVISAN, Leonardo. **A república velha**. 8. ed. São Paulo: Global, 2001.

VERDI, Eunaldo. **Graciliano Ramos e a crítica literária**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

VIEIRA, José Geraldo. A dioptria de Alexandre. In: RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. 7. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970, p.9-22.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. (Ensaio de Cultura: 6).